

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
INICIADA NO DIA 21 FEVEREIRO DE 2006.** -----

----- **ACTA NÚMERO CINCO** -----

----- No dia 21 de Fevereiro de 2006, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Armando Luís Coelho da Silva, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Alexandre Ribeiro Valente, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Rosa do Egipto, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Roque Alexandre, José Rui Roque Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues

Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Duarte D'Araújo Jorge Cardoso da Mata, Feliciano Marques Martins Cruz David, Sílvia Mota Lopes, José Luís Português Borges da Silva, Manuel Fernando Dias de Almeida, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Lopes Ferreira, Sérgio Rui Lopes Cintra, Alberto Coelho, Lídia Marta Cunha Fernandes. -----

----- Faltou à reunião o Deputado Municipal Pedro Miguel Santos de Sampaio Nunes. --

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Luís Brito Correia (PSD), por 10 dias, (17 a 27 de Fevereiro) sendo substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- António Preto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Sérgio Cintra. -----

----- Ana Páscoa Baptista (PCP), por dois dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Ana Drago (BE), por 90 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Duarte Mata. -----

----- Sílvia Claro (BE), por dois dias, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lídia Duarte. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Rui Jorge Lopes Ferreira. -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede, por Alberto Coelho. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Às 10 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

#### ----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Sra. D. Maria Odete Fernandes de Almeida Vieira**, moradora na Rua Castelo Branco Saraiva, lote 28 – 1º B, 1170 Lisboa, disse que é vendedeira ambulante de flores, paga 73 euros de renda à Câmara, já vende no Largo da Graça há 36 anos mas legal de todo só há cerca de 14. -----

----- Referiu que quando lhe atribuíram, a ela e às outras, o lugar que tinha, disseram-lhe que iam marcar os lugares, que lhes dariam um chapéu com o símbolo da Câmara e todos os meses teriam que pagar uma importância até pagar o chapéu. Só que até hoje continuava à espera que lhe fossem marcar o lugar, queria pôr os cestos e não tinha sítio para isso, os carros estavam ali permanentemente estacionados, dizia aos automobilistas que aquele lugar era para pôr os cestos das flores e eles ainda a tratavam mal. Há pouco tempo até uma senhora prometeu bater-lhe. -----

----- Portanto, estava a pagar à Câmara cumprindo as suas obrigações, e por isso entendia que tinha direito ao seu lugar. As vezes ia à Câmara expor a situação e a resposta era que mandavam lá um fiscal, só que o fiscal não aparecia ou se aparecia era para a repreender que não queria ver baldes no chão, etc. Mas ela tinha que pôr as coisas nalgum lado! -----

----- Disse, ainda, que no Largo da Graça existe um quiosque da Carris que estava a cair, e que apenas servia de casa de banho aos motoristas. Ao que constava a Carris ia cedê-lo à Câmara e por isso pedia, encarecidamente, que se fosse possível a Câmara lho cedesse para que pudesse governar a vida, já que é viúva, tem 66 anos e é doente. -----

----- (Entregou na Mesa documentação referente ao assunto exposto) -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Assembleia ia diligenciar junto da Câmara e depois transmitiria a resposta que receber. -----

----- **O Sr. João Vasco Duque e Branco Alves**, morador na Rua Parque Infantil do Moinho, 10 – 2º dtº, 2735-405 Cacém, leu a seguinte exposição: -----

----- “Nós somos alunos da Escola Secundaria D. João de Castro, somos, portanto, jovens estudantes, aqueles que tão usados são nos discursos quando convém, e somos o futuro. Ensinam-nos o respeito, a verdade a cidadania! -----

----- Hoje, estamos aqui porque acreditamos nos valores, nos ensinamentos que nos têm transmitido. É que nós temos uma escola, uma escola com espaços livres, salas cheias de luz, excelentes condições desportivas, em centro de recursos educativos, excelentes laboratórios, sala de convívio. Uma escola não degradada de que nos orgulhamos e de que a cidade e o País se devem orgulhar. -----

----- Agora querem acabar com esta escola dizendo que nos vão fundir com a Escola Fonseca Benevides, uma escola degradada e onde não cabemos fisicamente, também porque esta escola não tem um projecto educativo curricular compatível com o nosso. --

----- Porquê? Por que é que nos últimos anos a DREL tem obrigado a nossa escola a não abrir turmas? Por que é que a DREL encerrou em 2003 os sétimos anos e algumas turmas do secundário? Por que é que agora quer encerrar uma escola de que todos nós nos deveríamos orgulhar? -----

----- Hoje estamos aqui porque nos estão a faltar ao respeito, porque nos estão a retirar a voz e os direitos de cidadãos atentos e actuantes, porque nos estão a faltar à verdade. ---

----- Mas porque somos o futuro não nos calaremos, a Escola Secundária D. João de Castro não morrerá:” -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Assembleia tinha hoje para apreciação e votação um conjunto de moções sobre a matéria exposta, de que depois daria conhecimento. -----

----- **A Sra. D. Ana Carla Rodrigues Goncalves**, moradora na Rua Alexandre Sá Pinto, 121 – 2º esqº 1300-034 Lisboa, disse que é professora na Escola Secundária D. João de Castro e em 2003 esteve na Assembleia Municipal para alertar para uma morte anunciada, a morte de uma escola não degradada, uma escola que Lisboa merecia e que a paixão pela educação obrigava. -----

----- Com objectivos nunca enunciados, diria mesmo obscuros, a tutela começara por asfíxiar a Escola D. João de Castro esvaziando-a de alunos e não permitindo a abertura de turmas, a abertura de anos de início de ciclo, a abertura de áreas curriculares. -----

----- E agora a tutela, cumprido esse projecto premeditado, queria dar a machadada final, a morte de uma escola, só que mascarada por uma fusão enganosa, porque a Escola Fonseca Benevides, cujas instalações estavam degradadas, não iria poder integrar os alunos da Escola D. João de Castro devido à exiguidade do seu espaço físico e ao seu projecto curricular que não era compatível. -----

----- Porquê? Porquê? Porquê? Era a pergunta incómoda que não calavam e para a qual a tutela nunca dera uma resposta clara e transparente. -----

----- Disse, ainda, que se recusavam, e acreditavam que toda a Assembleia Municipal também, a ver morrer uma escola que poderia, ela sim, abrigar no seu espaço outras escolas e outros projectos. Lisboa merecia espaços dignos para a educação, Lisboa merecia uma resposta, Lisboa merecia o futuro. Sabiam que nestes tempos sem alma o crime às vezes compensava, mas recusavam, e recusariam sempre, serem as suas vítimas. -----

----- **A Sra. D. Maria Madalena Goncalves Andrade**, moradora na Rua Luciano Cordeiro, 47 – 2º 1150-212 Lisboa, disse que vinha agradecer à Assembleia o facto de já ter sido dado um passo em frente na questão da vistoria que vinha reclamando para o prédio onde mora, porque essa vistoria foi feita e elaborado o respectivo auto, que depois lhe foi enviado. -----

----- Só que o auto não se pronunciara sobre o objectivo principal que era a cobertura do prédio. Ele pronunciara-se quanto a arranjar caixas, com o que concordava, mas a maior parte dos requisitos do auto não correspondiam à verdade e, mais grave ainda, ignorava quase totalmente o estado da cobertura. Ela foi em parte arranjada pelo proprietário do sótão, a quem depois pedira que arranjasse a parte restante porque ficava por cima do seu andar e tinha telhas partidas, o qual lhe respondeu: “vai-te embora se não dou-te um sapatão que vais parar das escadas abaixo”. -----

----- Portanto, vinha agradecer o primeiro passo dado que foi a vistoria feita, mas ao mesmo tempo denunciar que o auto de vistoria não estava correcto porque não correspondia à verdade. A cobertura precisava de um algeroz porque o que lá estava tinha já cem anos e havia também umas telhas a pôr para substituir as que estavam partidas depois da obra realizada pelo proprietário do sótão. -----

----- E devido ao facto das telhas partidas quando chovia a água entrava no quarto andar, que estava podre tal como o terceiro e o segundo, onde mora, mas no final do auto de vistoria o Sr. Engº Jorge Luís Bugarim dava um prazo para arranjar os andares que estavam podres, quando era óbvio que não se podiam arranjar os andares sem primeiro arranjar a sua cobertura. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu à munícipe que se tivesse cópia do auto a deixasse que depois a Mesa lhe daria nota das diligências que iria fazer. -----

----- **O Sr. José António de Matos da Silva Rosado**, morador na Rua Elina Guimarães, 9 – 2º dtº 1750-095 Lisboa, disse que tendo na génese da sua constituição o imperativo cívico da salvaguarda do rico acerbo histórico/cultural existente na Freguesia da Ameixoeira, que fazia parte integrante do património da Cidade de Lisboa e que pelo interesse histórico importava preservar, a Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico/Cultural da Freguesia da Ameixoeira, constituída em 25 de Maio de 2004, assumia como seus objectivos prioritários a salvaguarda, o estudo, a recuperação, a valorização e a divulgação do património urbanístico, monumental e ambiental de interesse para a permanência e identidade da cultura da Freguesia da Ameixoeira e da Cidade de Lisboa. -----

----- O reconhecimento desses mesmos valores culturais, no entendimento do Dr. Augusto França, *in obra* Regulamento para Salvaguarda do Património Artístico, Arquitectónico e Histórico dos Bairros Tradicionais da Cidade de Lisboa, definia a Ameixoeira como um conjunto de edifícios e quintas de valor histórico a preservar. -----

----- Disse que o Plano De Groer, de 1948, no qual merecera cabimento a criação de uma cintura verde à volta de Lisboa, hoje titulada Parque Periférico, já previa que a Ameixoeira se mantivesse como uma ilha no meio de um mar verde, intenções proteccionistas essas que, em sede de subsequentes PDMs, tinha vindo sucessivamente a ser reiterada conforme se podia inferir no articulado dos mesmos. -----

----- Esse mesmo sentido se incluía nas aprovações unânimes, em Março de 1986 pela então Vereação da Câmara, das propostas n.ºs 42/86 e 47/86, que aprovaram a criação do Parque Periférico de Lisboa na área da freguesia, e o início do plano de pormenor integrado de recuperação urbana e arquitectónica do Núcleo da Ameixoeira, ficando desde logo proibida a demolição de casas, muros, tanques, poços e outras construções, bem como a ocupação dos logradouros vinculados às áreas em estudo. -----

----- E também a sujeição da Freguesia da Ameixoeira a um plano integrado com área de salvaguarda, decorrendo daí que qualquer proposta arquitectónica e urbanística abrangida no todo ou em parte da área em causa iria a aprovação da Câmara tornando-se assim vinculativa para os serviços. -----

----- Se outro entendimento não houvesse, o determinado no Decreto 17/92 ao estabelecer a Ameixoeira como fazendo parte integrante do património da Cidade de Lisboa, que pelo seu interesse histórico importava preservar, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2003, que aprovava a alteração simplificada ao PDM, relativamente à Ameixoeira, invocava ter por objectivo a consolidação do tecido urbano da zona, a renovação das áreas degradadas, a valorização do núcleo antigo da Ameixoeira e a execução do troço da Ameixoeira do Parque Periférico. -----

----- Bastaria por si só que as entidades com responsabilidades nessa matéria, particularmente a Câmara Municipal de Lisboa, atempadamente promovessem medidas que salvaguardassem o património do Núcleo Histórico, ao invés de, como vinha acontecendo, conceder licenciamentos para demolições e construção do edificado existente e novas urbanizações que em nada respeitavam a salvaguarda, a defesa e valorização desses mesmos valores culturais. -----

----- A recente aprovação, por unanimidade, pela Vereação da Câmara da proposta 863/2005, que determinava a elaboração de um plano de reconversão e reabilitação urbanística da zona histórica da freguesia, bem como a adopção de um conjunto de medidas nos termos da proposta, levava a Associação a solicitar à Assembleia Municipal que, como órgão deliberativo do Município, recomendasse à Câmara a efectiva regulamentação de todas as medidas concretas para salvaguarda e defesa do património histórico da Freguesia da Ameixoeira, de forma a estabelecer uma estratégia de reabilitação e salvaguarda que assentasse na definição clara dos objectivos e visasse a elaboração clara de um programa coerente e consistente de intervenção, respondendo assim às carências e deficiências existentes e a uma adequada reestruturação urbanística do Núcleo Histórico da Ameixoeira. -----

----- Terminou manifestando a inteira disponibilidade da Associação para colaborar em todas e quaisquer acções que, visando os estudos a projectar e os programas a implementar, fossem tidas como mais conveniente e necessárias para que o plano de reconversão e reabilitação urbanística da zona histórica da Ameixoeira fosse de facto uma realidade. -----

----- (Entregou na Mesa documentação com um pedido de distribuição por todos os Grupos Municipais) -----

----- **A Senhora Presidente** disse que ficava registada a disponibilidade da Associação, que certamente seria útil. -----

----- **O Sr. Humberto Norton da Costa**, EC/G.I.L. apartado n.º 19099, 1991-901 Lisboa, falando na qualidade de membro da Direcção do Gabinete de Estudos para a Promoção e Defesa do Património Arquitectónico e Arqueológico, disse que pretendia chamar a atenção para uma situação que não lhe parecia muito correcta em relação ao património municipal. -----

----- Passava-se essa situação na Estrada do Paço do Lumiar, concretamente na Quinta Nossa Senhora da Paz, onde funcionou, há já algum tempo, a Divisão de Núcleos Dispersos, da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, serviço que depois saiu dali para outro local e a Quinta ficou ao abandono. Portanto, como membro da referida instituição não lhe agradara muito ver o que viu, e por isso solicitava à Câmara que procurasse reabilitar a Quinta dando-lhe uma utilização que nesta altura não tinha. -----

----- Depois disse que na próxima Sessão da Assembleia Municipal, como membro da Direcção do GEPRODPAR, anunciaria ali um projecto que pensava ser bastante importante para a Cidade de Lisboa, e até para o País, o que não fazia agora por razões de circunstância dado o projecto estar confidencial. -----

----- Terminou dizendo que desejava dar esse projecto em primeira-mão ao Sr. Presidente da Câmara, e para o efeito entregava na Mesa um cartão com o seu contacto e o do Gabinete, para que lho fizessem chegar. -----

----- **A Sra. D. Isabel Maria Gonçalves da Silva Tavares Lourenço**, moradora na Rua Padre Reis Lima, 43, 1400-263 Lisboa, disse que na passada quinta-feira, a população do Bairro de Caselas, na Freguesia de São Francisco Xavier, deparara-se com uma obra não identificada junto ao Caselas Futebol Clube, a cerca de 50 metros da escola primária e a 15 metros do parque infantil, num local rodeado de habitações. Tratava-se de um buraco de grandes dimensões, rodeado de uma cerca. -----

----- Após alguma controvérsia e recusa por parte do encarregado da obra de informar do que se tratava, conseguiram apurar que se tratava do início da escavação para a colocação de uma antena para telemóveis, com 12 metros de altura, executada pela empresa Tel Cabo, sendo seu cliente a empresa Vodafone. -----

----- Depois dessa informação, os moradores iniciaram a demonstração da sua discordância absoluta com a localização desse equipamento, o qual já tinha sido recusado colocar em várias habitações privadas e no próprio Caselas Futebol Clube, apesar das rendas avultadas que a Vodafone oferecia, que chegavam a ser de 1.800 contos por ano. -----

----- Por outro lado, foram também informados pelo Presidente da Junta de Freguesia que a Junta não tinha dado o seu acordo e que em ofício enviado à Câmara Municipal, em 28 de Novembro de 2005, referira as razões pelas quais não concordava com a instalação desse equipamento no bairro. -----

----- Na sexta-feira passada, às 16:30 horas, teve lugar uma reunião na sede da Junta de Freguesia, com a presença da Sra. Dra. Margarida Felgueiras, do Departamento de Qualificação Urbana, um arquitecto e um fiscal da Câmara, dois representantes da empresa Tel Cabo, o Presidente da Junta, a Direcção da Associação de Moradores, representantes dos comerciantes de Caselas, um representante da Direcção do Caselas Futebol Clube e moradores do bairro que na altura entregaram fotocópia das assinaturas recolhidas junto dos moradores e encarregados de educação que tinham crianças nas escolas e infantários do bairro. -----

----- Essa reunião tinha como objectivo informar os moradores sobre a decisão da colocação da antena naquele local pelos representantes da Câmara, e foram então informados que já teria havido duas propostas anteriores que tinham sido rejeitadas, que uma delas seria na mata adjacente ao campo de futebol, e que segundo a interpretação da legislação, por parte da Dra. Margarida Felgueiras, a Câmara seria obrigada a escolher um dos locais para a colocação da antena, visto não poder haver três recusas por parte da Câmara, sendo esse o critério que levava a que a Câmara tivesse licenciado essa instalação. -----

----- Ou seja, a Câmara não poderia recusar nunca a instalação de uma antena, e como os moradores continuaram a insistir que aquela localização estava fora de questão por razões que se prendiam não só com os riscos para a saúde pública como também com aspectos estéticos, os representantes da Tel Cabo decidiram marcar nova reunião, na

segunda-feira às 15 horas, no local da obra, para poderem estudar alternativas sugerindo-se que os moradores indicassem essas mesmas alternativas. -----

----- Essa reunião foi efectivamente realizada ontem, com a presença dos senhores da Tel Cabo, o arquitecto e o fiscal da Câmara, e a Tel Cabo decidiu parar a obra por agora mas não cobrir o buraco. Nessa altura caíra um cão dentro do buraco, felizmente não foi uma criança. -----

----- Mas porque os representantes da Câmara não avançaram com mais nada sobre o assunto, vinha agora entregar um abaixo-assinado e solicitar que a Câmara e os seus eleitos tomassem providências para que situações dessa natureza não se voltassem a repetir na cidade, porque a saúde pública teria que ser uma preocupação da Câmara Municipal de Lisboa e não a defesa de interesses privados. Era preciso tomar medidas concretas para que a colocação desse tipo de equipamentos não pudesse ser autorizada junto de equipamentos escolares, habitações e hospitais. A saúde dos cidadãos não podia ser posta em causa tão levemente! -----

----- Apelou a que todos os processos do género, licenciados ou por licenciar, fossem analisados e fiscalizados para evitar a colocação de antenas dessas em locais nitidamente inadequados, e fossem apurados quais os critérios até agora tidos em conta por quem licenciava e por quem dava os respectivos pareceres e qual o fim das contrapartidas financeiras, fossem elas sob a forma de taxa ou sob a forma de rendas. Era indispensável que se realizassem reuniões com os moradores antes do licenciamento e de tomadas de decisão, em vez de reunirem *a posteriori* sob pressão. ---

----- Por fim, disse que exigiam que o buraco que se encontrava a descoberto fosse de imediato tapado por forma a evitar possíveis acidentes. -----

----- (Entregou na Mesa documentação relativa à matéria exposta) -----

----- **A Senhora Presidente**, terminado o período de intervenção do público, agradeceu aos munícipes a sua participação e de seguida declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

#### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- **A Senhora Presidente** disse que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 38º do Regimento, ia ler uma carta que lhe foi dirigida pela Federação Portuguesa de Táxi com pedido expresso de leitura nesta reunião da Assembleia Municipal: -----

----- “Exma. Senhora Presidente, -----

----- Com os melhores cumprimentos serve a presente para dirigir a V. Exa., e solicitar a divulgação e leitura da presente na reunião da Assembleia Municipal de 21 de Fevereiro, do seguinte: -----

----- 1 - No passado dia 11 de Janeiro de 2006 foi aprovada em reunião do executivo camarário a proposta n.º 7/2006, apresentada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, nos termos das qual, e em síntese, será concedida à denominada Fundação ANTRAL, ainda não reconhecida nos termos da Lei, o direito de superfície, por 50 anos, sobre o prédio sito na Rua Coronel Pereira da Silva, n.º 16 e Rua Comandante Freitas da Silva, n.º 3 e 3-A, Freguesia da Ajuda, para a construção de um Centro de Dia, e ainda a constituição de um direito de superfície, por 20 anos, sobre uma parcela de terreno próxima da Av. Santo



Condestável, para ali ser instalado um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, o qual pode ser explorado pela dita Fundação ANTRAL ou por terceiros; -

----- 2 - Teve esta Federação oportunidade de, anteriormente à realização da reunião do executivo, expor a todos os intervenientes a sua manifestação de desagrado, conforme documento que anexamos (Doc. 1); -----

----- 3 - Esse desagrado resulta não só da forma do procedimento, que ignorou totalmente a utilidade de ouvir previamente a elaboração da dita proposta a opinião desta Federação, na qualidade também ela de representante do sector do táxi, no mesmo molde e plano de actuação da ANTRAL, uma vez que, conforme resulta dos fundamentos para a deliberação que foi tomada, se pretende permitir a utilização dos projectados benefícios decorrentes do cento de dia e do posto de abastecimento de combustível, não só aos associados da ANTRAL mas a todos os demais industriais e profissionais do sector do táxi, pelo que é de elementar clareza que, a ser assim, no mínimo dever-se-ia ter a opinião dos representantes dos visados beneficiários. -----

----- 4 - Mas também quanto ao mérito da solução proposta, que, conforme já referimos, causa muitas e sérias dúvidas sobre a sua viabilidade prática em detrimento de outras soluções possíveis, e, insistimos, designadamente a que resulta do estudo promovido ao sector efectuado pela DGTT e que sugere a criação de uma central de compras, cujo estudo de viabilidade se anexa (Doc. 2); -----

----- 5 - No entanto, ignorando-se em absoluto, todas as reticencias e dúvidas ao projecto, que aliás não foram esclarecidas no âmbito da discussão da mesma em sede de executivo camarário, nem o haviam sido anteriormente quando a mesma proposta foi apresentada com o n.º 651/2005, a proposta foi aprovada; -----

----- 6 - A Federação Portuguesa do Táxi não é, nem pretende ser, uma entidade litigiosa nem promotora de litígios infundados, no entanto não poderá nunca deixar de defender os interesses dos seus associados que serão tão merecedores como outros de protecção e salvaguarda, pelo que apela a V. Exa., na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, que, por via dos poderes desta Assembleia, evite mais uma posição da Câmara Municipal de Lisboa susceptível de violar o principio constitucionalmente garantido da igualdade e da legalidade. -----

----- 7 - Já que esta Federação, na prossecução da defesa dos seus associados, não deixará de, confirmando-se as concessões pretendidas, solicitar e obter do Ministério Publico e das demais entidades, inclusive judiciais, competentes, a reposição e reparação da violação referida, conforme aliás já ocorreu anteriormente, por razões e critérios em tudo idênticos aos subjacentes à presente questão. -----

----- É, pois, quanto nos cumpre solicitar.” -----

----- Finda a leitura da carta, a **Senhora Presidente** disse que ela se devia, obviamente, a um dos pontos da Ordem de Trabalhos, embora não fosse previsível que ela fosse hoje esgotada integralmente. -----

----- E, a propósito, informou os Senhores Deputados Municipais que, na sequência do que foi deliberado na Conferência de Representantes, esta Sessão teria continuação no dia 2 de Março, pelas 15 horas. -----

----- Depois, para efeitos do artigo 6º do Regimento, submeteu à Assembleia uma comunicação do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda relativa à solicitação de suspensão de mandato, por um período de 90 dias, da Deputada Municipal Ana Drago, entrando em sua substituição o Deputado Municipal Duarte Mata, com fundamento em razões profissionais. -----

----- Seguidamente referiu que tinham dois votos de pesar, mais um outro que era proposto à Assembleia por consenso da Conferência de Representantes, portanto subscrito por todas as forças políticas. -----

----- O primeiro voto de pesar, subscrito pelo PCP, tinha o seguinte teor: -----

----- **Voto de Pesar** -----

----- “No dia 27 de Janeiro, faleceu em Lisboa em Lisboa o romancista e poeta Orlando da Costa. -----

----- Nasceu em Lourenço Marques, actual Maputo, Moçambique, em 1929. Veio para Lisboa em 1947, onde se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras, publicando o seu primeiro livro, de poesia, em 1951. -----

----- Foi galardoado, em 1961, com o Premio Ricardo Malheiros, e com o Prémio Complementar de Eça de Queiroz de Literatura, da Câmara Municipal de Lisboa, em 1994. -----

----- Orlando da Costa foi Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Escritores. Era membro do PCP desde 1954 e desenvolveu intensa actividade cultural e social em Lisboa e no país, antes e depois de 25 de Abril de 1974. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 21 de Fevereiro de 2006, presta sentida homenagem ao Escritor Orlando da Costa, apresenta as mais sentidas condolências à sua Família, guarda um minuto de silêncio em sua memória e recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que o seu nome seja atribuído a uma artéria desta cidade que ele tão bem soube inscrever e projectar na sua obra literária.” -----

----- O segundo voto de pesar, também subscrito pelo PCP, tinha o seguinte teor: -----

----- **Voto de Pesar** -----

----- “Faleceu, no dia dois de Fevereiro, o Dr. José Salvado Sampaio, cidadão profundamente empenhado na causa pública, professor e pedagogo, sindicalista, investigador em Educação e Ensino. -----

----- Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, pela Universidade de Coimbra, foi professor do Ensino Secundário, exercendo sempre as suas funções com o maior empenho, granjeando a estima e apreciação por colegas e alunos. -----

----- Paralelamente a esta carreira foi também investigador, produzindo textos e obras de referência sobre o Sistema Educativo de que se salienta: “Portugal: A Educação em Números”, “O Ensino Primário. 1911-1969” e “Gramática da Língua Portuguesa” (em parceria). -----

----- Igualmente marcante foi o seu contributo para a elaboração para a Lei de Bases do Sistema Educativo, num projecto apresentado pelo MDP, de que resultou um estudo

intitulado “Posição dos Partidos Parlamentares perante a Lei de Bases do Sistema Educativo”.

----- Foi investigador no Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, Director de Serviços da Direcção Geral do Ensino Básico na qual desempenhou um notável trabalho nas equipas de reestruturação de currículos e programas do Ensino Primário e das Escolas do Magistério.

----- Sindicalista convicto, foi fundador e dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e da Federação Nacional dos Professores, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, presidente do Instituto Irene Lisboa e membro do Conselho Nacional da Educação, em representação da CGTP.

----- Foi um dos fundadores da Associação Intervenção Democrática de que foi vice-presidente.

----- Em todas estas frentes a sua actividade foi notável, ganhando o respeito de todos os que o ouviam ou com quem colaborava.

----- O seu trabalho e a sua vida são indissociáveis do combate travado pela democratização do Ensino e da Cultura e pelo progresso social, pelos valores da justiça social, da cidadania e da paz, sendo, por isso, um exemplo a seguir.

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 21 de Fevereiro de 2006 delibera: -

----- 1. Aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Salvado Sampaio. -----

----- 2. Apresentar as condolências à sua família. -----

----- 3. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do seu nome a uma rua de Lisboa.”

----- O terceiro voto de pesar que, como foi referido, era subscrito por todas as forças políticas, tinha o seguinte teor: -----

#### Voto de Pesar

----- “A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 21 de Fevereiro de 2006, presta sentida homenagem pelo falecimento do Dr. João António Morais Leitão, apresentando as condolências à sua família, aguarda um minuto de silêncio em sua memória e recomenda à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do seu nome a uma artéria da cidade.”

----- Finda a leitura, submeteu à votação os referidos votos de pesar, separadamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o primeiro voto de pesar, por unanimidade. -----

----- Aprovar o segundo voto de pesar, por unanimidade. -----

----- Aprovar o terceiro voto de pesar, por unanimidade. -----

----- Terminada a votação dos três votos de pesar, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das referidas personalidades. -----

----- A Senhora Presidente informou, ainda, que foram apresentadas dezoito moções e quatro recomendações para apreciação e votação, documentos esses que foi enunciando e explicitando um a um, apontando as alterações que entretanto tiveram na Conferência de Representantes. -----

----- (Nota: as alterações anunciadas pela Sra. Presidente já se encontram inseridas nos respectivos textos, que a seguir são integralmente transcritos). -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- “Considerando a existência de diversas novas piscinas municipais em Lisboa, construídas no último mandato autárquico, com o propósito de alargar a oferta do parque desportivo municipal bem como a fruição para os cidadãos em geral; -----

----- Considerando a valia e potencialidade de tais equipamentos, mas também a complexidade na sua gestão, designadamente a nível técnico-financeiro, matérias a que o actual executivo se encontra atento e empenhado na sua resolução. -----

----- Considerando que para a gestão de tais equipamentos pode e deve ser encontrada uma larga plataforma de parceria entre instituições públicas, associativas e privadas, designadamente com Juntas de Freguesia, Estabelecimentos de Educação, Clubes Desportivos, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Moradores, Estabelecimentos Hoteleiros, entre outras. -----

----- Considerando que a efectivação na utilização de tais equipamentos traduz uma significativa melhoria na qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 21 de Fevereiro de 2006, delibera: --

----- -Congratular-se com a construção das novas piscinas municipais em Lisboa, permitindo assim o alargamento do parque desportivo da cidade e recomendar ao actual executivo que acelere e reafirme os esforços já desenvolvidos na concretização efectiva de gestão das mesmas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Pedro Portugal, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- **QUE FUSÃO PARA AS ESCOLAS SECUNDÁRIAS D. JOÃO DE CASTRO E FONSECA BENEVIDES?** -----

----- “Considerando que o Director Regional de Educação de Lisboa, informou, em reuniões separadas, as Comunidades Educativas das Escolas D. João de Castro e Fonseca Benevides que iriam ser forçadas a fundirem-se e que essa fusão que já estava decidida, seria a Escola D. João de Castro ser integrada na Escola Fonseca Benevides; --

----- Considerando que a Escola D. João de Castro, concebida de raiz como unidade escolar, tem amplas instalações, com 31 salas de aula, 9 gabinetes especializados, um anfiteatro, uma sala de música, um posto médico, um bom centro de recursos educativos com Mediateca, um bom refeitório com uma cozinha bem equipada, uma sala com equipamento informático para as Tecnologias de Informação e Comunicação, uma boa biblioteca, um museu e 4 laboratórios; -----

----- Considerando ainda que a Escola D. João de Castro possui grandes e bons espaços desportivos tais como 1 ginásio coberto, 1 pavilhão gimnodesportivo, 3 campos de jogos e um campo polidesportivo ao ar livre; -----

----- Considerando ainda que a Escola D. João de Castro tem amplos espaços verdes e amplas zonas de recreio; -----

----- Considerando ainda que muito recentemente, o Estado gastou verbas muito avultadas na Escola D. João de Castro em obras e equipamentos; -----

----- Considerando que a Escola Fonseca Benevides não tem capacidade para suportar toda a população escolar, nem todo o programa curricular da Escola D. João de Castro, comprometendo desse modo a continuidade pedagógica de algumas turmas; -----

----- Considerando que a Escola Fonseca Benevides só tem um minúsculo ginásio, como instalações desportivas; -----

----- Considerando que a Escola Fonseca Benevides tem uma zona de recreio muito reduzida, o que obriga os alunos nos intervalos a virem para a rua, com todos os perigos que isso representa; -----

----- Considerando que a Escola D. João de Castro tem condições para comportar o programa curricular da Escola Fonseca Benevides. -----

----- Considerando ainda que a aprovação do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro veio remeter para o Conselho Municipal de Educação competências que eram da Administração Central; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 21 de Fevereiro de 2006, decide: -

----- 1. Recomendar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para que, com urgência, tome medidas no sentido de ser instalado e começar a funcionar o Conselho Municipal de Educação para poder deste modo acompanhar todo este processo; -----

----- 2. Solicitar à Senhora Ministra da Educação para que seja reavaliado o processo de Fusão da Escola D. João de Castro com a Escola Fonseca Benevides, de forma a não pôr em causa os projectos educativos das duas escolas; -----

----- 3. Enviar esta Moção ao Senhor Primeiro-Ministro, à Senhora Ministra da Educação, a todos os Grupos Parlamentares, às duas escolas envolvidas e à Comunicação Social.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal José Godinho, do PCP) -----

### **MOCÃO NÚMERO TRÊS**

----- “A Política de Saúde em Portugal tem vindo a sofrer transformações preocupantes para todos os que dela necessitam, particularmente aqueles que menores rendimentos possuem. Assiste-se a uma permanente escalada de retrocesso, como podemos constatar. -----

----- O Serviço Nacional de Saúde (SNS) desde a sua implementação constitui o núcleo estruturante do Sistema de Saúde Português, que, apesar de vários défices, garante o Acesso Universal à Generalidade dos Cuidados de Saúde com assinaláveis ganhos em Saúde por parte da população portuguesa. Colocou Portugal em 12.º lugar em termos de Desempenho, no ranking de 150 Sistemas de Saúde Mundiais e constitui um instrumento de coesão social. -----

----- O Grupo Municipal do PCP bem como outras organizações sociais que partilham desta preocupação, têm reclamado várias medidas de reestruturação do SNS no sentido de garantir mais e melhores cuidados, em tempo clinicamente aceitável, com maior efectividade e com níveis de maior eficácia e eficiência por parte das Instituições. -----

----- É possível a prossecução destes objectivos no âmbito do aprofundamento e melhoramento da Gestão Pública e temos denunciado e combatido perspectivas privatizadoras do anterior e do actual Governo. -----

----- Importa chamar à atenção para a maior sobrecarga dos cidadãos, visto que está em ponderação a hipótese de um novo modelo de financiamento do sector que poderá ser suportado parcialmente pelo utente, segundo palavras do Ministro da tutela proferidas no passado dia 17 do corrente mês. -----

----- Outra das medidas eivadas de cegueira que o Ministério da Saúde tem vindo a anunciar é o encerramento de SAPs/etc. (as denominadas “urgências dos Centros de Saúde”), na base do critério custo-benefício (n.º de atendimentos/recursos disponíveis).

----- Os Centros de Saúde constituem os “centros de recursos de saúde” mais próximos e ao serviço das populações e constituem a 1ª porta de acesso às Instituições do SNS e de resposta aos cidadãos e que tem sido alvo dum desinvestimento sistemático. -----

----- Outra das medidas chama-se igualmente encerramento do Hospital do Desterro, uma das três instituições que com os Capuchos e S. José constitui o Centro Hospitalar de Lisboa Zona Central. A pretexto da redução de despesas no sector, o Governo coloca assim problemas aos utentes, que já se deparam com uma escassa oferta de cuidados de saúde existentes no distrito, e aos trabalhadores porque poderá significar despedimentos. Tudo isto acontece sem que estejam criadas alternativas e sem diálogo com as organizações representativas dos trabalhadores, colocando em causa uma efectiva resposta aos utentes e aos trabalhadores. -----

----- Esta é uma questão de tal ordem importante que não se pode confinar ao segredo dos gabinetes do Ministério da Saúde, da ARS/Lisboa, da Administração do Centro Hospitalar de Lisboa/Zona Central e da Câmara Municipal de Lisboa, pelo que urge uma resposta imediata. -----

----- Quanto à organização dos cuidados de saúde na cidade de Lisboa, ela deve ter em conta a necessidade de cuidados hospitalares básicos, os centros de saúde e não exclusivamente os hospitais centrais de referência. -----

----- Assim, e pela importância de que se reveste o tema também para a cidade de Lisboa, o Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 21/02/06, delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua discordância face aos encerramentos anunciados dos SAPs (as denominadas “urgências dos Centros de Saúde”) e do Hospital do Desterro e exigir a criação de alternativas que possam absorver uma tão elevada prestação de cuidados de saúde; -----

----- 2. Reclamar medidas que no âmbito da reforma dos Cuidados de Saúde Primários promovam melhor saúde às populações: -----

----- a) o alargamento do horário de funcionamento dos Centros de Saúde; -----

----- b) o contacto pessoal via telefone, entre os cidadãos e o seu Médico e Enfermeiro de Família; -----

----- c) mais Cuidados Domiciliários e melhor apetrechamento dos Centros de Saúde com os meios e recursos necessários a prossecução da prestação de cuidados; -----

----- d) instalação de um Centro Telefónico Nacional do SNS, ao qual poderão recorrer todos os cidadãos durante as 24 horas; -----

----- e) a criação de Unidades Básicas de Urgências apetrechadas com meios e recursos para as respostas básicas em situação de urgência; -----

----- f) criação de Redes de Referência Hospitalar, hierarquização e reorganização dos Serviços de Urgência de forma a responder com eficácia as situações clínicas dos utentes; -----

----- 3. Que sejam dadas respostas pelo Ministro da Saúde, ARS/Lisboa, Administração do Centro Hospitalar de Lisboa/Zona Central e pela Câmara Municipal de Lisboa a solicitação de reuniões feitas pelas organizações representativas de utentes e trabalhadores; -----

----- 4. Agendar este tema para maior reflexão e aprofundamento na Assembleia Municipal, dada a gravidade do que representa para a população de Lisboa; -----

----- 5. Remeter a presente Moção aos órgãos de Soberania: Presidente da República, Assembleia da República e Governo; -----

----- 6. Publicar a presente Moção em dois órgãos de comunicação social de âmbito nacional.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- - Considerando que, em 1 de Março de 2005, na Assembleia Municipal de Lisboa, foi aprovada a proposta nº 36/05, da Câmara Municipal de Lisboa, relativa à permuta dos terrenos do Parque Mayer, da BragaParques, SA, com terrenos de Entrecampos – Feira Popular, do Município de Lisboa, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PPM e BE e votos contra do PCP e do PEV; -----

----- - Considerando que a votação na proposta nº 36/05 foi condicionada por uma moção aprovada pela AML que colocava quatro condições, sem as quais, não se poderia iniciar a execução da referida proposta; -----

----- - Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa, constatando o não cumprimento da moção condicionante, deliberou por maioria retirar toda a legitimidade política à permuta dos terrenos do Parque Mayer da BragaParques, S.A. com os terrenos de Entrecampos – Feira Popular; -----

----- - Considerando que, em 2005, foi realizada pela CML uma Hasta Pública para venda dos restantes terrenos de Entrecampos/Feira Popular, em que a respectiva Comissão, nomeada pela Câmara Municipal de Lisboa e presidida por um alto responsável do Município, atribuiu o direito de preferência à BragaParques SA, entregando assim os terrenos a esta empresa, inicialmente classificada em 3º lugar; -----

----- - Considerando que a atribuição do direito de preferência à BragaParques SA pela Comissão da Hasta Pública se baseou numa decisão da Assembleia Municipal de Lisboa que nunca existiu; que apenas existia uma carta da BragaParques, enviada ao então presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 18 de Fevereiro de 2005, motivada por uma referência, na sessão da CML em que a proposta nº 36/05 foi discutida e votada, sobre a necessidade de confirmação da aceitação dos termos da proposta; que nem sequer a referência, nessa carta, a outra matéria, o direito de preferência, foi considerada pela CML, no sentido de um aditamento à proposta nº 36/05, entretanto enviada à AML, e que teria de ser aprovado pela CML e depois apresentado à AML; que apenas foi recebida na AML uma fotocópia dessa carta, enviada pela CML, que não foi referida nem pelo executivo da CML nem por qualquer deputado da AML na discussão da proposta nº 36/05, por ser matéria que não fazia parte da proposta; -----

----- - Considerando que o então presidente da AML, consultada a Conferência de Representantes, em 20 de Julho de 2005 solicitou explicações ao então Senhor

Presidente da CML sobre o conteúdo da 1ª Acta da Comissão de Hasta Pública, em que “de forma abusiva, se infere que a Assembleia Municipal terá tomado em conta uma imposição da P. Mayer Investimentos S.A. quanto ao exercício do direito de preferência por parte dessa empresa”, afirmações que “acabaram por influenciar o processo” e “que não podem ser aceites pela Assembleia Municipal de Lisboa em sede de processo deliberativo sobre a matéria em apreço, por não corresponderem, em absoluto, à verdade”; -----

----- - Considerando que, sobre a proposta n.º 36/05, de permuta de terrenos do Parque Mayer por terrenos de Entrecampos/Feira Popular e sobre o processo de Hasta Pública, o PCP apresentou ao Ministério Público e Tribunal Administrativo de Lisboa, em Junho de 2005, um pedido de análise e verificação da legalidade de ambos os processos, bem como apresentou na Polícia Judiciária de Lisboa um pedido de verificação acerca de eventual gestão danosa; -----

----- - Considerando que, em Agosto de 2005, o então presidente da AML, depois de ouvidas a Conferência de Representantes e a Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Procurador Geral da República, ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas e à Inspeção Geral do Território a análise do processo da Hasta Pública e, em especial, da afirmação contida na 1ª Acta da Comissão; -----

----- O Grupo Municipal do PCP na AML vem propor que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2006, delibere: -----

----- 1 – Que a Senhora Presidente da Mesa da AML proceda a iniciativas no sentido de se apurar, nos termos da lei, a situação dos procedimentos desencadeados pela AML. ---

----- 2 – O Grupo Municipal do PCP na AML, face à necessidade de acompanhamento pela Assembleia Municipal dos processos do Parque Mayer, de Entrecampos/Feira Popular e das indemnizações aos Feirantes, propõe que a Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade analise os elementos disponíveis, por forma a ajudar à resolução de todas estas questões, face a acontecimentos que são públicos, e proceda de molde a que tudo seja esclarecido, para defesa do bom nome da AML e do Município de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP) -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “No passado dia 11 de Fevereiro, foi publicado no jornal Diário de Notícias, um artigo no qual o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local se pronunciou sobre a extinção e fusão de Freguesias, tendo afirmado, relativamente às Freguesias o seguinte: -----

----- *Não faz sentido uma unidade administrativa servir só para passar atestados e certidões.* -----

----- Considerando esta afirmação grave e atentatória para com todos os autarcas do país, os quais têm desenvolvido um trabalho meritório a vários níveis, desde o social ao cultural; vem esta Assembleia Municipal, reunida em 21 de Fevereiro de 2006, deliberar o seguinte: -----

----- 1 - Solicitar ao Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local um esclarecimento sobre a citada afirmação; -----



----- 2 - Dar conhecimento desta Moção a todas as Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa, ao Exmo. Senhor Presidente da Associação Nacional de Freguesias, ao Exmo. Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e ainda ao Exmo. Senhor Primeiro-Ministro.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO SEIS** -----

----- “O actual Serviço Nacional de Saúde constitui inequivocamente uma das grandes conquistas dos portugueses. A existência do SNS tem permitido melhorar significativamente o nível dos cuidados de saúde prestados em Portugal com resultados bem visíveis e consubstanciado por francas melhorias ao nível dos diferentes indicadores de saúde. -----

----- Tal facto não nos impede, no entanto, de constatar que o actual sistema de financiamento do SNS apresenta um modelo esgotado e a necessitar de uma terapêutica urgente e profunda. -----

----- O actual quadro social, político e económico é significativamente diferente daquele que existia aquando da criação do SNS. -----

----- A mudança do actual quadro de financiamento do SNS é pois imperativo e urgente, não podendo ser mais adiada a sua discussão. -----

----- Tal facto não é no entanto compatível com as recentes declarações do Sr. Ministro da Saúde no 1º Seminário sobre o Financiamento Hospitalar que decorreu em Vilamoura há alguns dias. -----

----- Não é compreensível que o Sr. Ministro da Saúde considere que a solução do financiamento do SNS dependa do pagamento dos cuidados de saúde por parte dos doentes. -----

----- Não é compreensível que o mesmo Ministro que ao mesmo tempo que anuncia a criação de um grupo de trabalho para estudar e equacionar soluções para um novo modelo de financiamento opte por anunciar desde logo as medidas a preconizar. -----

----- Não é compreensível a assumpção de medidas cujo único objectivo é o da simples redução da procura sem que nada seja feito no sentido de melhorar o sistema. -----

----- Reafirmamos a nossa posição de que o SNS deve ser tendencialmente gratuito tal como se afirma na Constituição Portuguesa; tal facto não pode implicar, no entanto, que seja acatado aos portugueses o pagamento de uma factura que não deriva somente da evolução dos cuidados prestados mas essencialmente de erros sucessivos de gestão e de falta de coragem de inverter tendências e corrigir incongruências várias. O facto de os portugueses serem co-responsáveis pela sua saúde não pode implicar que sejam considerados como principais financiadores do sistema. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 21 de Fevereiro de 2006 delibera: ---

----- 1. Reafirmar o carácter tendencialmente gratuito do SNS tal como inscrito na Constituição da Republica Portuguesa. -----

----- 2. Reafirmar a necessidade de se promover um amplo debate nacional sobre a questão do financiamento do SNS. -----

----- 3. Apelar a todos os partidos no sentido de se encontrar uma solução de compromisso que permita estabelecer um modelo de financiamento que vigore independentemente dos ciclos políticos. -----

----- 4. Não aceitar medidas avulsas que em nada resolvem o problema do financiamento do SNS mas tão só levam a aumentar a precariedade dos cuidados de saúde prestados. -----

----- 5. Não aceitar que sejam os doentes a pagar uma factura derivada de opções políticas erradas e sobre as quais não têm qualquer responsabilidade. -----

----- 6. Dar conhecimento da presente deliberação ao Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro da Saúde.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Jorge Penedo, do PSD) -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO SETE** -----

----- “Considerando a importância crescente que a denominada “Gripe das aves” tem vindo a assumir em todo o mundo. -----

----- Considerando a progressão geográfica da mesma doença em direcção à Europa, tendo mesmo já sido detectado em um caso em França e existindo suspeitas de um caso a 20 km de Madrid na nossa vizinha Espanha. -----

----- Considerando a necessidade de evitar um clima de psicose colectiva que já levou à morte de 3 cidadãos italianos. -----

----- Considerando as recentes declarações da Directora do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças no sentido de afirmar que dos 25 países membros da União Europeia somente 6 têm planos de contingência adequados. -----

----- Considerando as responsabilidades próprias da CML e das que derivam da articulação da mesma com os Ministérios da Saúde e da Agricultura no acompanhamento deste grave problema de saúde pública. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 21 de Fevereiro de 2006, delibera solicitar a Câmara Municipal de Lisboa que a informe das medidas já tomadas e das que se encontram previstas no sentido de minorar o impacto da eventual existência de casos de “Gripe das aves” na cidade de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Jorge Penedo, do PSD) -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- “O Mundo tem vindo a assistir atónito a uma escalada de ódio e violência por parte de extremistas religiosos que reclamam a sua ofensa pela publicação de caricaturas do Profeta Maomé por um Jornal dinamarquês. -----

----- O direito ao protesto e à indignação por qualquer acto considerado provocatório ou ofensivo perde sentido quando o protesto ultrapassa os limites da ordem pública e se torna violento e aterrorizador, transportando-o para limites incomensuravelmente superiores à ofensa que reclamam. -----

----- Portugal é um dos países mais pacíficos e tolerantes do Mundo tendo como matriz civilizacional a Democracia, paradigma de Liberdade e da Responsabilidade. -----

----- A Liberdade de Expressão é indissociável da responsabilidade e toda a ofensa pessoal, cultural ou religiosa pode ser dirimida através do recurso aos tribunais. -----

----- A violência e o terror são factores de maior violência e mais terror propagando-se como mancha de óleo em todos os meios onde os extremismos proliferam. -----

----- Os governos Democráticos e os seus cidadãos não podem ser punidos por serem democráticos e defenderem a liberdade de expressão, sofrendo ataques e represálias contra a propriedade e as pessoas numa escala que tem chocado todo o mundo. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 21.02.06 apresenta a sua solidariedade a todos os governos dos países ocidentais que foram alvo de manifestações violentas, nomeadamente a Dinamarca e reconhecendo e respeitando os valores religiosos e culturais das comunidades muçulmanas que se sentiram ofendidos por aquelas caricaturas, apela aos líderes muçulmanos, religiosos e políticos que tudo façam para não transformar os protestos em violência e terror, de forma que o convívio pacífico entre religiões e culturas seja uma realidade à escala planetária.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD) -----

#### **MOCÃO NÚMERO NOVE**

----- A Moção número nove, apresentada pelo PSD, foi retirada na Conferência de Representantes. -----

#### **MOCÃO NÚMERO DEZ**

----- “1. Considerando que no passado dia 1 de Fevereiro de 2006, em Cerimónia Oficial, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (C.M.L.), Professor António Carmona Rodrigues, descerrou uma placa na Praça do Comércio, contendo os seguintes dizeres: “*Neste Local, a 1 de Fevereiro de 1908, morreram pela Pátria S.M. El-Rei Dom Carlos I e o Príncipe Real Dom Luís Filipe*”; -----

----- 2. Tendo em conta que o Estado Democrático em que vivemos, e dentro deste, a Instituição representada pelo Município de Lisboa, respeita todos os cidadãos e todas as opiniões e tendências políticas; -----

----- 3. Considerando que o Portugal se rege de acordo com os Princípios Republicanos em vigor desde o dia 5 de Outubro de 1910; -----

----- 4. Sabendo que cabe ao Presidente da C.M.L., como Porta-Voz máximo da edilidade, governar o Município para todos os lisboetas de acordo com as Leis e Princípios em vigor, não expressando em cerimónias oficiais, tendências ideológicas sectárias ou de acordo com convicções pessoais, acordos de natureza partidária ou outros; -----

----- 5. Tendo em conta que esta cerimónia abre um perigoso precedente para futuras tomadas de posição do Executivo da Câmara Municipal, em nome dos cidadãos de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2006, decida: -----

----- 1. Reafirmar na cidade de Lisboa os Princípios Republicanos em vigor em Portugal desde o dia 5 de Outubro de 1910; -----

----- 2. Aprovar um voto de protesto pelo teor oficial da cerimónia do passado dia 1 de Fevereiro de 2006.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

#### **MOCÃO NÚMERO ONZE**

----- “1. Considerando as enormes repercussões que a publicação, por um jornal dinamarquês, de um conjunto de caricaturas ofensivas da religião islâmica, provocou na opinião pública mundial, motivando a intervenção pública de muitos governos e uma onda de choque de indignação e de manifestações, um pouco por todo o mundo, com maior ou menor violência, a favor ou contra o carácter “absolutamente sagrado” das representações simbólicas da religião muçulmana, a favor ou contra o carácter “absolutamente sagrado” do entendimento do direito à liberdade de expressão nos chamados países ocidentais; -----

----- 2. Atendendo a que, entre os princípios fundadores das sociedades em que vivemos na União Europeia, se encontra o princípio da laicidade do Estado e da separação do Estado e da Igreja, ou religião, não se afigurando este princípio contraditório, antes supondo a liberdade religiosa e o direito à expressão e organização religiosa e cultural de todas as profissões de fé, crenças e credos, obrigando-se o Estado e os governos a assegurar as condições indispensáveis de igualdade de acesso das diferentes religiões a todos os interessados; -----

----- 3. Considerando que, igualmente, a liberdade de expressão e o direito à indignação e manifestação, constituem outros tantos princípios da matriz fundadora do modelo societário em que nos inserimos, entendidos como regras orientadoras da vivência democrática concreta em comum, e não como princípios absolutos de uma manifestação de “fé democrática”, necessitando por isso de serem permanentemente compaginados e confrontados com os direitos de todos e de cada um que, em cada momento histórico, podem ser contraditórios uns com os outros, sendo essa característica a própria essência da liberdade e da democracia; -----

----- 4. Sabendo que o exercício dessa liberdade e dessa democracia não pode ser posto em prática à bomba, ou por recurso aos métodos de tipo “*manu militari*”, ou por recurso a invasões militares e violentas, antes supõe a apropriação pelos povos e culturas do exercício democrático da crítica, assente no respeito devido à diversidade de convicções doutrinárias, políticas, filosóficas e religiosas e não assente na sua instrumentalização pelas piores formas de um fundamentalismo cuja única liberdade que reconhece ao povo é a de ser escravo dos seus preconceitos; -----

----- 5. Considerando que é, precisamente, a intolerância frente à diversidade de convicções e de ideias, a xenofobia e o racismo face aos imigrantes e às suas culturas que constitui um dos traços mais marcantes da prática e da política da extrema direita, típico dos grupos de ideologia fascista e nazi, tendo-se tratado, no caso vertente da Dinamarca, de um jornal reaccionário de extrema direita que decidiu ser intérprete público de uma provocação xenófoba e racista, desencadeando uma onda de violência xenófoba e não menos reaccionária contra Estados e cidadãos europeus por parte de correntes fundamentalistas islâmicas, também ela absolutamente inaceitável, dirigindo-se, além do mais, contra o direito à livre expressão do pensamento e das ideias, incluindo sobre as religiões ou os seus símbolos; -----

----- 6. Por último, sabendo que a posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo Português, ao entender como foco essencial dos acontecimentos que se teria tratado de um episódio a partir do qual se desencadeou uma “inaceitável guerra entre

religiões” e que isso teria sido feito em nome de um direito de expressão que deve ter limites pois, caso contrário, “não é liberdade, é licenciosidade”, não apenas silenciou a violência reaccionária e xenófoba do fanatismo islâmico, como também caucionou os velhos argumentos ideológicos sobre os “limites à liberdade”, os quais sempre foram o principal pretexto para a censura prévia e a repressão política ou ideológica. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2006, decida: -----

----- 1. Reafirmar os princípios da liberdade, da expressão democrática, da tolerância e da multiculturalidade que se quer construir e consolidar na cidade de Lisboa, como expressão duma cidade cosmopolita e aberta à expressão e ao respeito de todas as correntes de opinião e de pensamento, qualquer que seja a sua ideologia ou orientação; -

----- 2. Aprovar um voto de repúdio pela provocação montada pela extrema-direita dinamarquesa, racista e xenófoba, contra os imigrantes, condenando toda a insinuação ou agressão xenófoba contra povos, crenças ou costumes, quaisquer que sejam as suas convicções religiosas ou ideológicas; -----

----- 3. Reafirmar o direito à indignação democrática e à acção política e ideológica por parte de todos e todas que se sintam insultados ou enxovalhados em resultado da eventual actuação dos vários fanatismos de diversas matizes, mas sempre através de métodos de acção política e democrática, usando a liberdade para defender a liberdade de expressão, incluindo o direito de recurso aos tribunais contra a difamação, o insulto e a mentira. -----

----- 4. Repudiar todos os actos de intimidação de quaisquer cidadãos árabes ou europeus.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOZE** -----

----- “1. Considerando que a Escola Secundária D. João de Castro, no Alto de Santo Amaro, constitui um dos mais antigos liceus da cidade de Lisboa, com uma área coberta de 2.800 m<sup>2</sup> e 25.100 m<sup>2</sup> de área exterior ocupada com campos de jogos e que serve também para recreio dos alunos; -----

----- 2. Considerando que a Escola Secundária D. João de Castro se apresenta como uma das escolas com melhores condições em toda a cidade de Lisboa; -----

----- 3. Considerando que não se compreende assim que se proceda ao encerramento de uma escola construída de raiz, com boas condições ao nível de equipamentos (laboratórios, centro de recursos) e diversos espaços polidesportivos, nomeadamente quando a cidade de Lisboa carece de equipamentos educativos com reais condições para os alunos; -----

----- 4. Considerando que desde que foi tomada a decisão de fechar a escola, a comunidade educativa da escola, constituída por professores, alunos e associação de pais, não foi ouvida; -----

----- 5. Considerando o permanente protesto de toda a comunidade educativa, professores, pais e alunos, contra o encerramento da referida escola; -----

----- 6. Considerando a oposição a tal encerramento por parte da Junta de Freguesia, manifestada diversas vezes pela voz do seu Presidente, e da população da zona em geral; -----

----- 7. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa já se manifestou contra tal encerramento em moção aprovada a 15 de Junho de 2004, onde se afirmou: “*Repudiar qualquer tentativa por parte da Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) de iniciar um processo que conduza ao esvaziamento e natural encerramento posterior da Escola Secundária D. João de Castro*”; -----

----- 8. Considerando as notícias vindas a público que indiciam que por detrás do encerramento desta histórica escola poderão estar interesses imobiliários poderosos; ----

----- 9. Considerando a classificação no Plano Director Municipal da área ocupada pela Escola Secundária D. João de Castro como “Área de Equipamentos e Serviços Públicos”. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2006, decida: -----

----- 1. Repudiar o anunciado encerramento da Escola Secundária D. João de Castro; ---

----- 2. Reclamar junto do Ministério da Educação a necessidade de qualquer reordenamento da Rede Escolar na cidade de Lisboa ser realizado com a comunidade educativa, através do diálogo com o Município de Lisboa, num processo de total transparência; -----

----- 3. Reclamar junto do Ministério da Educação a suspensão imediata do anunciado encerramento até todas as partes interessadas no assunto poderem dialogar sobre o reordenamento da Rede Escolar na cidade de Lisboa, nomeadamente a comunidade educativa e o Município de Lisboa; -----

----- 4. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que em caso algum os terrenos actualmente pertencentes à Escola Secundária D. João de Castro possam ter outro uso que não o de “Área de Equipamentos e Serviços Públicos”;

----- 5. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa o Plano de Pormenor para a área onde a Escola Secundária D. João de Castro se localiza. -----

----- 6. Enviar esta moção à Associação de Pais, Conselho Directivo e Pedagógico da Escola Secundária D. João de Castro e às Assembleias e Juntas de Freguesia de Alcântara e da Ajuda.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

### **MOÇÃO NÚMERO TREZE**

#### **HIGIENE URBANA**

----- “Considerando que em vários locais da cidade nos deparamos com um estado de higiene muito deficitária, evidenciando papéis pelo chão, plásticos e outros objectos, com particular destaque para a proximidade dos Ecopontos e Contentores, propõe-se que sejam tomadas medidas diversificadas no sentido de fazer de Lisboa uma cidade limpa, designadamente: -----

----- 1. Mais Contentores e/ou Ecopontos nos locais em que tal se revele necessário; ----

----- 2. Revisão dos locais de colocação dos Contentores e/ou Ecopontos já existentes, tendo em conta o volume, comodidade e outros factores; -----

- 3. Maior frequência na recolha do lixo; -----
  - 4. Lavagem mais frequente dos recipientes do lixo; -----
  - 5. Campanhas de esclarecimento e incentivo às populações, mais próximas das suas áreas de residência; -----
  - 6. Verificação, no local, dos comportamentos anómalos da população e introdução, gradual, de medidas responsabilizantes; -----
  - 7. Desratização frequente de locais como lixeiras, casas abandonadas e outras; -----
  - 8. Lavagem das ruas; -----
  - 9. Devastação de canaviais e ervas daninhas; -----
  - 10. Limpeza de lagos artificiais, propícios à criação de insectos; -----
  - 11. Colocação de sanitários para canídeos em pontos estratégicos; -----
  - 12. Gestão da natalidade de animais vadios.” -----
- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e pela Deputada Municipal Maria da Graça Ferreira, do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CATORZE** -----

----- “No âmbito da 2ª fase do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, o espaço actualmente ocupado pelo Bairro Horizonte, Freguesia de S. João, será alvo de novas construções, pelo que se colocam legítimas preocupações quanto ao futuro dos seus habitantes. -----

----- Paralelamente, não estão ainda esclarecidas as questões relativas ao direito de propriedade sobre os imóveis e a situação dos cooperantes/moradores face à cooperativa de habitação constituída em 1975. -----

----- Toda esta indefinição jurídica e o atraso no avanço das obras tem relegado para o esquecimento estes cidadãos de Lisboa e o sítio onde moram, pelo que os acessos ao bairro estão degradados, o fornecimento de electricidade é feito em condições perigosas, a iluminação pública é deficiente e não há placas de sinalização do Bairro Horizonte, pelo que os serviços de emergência médica, polícia e correio têm dificuldade em aceder ao local. -----

----- Assim sendo, é imperioso que a Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1 - Desenvolva todos os esforços conducentes à efectivação do direito à habitação criando condições para que os moradores/cooperadores do Bairro Horizonte venham a ser legítimos proprietários das fracções independentemente dos valores em dívida a saldar; -----

----- 2 - Recupere o espaço público do Bairro, nomeadamente que faça arranjos de manutenção nos arruamentos, nos taludes e nos passeios; -----

----- 3 - Coloque sinalética indicativa do Bairro; -----

----- 4 - Inste a EDP a repor em segurança as caixas de electricidade; -----

----- 5 - Comparticpe a eventual recuperação dos blocos que os moradores queiram continuar a habitar.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e pela Deputada Municipal Sofia Dias, do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUINZE** -----

----- Mais e melhor Ambiente para Lisboa -----

----- “Considerando que Lisboa é uma cidade cada vez mais poluída, apresentado um crescendo constante dos índices e níveis de poluição; -----

----- Considerando que a Avenida da Liberdade é a artéria mais poluída da Europa, onde tem sido detectados os maiores índices de excedência em relação aos limites estabelecidos pela Comissão Europeia (um em cada três dias os limites são ultrapassados); -----

----- Considerando que o anterior e actual executivo camarário não têm encetado medidas satisfatórias para diminuir o tráfego automóvel na cidade; -----

----- Considerando que a CML não adoptou medidas que visem a diminuição do tráfego aéreo que sobrevoa a cidade; -----

----- Considerando que a CML não adoptou medidas para diminuir a poluição sonora provocada, por exemplo, pelas viaturas de limpeza da cidade; -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal: -----

----- 1. A criação de um Observatório Permanente de Ambiente para a cidade de Lisboa; -----

----- 2. A implementação de um Programa de incentivo ao serviço cívico dos jovens, como forma de divulgação e incremento da consciência ambiental.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Pedro Pinto, do PS) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO DEZASSEIS** -----

----- **Casas da EPUL/JOVEM** -----

----- “A situação que se verifica com o Programa EPUL/Jovem no Martim Moniz representa um dos paradigmas da gestão irresponsável e socialmente insensível dos executivos camarários liderados pela coligação PSD/PP na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Na realidade, quando o anterior Presidente da Câmara, Dr. Santana Lopes e o seu Vice, o actual Presidente de Lisboa, Eng.º Carmona Rodrigues, decidiram de um modo ligeiro suspender o projecto da autoria dos arquitectos Silva Dias e Manuel Tainha, aliás sem nenhum argumento consistente, e não apresentaram nenhuma alternativa concreta e credível, mergulharam na incerteza quanto ao seu futuro habitacional todos os jovens que tinham sido apurados no concurso, que já tinham contraído empréstimos bancários e feito entregas de dinheiro à EPUL protelando em vários anos, sendo optimistas mais de 5 anos do que o previsto, o horizonte inicialmente prometido para entrega das suas casas. -----

----- Esta situação, para além de todos os inconvenientes familiares, sociais e geracionais que provoca, acarreta ainda agravados problemas económicos para estes jovens em princípio de vida activa, uma vez que tiveram de continuar a pagar juros sobre o empréstimo entretanto efectuado junto da banca para poderem pagar a verba exigida pela EPUL. -----

----- Idêntica situação se regista com o mesmo programa para o Paço do Lumiar, pelo que a cidade de Lisboa está confrontada com uma das maiores irresponsabilidades desta gestão camarária. -----



----- Nesse sentido, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1º - Responsabilizar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e a EPUL pela situação que presentemente se verifica; -----

----- 2º - Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que informe, com precisão, esta Assembleia da data prevista para o início da entrega dos fogos; -----

----- 3º - Que a Câmara Municipal diligencie, junto dos jovens que adquiriram empréstimo bancário para pagarem casas que ainda não começaram a ser construídas; com o objectivo de apurar e tomar medidas - caso se justifiquem - que minimizem os prejuízos causados.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZASSETE** -----  
----- Reforma Administrativa -----

----- “Considerando que recentemente vieram a público declarações de membros do Governo da República que manifestavam o propósito de se promover uma profunda Reforma Administrativa visando a modernização do território com o objectivo de se prestar um melhor serviço aos cidadãos; -----

----- Considerando que segundo as informações surgidas na comunicação social, parte dessa reforma incidia, de um modo muito particular, sobre a organização do poder local; -----

----- Considerando que também segundo as informações conhecidas seria implementado um processo de fusão e criação de freguesias, com particular incidência nas áreas metropolitanas; -----

----- Considerando que, não obstante o já conhecido na comunicação social, ainda não foi apresentado oficialmente nenhum projecto com tal desiderato; -----

----- Considerando, por fim, que nesta Assembleia Municipal se reconhece há mais de 20 anos de exercício democrático, a necessidade de se implementar em Lisboa uma profunda Reforma Administrativa, como o atesta o facto de também há sucessivos mandatos – que atravessaram as diversas orientações políticas mandatadas eleitoralmente para governar – existir, no âmbito desta Assembleia, uma Comissão especialmente vocacionada para esta questão, Comissão essa que, por exemplo, chegou a discutir uma proposta muito concreta do Grupo Municipal do PSD; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera: -----

----- 1º - Saudar o propósito do Governo em promover uma reforma pela qual todas as forças políticas vinham reclamando há mais de duas décadas; -----

----- 2º - Manifestar o seu entendimento que esta reforma deverá ser implementada em diálogo com os autarcas eleitos, nomeadamente os desta Assembleia e os eleitos nas Juntas de Freguesia; -----

----- 3º - Manifestar ao Governo a sua convicção de que só será possível promover uma profunda reforma administrativa através de um amplo consenso nacional e que a mesma, não poderá ser entendida como uma mera operação redutora, de diminuição de Juntas de Freguesias, uma vez que se em alguns casos se justificará a sua fusão, noutros

poderá justificar-se a necessidade de se criarem novas Juntas de Freguesia ou Associações de Freguesias; -----

----- 4º - Salientar a importância que deverá ter neste processo a Comissão da Assembleia Municipal para a Reforma Administrativa da cidade de Lisboa; -----

----- 5º - Realçar a importância das Juntas de Freguesia, local de aproximação em primeira linha do cidadão eleitor com os seus eleitos e que, hoje em dia, as suas competências - fruto das políticas de descentralização - são cada vez mais responsabilizantes em áreas como as da intervenção social, de prevenção da toxicodependência, da qualidade do espaço público, da segurança, da conservação de edifícios e apoio específico às camadas mais desprotegidas da população.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZOITO** -----

----- **ESCOLA D. JOÃO DE CASTRO** -----

----- “Considerando que tem sido colocado na opinião pública a eventual decisão do Governo em fechar a Escola Secundária D. João de Castro, fundindo-a com a Escola Secundária Fonseca Benevides, a qual se manteria em funções; -----

----- Considerando ser pública e notória que a Escola D. João de Castro reúne condições superiores, quer logísticas, quer ambientais, quer pedagógicas, às da Escola Fonseca Benevides; -----

----- Considerando ainda não ser conhecida publicamente a proposta do Governo para uma Rede Escolar do Ensino Secundário na cidade de Lisboa; -----

----- Considerando, por fim, que o Governo, através da Sra. Ministra da Educação, ainda não fez qualquer declaração no sentido de concretizar o eventual encerramento da Escola D. João de Castro. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor que esta Assembleia Municipal delibere: -----

----- 1 - Solicitar a Sra. Ministra da Educação que informe esta Assembleia sobre a implementação da Rede Escolar para a cidade de Lisboa; -----

----- 2 - Que informe se é intenção do Ministério encerrar a Escola D. João de Castro, e se sim, com que fundamentos.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- **Recomendação sobre o Parque dos Príncipes** -----

----- “Em Fevereiro de 2005, um grupo de moradores do Parque dos Príncipes, situado em Telheiras, elaborou um dossier textual e fotográfico sobre os espaços verdes e outros temas ambientais, o qual tem vindo a circular entre os residentes da zona. -----

----- No passado dia 20 de Dezembro, uma representante desses moradores procedeu, nesta Assembleia Municipal, à apresentação oral dessa exposição, entregando cópias do citado dossier a todos os agrupamentos municipais nela representados, acompanhado das fotografias e de algumas assinaturas entretanto recolhidas nos condomínios do bairro. -----

----- Logo passados sete dias, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou por carta os moradores que tinha feito a entrega da exposição ao Sr. Presidente da Câmara. Os moradores sempre têm manifestado a sua disponibilidade para abordar em conjunto com os órgãos dos diversos departamentos autárquicos as soluções mais viáveis para todo o impasse urbanístico do Parque dos Príncipes, pelo que continuam a alertar que gostariam de ser informados sobre o plano ou os planos de intervenção e os respectivos “timings” faseados de intervenção previstos para a sua execução. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - dê continuidade ao encaminhamento do processo efectuado pela Sra. Presidente desta Assembleia; -----

----- - analise soluções para os problemas inventariados e listados na exposição dos moradores do Parque dos Príncipes; -----

----- - elabore um projecto integrado de recuperação dos espaços expectantes que inclua zonas verdes, equipamentos lúdicos e medidas de acessibilidade e segurança adequados ao local; -----

----- - apresente e atempadamente dialogue com os representantes dos moradores sobre o plano a implementar.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e José Luís Ferreira, do PEV) -----

#### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

##### ----- **Recomendação sobre Barreiras Sonoras** -----

----- “O Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, tendo em vista a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações, tem por objecto a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora, determinando que, na execução da política de ordenamento do território e urbanismo, deva ser assegurada a qualidade do ambiente sonoro, na habitação, trabalho e lazer. -----

----- Neste contexto, os moradores nas proximidades das Avenidas Padre Cruz, General Norton de Matos e eixo Norte-Sul tem, quer a título individual, quer através de associações locais, alertado os órgãos competentes para o problema da poluição do ar, sonora e visual que, arrastando-se há vários anos, se vem diariamente agravando. -----

----- Nessas vias, os vários tipos de poluição encontram-se muito acima do legal e sanitariamente aceitável, como demonstram as medições que constam do mapa de ruído ou o lixo abandonado que constitui focos de infestação, interferindo na qualidade de vida dos moradores. A pontual existência de pequenas zonas verdes marginais não é justificação para a não existência de barreiras de protecção complementares que protejam zonas habitacionais a uma distância inferior a 20 metros desses eixos. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - elabore e divulgue um projecto que conduza a eliminação dos impactos sonoros nos referidos troços que forem da sua competência, por meio de “barreiras sonoras” que incluam filas de árvores, vegetação arbórea e painéis absorventes do ruído; -----

----- - sensibilize outras entidades, como a Estradas de Portugal, E.P.E., para a solução dos impactos acústicos do eixo Norte/Sul, que preveja a introdução de barreiras acústicas, a aplicação de pavimento betuminoso flexível com reciclado de borracha e a implementação de radares de controlo de velocidade para 90 km/h.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e José Luís Ferreira, do PEV) -----

### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- Recomendação sobre a Zona Histórica da Ameixoeira -----

----- “O Decreto n.º 17/92, de 11 de Março, definindo as freguesias da Ameixoeira e Lumiar como “zonas de interesse histórico” que “importa preservar”, declarou-as como áreas críticas de “recuperação e reconversão urbanística” devido a “insuficiência de infra-estruturas urbanísticas, equipamentos de utilização colectiva, áreas livres e espaços verdes”. Já então o diploma alertava para que fossem “tomadas medidas tendentes a evitar que a degradação daquele património” não assumisse “consequências irreversíveis”, indicando competências a Câmara Municipal de Lisboa na promoção de acções de recuperação e reconversão urbanística dos núcleos históricos. -----

----- Essa intenção foi transposta para o Plano Director Municipal de 1994, com o intuito de se incluir a preservação de um valioso património histórico e cultural inserido num corredor verde de quintas e palacetes ao longo do Parque Periférico e das áreas históricas das “quintas envolventes de Carnide, Lumiar, Charneca, Ameixoeira, Chelas, São Domingos de Benfica e Calhariz de Benfica”. -----

----- Tendo em conta esses objectivos programáticos, foi constituída em 2004 uma “Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural da Freguesia da Ameixoeira” que tem por objectivos prioritários “a salvaguarda, o estudo, recuperação e valorização do património natural e construído existente na freguesia”. Esta Associação tem vindo porém a alertar que, perante o avanço de novas urbanizações e eixos viários, se tem vindo a assistir à progressiva alteração da classificação de quintas históricas a preservar para áreas passíveis de estudo de urbanização, na zona tida como de protecção e salvaguarda do Núcleo Histórico da Ameixoeira.

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - elabore um plano de reconversão e reabilitação urbanística da zona histórica da Freguesia da Ameixoeira que contemple a valorização e recuperação do património urbanístico existente, preservando no seu Núcleo Antigo as quintas, jardins e azinhagas;

----- - promova a instalação de barreiras arquitectónicas que resguardem o património histórico e cultural da Freguesia do avanço das novas urbanizações e vias circundantes;-

----- - elabore um projecto integrado de reabilitação, beneficiação e manutenção dos espaços verdes e lúdicos do Parque de Santa Clara, devolvendo-o ao usufruto e lazer da população; -----

----- - dialogue com os órgãos autárquicos locais e a referida Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural da Freguesia da Ameixoeira sobre os estudos a projectar e os programas a implementar.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e José Luís Ferreira, do PEV) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO**

----- “Veio o Governo lançar recentemente a questão da reorganização administrativa do País em geral e das freguesias em particular. -----

----- O CDS-PP não contesta a premência de reformas nesta área, veja-se o que foi afirmando no anterior mandato desta Assembleia no âmbito da Comissão correspondente, mas não pode afastar alguma preocupação com o método que, aparentemente, o Governo privilegia para atingir uma nova organização autárquica. -----

----- De facto, o anúncio na comunicação social de ideias desgarradas e a ausência de qualquer plano de trabalho conjunto com as autarquias, e as Assembleias Municipais em particular, não auguram nada de bom. -----

----- É nosso entendimento que mais que estabelecer limites para o número de habitantes de cada freguesia ou quaisquer outras limitações “matemáticas” é crucial encontrar o modelo de gestão autárquica com a definição de meios e competências que garantam a eficiência no uso dos recursos públicos mas no respeito pela diferença das comunidades envolvidas no processo. -----

----- Assim, vem o CDS-PP propor que a Assembleia Municipal de Lisboa recomende que: -----

----- 1. O Governo promova a consulta às associações representativas das autarquias, ANMP e ANAFRE e a audição das Assembleias Municipais, e em particular a Assembleia Municipal de Lisboa; -----

----- 2. A Câmara Municipal de Lisboa promova um debate alargado envolvendo as autarquias do Concelho; -----

----- 3. A Comissão Permanente para a Divisão Administrativa da Cidade seja a interlocutora privilegiada do debate, capitalizando desta forma o trabalho já desenvolvido nos mandatos anteriores.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP) -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que iam proceder à eleição para as representações externas da Assembleia Municipal em vários órgãos, e porque tinha chegado um pouco atrasado desejava perguntar quando tencionava a Sra. Presidente dar início à votação dessa proposta, porque tinha uma intervenção a fazer no momento anterior a essa votação. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que tinha ficado acordado na Conferência de Representantes que essa eleição decorreria no decurso dos trabalhos, durante o período da Ordem do Dia. -----

----- Seguidamente informou que a Deputada Municipal Marta Rebelo, do PS, pedira escusa na votação das moções 5 e 17, o que desde já ficava registado. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que hoje iam ter uma reunião longa, não só em termos de PAOD mas também em termos de período da Ordem do Dia, pelo que teriam que fazer um exercício para abreviar as intervenções para todos tivessem oportunidade de assistir àquilo que também hoje os preocupava que era o jogo do Benfica e do Liverpool. -----

----- Disse, depois, que apresentara uma Moção relativa às caricaturas que foram publicadas num jornal dinamarquês e que ofenderam alguns extremistas religiosos muçulmanos de modo a terem algumas reacções fora dos limites. O mundo assistira atónito e preocupado a esse tipo de manifestações, na medida em que elas representavam uma escalada que não se sabia onde iria acabar, e que podiam também representar o campo ideal para que os extremismos de direita, de esquerda e religiosos se pudessem manifestar, quer na Europa, quer no mundo árabe. -----

----- Teriam que viver em convívio entre todas as civilizações, com todas as culturas e todas as religiões. O povo português tem dado mostras disso ao longo de toda a sua história, nomeadamente no ecumenismo que tem representado a sua tradição. Até em Fátima já foram orar representantes de várias religiões, a prova de que o principal santuário português foi aberto a outras religiões. Portanto, deviam ser tolerantes em termos da religião, mas também deviam respeitar a religião de todos, e respeitavam-na. Mas não podiam admitir que alguém por se ofender por uma liberdade de expressão que naturalmente pudesse ter ofendido, reagisse da maneira violenta, atemorizadora e aterrorizadora como o fizeram alguns extremistas árabes. -----

----- Preocupavam-nos essas manifestações, por isso as repudiavam e apelavam, de maneira firme e convicta, a que os líderes religiosos do mundo árabe fizessem o possível para acalmar as fúrias dos extremistas religiosos para que se pudesse permitir que à escala planetária o convívio inter-religioso fosse uma realidade, para bem do mundo, para bem de todos e para bem da paz universal. -----

----- Sobre as outras moções que versavam o mesmo tema, disse que não se reviam na Moção apresentada pelo BE, mas apoiariam aquela que foi apresentada pelo CDS-PP. --

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que neste fim-de-semana foram confrontados com notícias muito desagradáveis e muito preocupantes, e desejava manifestar ao Sr. Vereador Sá Fernandes, do BE, naturalmente confirmando-se essas notícias todas, a solidariedade e a profunda vontade do PS de que todos esses factos fossem completamente esclarecidos para que todos pudessem ficar descansados em relação à vida política da cidade e ao funcionamento da autarquia. -----

----- Depois, disse que na Assembleia Municipal tinham o bom hábito, e desejavam que assim continuasse por muitos anos, de neste período de Antes da Ordem do Dia poderem discutir tudo. Durante um determinado tempo que esse período durava, eram uma espécie de parlamento nacional, porque estavam confrontados ali com um conjunto de moções muito interessantes e muito importantes. A maior parte delas prendiam-se com o combate político que se desenrolava de uma forma pluralista quanto às questões da vida nacional, e tinham muitas delas pouco a ver com as questões municipais e com as questões concretas da Cidade de Lisboa. -----

----- Percebia, e muito bem, que qualquer partido quisesse aproveitar a tribuna da Assembleia Municipal de Lisboa para aí desenvolver a sua própria estratégia política de combate a quem governava o País, legítima e democraticamente, e quisesse também daí fazer um palco de ressonância dessa mesma oposição política. Era normal que assim fosse, era salutar que assim fosse também, eram essas as regras do jogo, mas tal como o PS não punha em causa de maneira nenhuma, era o que mais faltava, a legitimidade democrática de quem governava a Câmara Municipal de Lisboa, também naturalmente estava certo que não punham em causa a legitimidade democrática de quem governava o País a nível nacional. -----

----- O que não podiam era contar com o PS para, a pretexto de estarem ali a tratar de assuntos de interesse para a Cidade de Lisboa, caucionar na Assembleia Municipal ataques políticos ao Governo da República com o qual estavam perfeitamente solidários e que entendiam que estava a desenvolver uma política patriótica de salvação do País, na resolução de situações muito complicadas e muito difíceis que infelizmente herdaram, mas que estavam a seguir com uma coragem pública e notória por todos reconhecida. -----

----- Vinha isto a propósito de um conjunto de moções que foram apresentadas. Sobre as referentes às questões da Saúde a sua camarada Maria de Belém fazia uma intervenção muito específica sobre a matéria, mas entendiam-na, de facto, no âmbito de um combate político, legítimo, em relação ao Governo. -----

----- Mas desejava referir-se muito particularmente a um conjunto de moções que têm aparecido sobre as caricaturas e o conflito religioso que alguns pretendiam continuar a incendiar de uma forma, diria, irresponsável. Não contassem com o PS para alimentar mais essa situação! Estavam confrontados com um cenário internacional muito preocupante, podiam mesmo dizer que o mundo estava cada vez mais perigoso, Portugal, que tinha tropas no Afeganistão, era parte envolvida e interessada nesse processo, e, portanto, o PS não iria caucionar ali, irresponsavelmente, moções que no seu entender eram irresponsáveis, que mais não visavam senão incendiar ainda mais essa matéria e talvez até – aí involuntariamente – pudessem vir a prejudicar a participação de Portugal no terreno, pondo em causa a vida de portugueses. -----

----- Portanto, sobre essa matéria tinha a dizer que votariam a favor da Moção do BE se fosse retirado o considerando n.º 6 mas votariam contra se ele não fosse retirado, e não fariam mais nenhuma intervenção sobre essa questão. Seria caricato pensar-se que o PS era contra a liberdade de expressão, defendiam a liberdade de expressão em Portugal como todos sabiam, mas não podiam pedir ao PS que servisse ali também de antecâmara de combate ao seu próprio Governo de uma forma irresponsável quando estava em causa o interesse nacional. -----

----- Disse, depois, que queria privilegiar na sua intervenção questões municipais, porque, se reparassem, 99% das moções que o PS apresentava na Assembleia tinham a ver com Lisboa, eram efectivamente assuntos municipais. -----

----- Em primeiro lugar a reforma administrativa. Têm uma Comissão na Assembleia Municipal, concretamente a Comissão Permanente para a Divisão Administrativa da Cidade, que funcionava, ininterruptamente, há mais de 20 anos e não foram capazes até

agora de produzir qualquer tipo de reforma nessa matéria. Ainda no anterior mandato, recordava-se bem, o PSD chegara até a apresentar uma proposta para a reforma administrativa da cidade, e, por isso, aguardava agora com grande expectativa qual iria ser a posição do PSD sobre a proposta que o PS apresentara, porque muito naturalmente estavam ali a reconhecer o propósito do Governo em promover uma reforma que era fundamental para a Cidade de Lisboa e também para o País, e estavam muito naturalmente também a alertar o Governo para que essa reforma – não era essa a intenção do Governo, estavam a alertar – não fosse levada a cabo ao jeito de régua e esquadro, mas sim tinha que ser uma reforma ponderada, debatida e o mais consensualizada possível, mas tinha que se fazer! E tinham agora uma oportunidade única pois tinham um Governo que a queria fazer e, esperava, uma Assembleia Municipal que sempre desejara que ela se fizesse. Portanto, tinham agora uma oportunidade histórica para que se pudesse fazer a reforma administrativa da Cidade de Lisboa. -----

----- Por isso, deixava o desafio no sentido de que votassem em coerência com aquilo que sempre defenderam na Assembleia Municipal, fosse em que ano fosse, que era necessário promover-se uma reforma administrativa da Cidade de Lisboa. -----

----- Não diziam na Moção como ela deveria ser, qual era a divisão que se fazia, qual a fusão ou a criação de novas freguesias. Apenas diziam e reconheciam a importância, manifestavam disponibilidade, e sinceramente dizia que gostava de ter sobre essa matéria uma grande unanimidade por parte da Assembleia Municipal. -----

----- Por outro lado, tinham também uma Moção muito importante que tinha a ver com a EPUL, que era o paradigma da grande incompetência da Câmara Municipal – do PSD e também do PP que com ele esteve coligado no último mandato – na gestão da Cidade de Lisboa. É que, por capricho, por motivações estéticas, por profunda motivação ou sabia-se lá porquê, o anterior Presidente da Câmara e o então Vice-Presidente, hoje Presidente, decidiram anular o programa EPUL-Jovem para o Martim Moniz, dizendo que era necessário reiniciar o processo, lançando todo esse programa criando-lhe um atraso significativo, prejudicando objectivamente os jovens que tinham concorrido ao programa e ganho a participação, que tinham contraído empréstimos para poderem comprar as suas casas, que até tinham pago a primeira tranche à própria EPUL para poderem ter direito às suas próprias casas, e que de repente viram protelado, na melhor das hipóteses por sete anos, o período de entrega das suas habitações. -----

----- Portanto, porque isso nunca esteve em causa e separava os disparates políticos da competência, da seriedade e das boas intenções, como tinha a certeza que fizeram tudo isso cheios de boas intenções, pedia agora à Câmara que assumisse as suas responsabilidades, o seu falhanço perante essa matéria, e que, assumindo essas responsabilidades, reconhecesse que a Moção do PS tinha razão de ser. -----

----- Depois, sobre a Escola D. João de Castro, disse que o PS tinha a sua própria Moção e não votaria as moções dos outros partidos. Não estavam a favor do encerramento dessa escola, mas mais importante que saberem o que era que iria suceder especificamente à Escola D. João de Castro, queriam saber qual o plano de reorganização que o Governo tinha para a rede do ensino escolar. -----



----- Depois de pedir à Sra. Presidente que no ponto 1 da Moção do PS onde se dizia “rede do ensino básico” isso fosse substituído por “rede do ensino escolar”, acentuou que estavam interessados em saber se o Governo tinha ou não tinha uma proposta de reorganização da rede do ensino escolar, porque isso era fundamental, e queriam também realçar que até ao momento estavam confrontados com declarações de técnicos dos serviços e nada mais. Ainda não viram nenhum membro do Governo dizer que aquela escola iria ser encerrada, e, nessa perspectiva, pediam muito concretamente na Moção – ponto n.º 2 – que se solicitasse ao Governo, que era quem tinha a responsabilidade política, uma informação sobre se pretendia ou não encerrar a Escola D. João de Castro. Se por acaso pretendia, que informasse as razões que o justificavam porque neste momento não descortinavam essas razões e não as descortinando não podiam entender que fosse justo encerrar a Escola D. João de Castro. Mas, até porque entendiam que tinham um Governo responsável, queriam mais informação, davam o benefício da dúvida e esperavam que viesse a ser tomada uma decisão justa que tivesse em conta a qualidade e o local privilegiado onde estava instalada essa escola para que ela pudesse continuar a funcionar na plenitude das suas capacidades e dos seus méritos.

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, depois de solicitar à Sra. Presidente que na Moção n.º 17 o ponto 1 fosse votado isoladamente, disse que ia falar das moções apresentadas pelo PCP, sobre o encerramento da Escola D. João de Castro e o encerramento do Hospital do Desterro e também sobre matéria relacionada com o Bairro Horizonte. -----

----- Mas começava por dizer ao Deputado Municipal Miguel Coelho que, ao contrário do que disse, o PCP iria votar favoravelmente a Moção do PS sobre a Escola D. João de Castro, como votariam também outras moções. -----

----- A Moção sobre a reforma administrativa, também a votariam, mas, como referira, queriam votar o primeiro ponto em separado. -----

----- Mas pretendia falar, sobretudo, da Moção n.º 4 sobre a situação que atravessavam no Município de Lisboa, que já era antiga, para dizer que era preciso pôr algum travão nessa insanidade toda, porque os jornais estavam todos os dias cheios de notícias. Claro que se solidarizavam com todos os que pudessem ser vítimas de tentativas de suborno, no caso concreto o Sr. Vereador Sá Fernandes, mas havia matérias ainda mais pesadas em cima da mesa, e também foi por isso que apresentaram esta Moção. -----

----- É que foram vítimas na Assembleia Municipal de um entendimento e de um abuso da Comissão da Hasta Pública dos terrenos de Entrecampos/Feira Popular, ao enunciar na primeira acta dessa Comissão que a Assembleia tinha apreciado e tinha votado favoravelmente o direito de preferência à Bragaparkes, o que era uma falsidade completa cometida por gente que era altamente responsável na Câmara Municipal de Lisboa, sancionada em declarações públicas por responsáveis seus, e, por isso, a Assembleia, em Agosto de 2005, depois de ouvida a Conferência de Representantes e a Câmara Municipal, colocara três processos: no Sr. Procurador-Geral da República, no Tribunal de Contas e na IGAT. Depois, em Outubro, receberam uma resposta do Tribunal de Contas, em três linhas, a dizer que tinha recebido o ofício; da IGAT receberam um ofício a informar que o processo tinha sido enviado, depois de analisado,

para o Delegado do Ministério Público do Tribunal de 2ª Instância de Lisboa, mas não tiveram nem uma linha – e era obrigatório que qualquer instituição pública acusasse a recepção a quem se lhe dirigia – do Sr. Procurador Geral da República. -----

----- Portanto, propunham na Moção que a Assembleia desenvolvesse iniciativas no sentido de fazer o ponto da situação. Consensualizaram na Conferência de Representantes a reformulação dos pontos da Moção, e o que ficou, como já foi anunciado pela Sra. Presidente, foi que a Sra. Presidente e a Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade iam tratar desse assunto. Mas a situação era extremamente pesada, estava em causa o bom-nome do Município, da Câmara e da Assembleia Municipal, todos os dias os jornais vinham carregados de muita matéria que os preocupava, pelo que todos, Câmara e Assembleia, teriam que fazer um esforço muito sério no sentido do esclarecimento de todas essas situações: a permuta da hasta pública e agora as indemnizações aos feirantes porque parecia que a matéria estaria a ser revista e se fosse revista era óbvio que a posição do PCP era que essa matéria deveria passar novamente pela Câmara e pela Assembleia Municipal. -----

----- Era com esse sentido que a Moção foi apresentada, e agradecia toda a colaboração da Conferência de Representantes e da Sra. Presidente para encontrarem matéria que fosse passível de ser aprovada nesta reunião. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que, em nome do BE, ia produzir uma declaração sobre os acontecimentos que ocorreram na passada sexta-feira, cerca da meia-noite. -----

----- Disse, então, que confirmava que, a meio do mês de Janeiro, um dos administradores de algumas das empresas de Braga, nomeadamente uma conhecida por Bragaparques, fez diligências junto de um apoiante do BE, Dr. Ricardo Sá Fernandes, no sentido de o tentar convencer sobre os benefícios que teria o seu irmão, Vereador José Sá Fernandes, do BE, em alterar a sua posição sobre o negócio do Parque Mayer, nomeadamente assumindo três posições enquanto Vereador: -----

----- 1º - Que tomasse uma posição, ou em reunião de Câmara, ou em reunião de Assembleia Municipal, dizendo que os privados não tinham feito nada de errado e apenas a anterior gestão da Câmara é que tinha errado nos seus métodos de trabalho; ---

----- 2º - Dando uma conferência de imprensa dizendo exactamente a mesma coisa; ----

----- 3º - Retirando a queixa que apresentou contra o negócio do Parque Mayer e da hasta pública. -----

----- A partir do primeiro momento em que esse contacto foi feito, o Dr. Ricardo Sá Fernandes assumiu a posição clara e precisa de pedir o conselho do Bastonário da Ordem dos Advogados, de se dirigir à Procuradoria-Geral da República e à Polícia Judiciária perguntando o que devia fazer, e a partir dessa altura as restantes reuniões com o Sr. Domingos Névoa foram autorizadas, por escrito, por uma juíza e acompanhadas, em directo, pela Polícia Judiciária. -----

----- Como era evidente não podia falar, nem ele, nem o Vereador José Sá Fernandes, nem o Bloco de Esquerda, nem o Dr. Ricardo Sá Fernandes, sobre a exactidão do conteúdo das conversas porque se encontravam em segredo de justiça. -----

----- Mas como estavam num fórum político e num fórum político era preciso denunciar o que punha em causa a democracia, a República e a transparência, queria dizer, em nome do Bloco de Esquerda, que o que estava gravado e transcrito pela juíza nesse processo, não podia oferecer qualquer dúvida, quer sobre a quantidade de dinheiro oferecido, quer da sua proveniência, quer de como seria entregue, quer quando, em que método e como era que se encontrariam as pessoas para proceder a tal acção de corrupção. -----

----- Aquilo que queria declarar era que quando tomaram conhecimento desse processo se lhes levantou uma dúvida que seguramente também se levantara a todos: qual seria o estado de espírito de um dirigente de um grande empreiteiro nacional, que detinha hoje um certo império económico, para ir ter com gente ligado ao Bloco de Esquerda quando o lema da campanha autárquica nacional do partido foi exactamente que o combate à corrupção era fundamental para se conseguir pôr as autarquias a produzir mais e melhor para os cidadãos. E esse senhor vinha ter com um Vereador, exactamente José Sá Fernandes, que tem sido um lutador ao longo dos anos, com coisas mais positivas ou menos positivas podiam ter cada um a sua opinião, mas ninguém tinha dúvidas que era um lutador para que as coisas se fizessem como devia ser! Ou seja, qual não seria o hábito para se proceder a isso, para se vir ter exactamente com o Bloco de Esquerda e com o Vereador José Sá Fernandes? -----

----- Referiu que disse a um jornalista, num comentário, que se isso era na montra e agora estava provado no concreto, o que não seria no armazém! -----

----- Disse, ainda, que não tinham nenhum prazer nem nenhuma honra disto ter acontecido. Tinham apenas a honra e o princípio de o ter tratado imediatamente com todo o rigor, de imediato com o conhecimento do bastonário da Ordem dos Advogados, com protecção judicial e com deliberação dos tribunais. Mas diziam que queriam que isso seguisse até ao fim, acreditavam na forma como a Polícia Judiciária tem procedido até ao momento, acreditavam no poder dos tribunais, consideravam que isso tinha que ser tratado não como um caso mas como um exemplo para se lutar com dignidade e verticalidade para acabar de vez com isso que grassava pelo País. -----

----- Chegava de terem Presidentes de Câmara acusados de corrupção, de fuga ao fisco e outras coisas mais. Chegava de terem Presidentes de Câmara, mesmo eleitos, que estiveram fugidos da justiça portuguesa a ganhar milhares de contos! Mesmo fugidos no estrangeiro, mesmo assim o Estado lhes pagava! Chega disso! Eram os casos que conheciam e de que podiam falar! -----

----- Era por isso que queria dizer que o BE que não desejava fazer deste caso nenhuma bandeira particular. Procuraram informar todos os partidos quando a Polícia Judiciária e os tribunais deliberaram que podiam falar, e, portanto, na sexta-feira à noite contactaram todos os partidos para informar do que ia acontecer, do que ia vir a público, e queriam que isso fosse uma luta colectiva, porque era uma luta séria, profunda. Se alguém vinha junto do Bloco de Esquerda e junto do Vereador José Sá Fernandes para lhe oferecer 200.000 euros quão à-vontade não estaria para andar a fazer quantas outras coisas por aí? E, naturalmente, não estava a falar de nenhum dos presentes porque não tinha nenhum dado para tratar de qualquer coisa ou levantar

sequer qualquer suspeita. Mas a luta, essa tinha que ser continuada, porque hoje estava provado que tinham razão. Existe corrupção em Portugal, ela faz-se às descaradas, como neste momento está na posse dos tribunais. -----

----- Estavam de acordo que houvesse uma Comissão para analisar todo o processo do Parque Mayer. Achavam melhor que fosse uma Comissão específica para isso, mas decidiu-se na Conferência de Representantes que fosse a Comissão Permanente de Urbanismo e estavam de acordo com isso. -----

----- Prosseguindo, disse que à Moção do PCP faltava um considerando, e gostariam que ele estivesse lá porque ele fazia parte da história da Assembleia. Todos os considerando que lá estavam eram certos, mas deixariam de estar certos se não estivesse um outro a dizer que quando foi votada, por maioria, a Moção que permitiu o negócio foram impostas quatro condições. O Deputado Municipal Modesto Navarro, que na altura era Presidente da Assembleia, recordar-se-ia que o BE disse que só votaria a favor se primeiro votassem as suas condições, e foram então aprovadas quatro condições sem as quais não seria possível fazer esse negócio. No entender do BE nenhuma das quatro condições foram postas em prática, apesar do Sr. Presidente da Câmara, na altura, ter dito que se comprometia a isso e apesar da Assembleia ter aprovado essa Moção, por unanimidade. -----

----- E fazia falta dizer que, como nada disso foi feito e entretanto se iniciou o negócio com a Bragaparkes para o Parque Mayer, a seguir foi feita uma Moção na Assembleia, que os partidos da oposição aprovaram por maioria, no sentido de se retirar todo o apoio ao negócio do Parque Mayer. Ou seja, não existia hoje legitimidade política – existia legal porque houve uma votação legal – para dizer que a Assembleia apoiava esse negócio. -----

----- Por isso, sugeria ao PCP que introduzisse os factos na Moção, tal como eles ocorreram na Assembleia, porque eles eram a realidade. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que, como habitualmente, o período de Antes da Ordem do Dia era na Assembleia Municipal de Lisboa, como em muitas outras pelo País fora, um momento de enorme e rico debate democrático, tocando quer os assuntos da cidade, quer os assuntos que no mundo eram de tal importância que não deixavam de ter influência na vida da Cidade de Lisboa. -----

----- Era daqueles que entendia que a Assembleia Municipal era um fórum da cidade, mas, obviamente, também entendia que não se podiam fechar ao mundo, e daí o interesse de debaterem algumas questões da maior relevância para a vida quotidiana da cidade. -----

----- Sobre as moções apresentadas, começou pelas relativas à Escola Secundária D. João de Castro dizendo que as três, se bem que com considerandos um pouco diferentes, eram no fundo coincidentes já que no fundamental pretendiam o mesmo, que, aliás, o CDS-PP também pretendia. Não pretendia como surgia na Moção do BE, que tinha algumas afirmações muito taxativas e com as quais poderia não concordar, como, por exemplo, dizer que repudiava o fecho da escola. Podia dizer que concordava com o BE ao dizer que repudiava o fecho pela forma como ele foi lançado na

comunicação social, como ele foi introduzido na discussão pública se assim se podia dizer, mas obviamente não poderia repudiar o fecho se ele fosse devidamente explicado e se da explicação e dos trabalhos que entretanto fossem feitos se chegasse à conclusão de que o fecho de uma escola, fosse ela qual fosse, era vantajoso e tinha por detrás dele alternativas que constituíam ganho para todos os cidadãos. -----

----- Portanto, não gostava de ser tão taxativo nessa matéria, e o CDS-PP, obviamente, ouvia primeiro as posições. Mas parecia que neste caso o Governo, aparentemente, teria posto um pouco o carro à frente dos bois. -----

----- Portanto, as três propostas, do PS, PCP e BE, eram de acolher porque o que era fundamental, de facto, era um estudo adequado da distribuição dos equipamentos escolares na cidade, tendo até uma perspectiva muito mais de futuro. Ou seja, falando agora não só de Lisboa mas de todo o País, não lhe parecia que indicadores meramente matemáticos fossem a melhor via para tomar decisões. Era óbvio que esses indicadores, como era dito eram apenas indicadores, mas depois as situações tinham que ser estudadas no terreno, e se queriam – e queriam todos – que Lisboa recuperasse de uma tendência de diminuição e de envelhecimento da população, provavelmente teriam que manter durante algum tempo escolas que até este momento tinham excesso de capacidade face à procura actual. Porque se perspectivavam um futuro de crescimento e rejuvenescimento da cidade, obviamente não fazia sentido estar a encolher o parque escolar para se calhar daqui a cinco anos e perante medidas com sucesso no rejuvenescimento da cidade, tivessem que insuflar depois os meios de que dispunham certamente com custos acrescidos porque se calhar entretanto se perderam instalações que eram relevantes. -----

----- Portanto, concordavam, no geral, com as questões levantadas, que eram as de um cuidadoso acompanhamento das necessidades actuais e futuras do parque escolar, porque quanto a fechos casuísticos para encontrar se calhar soluções económicas para problemas que não eram problemas dos alunos e dos pais, com isso claramente não estariam de acordo. -----

----- Em relação às moções sobre a política de saúde, disse que recordava, principalmente no que dizia respeito à Moção do PSD, que em 1998 ou 1999 o CDS-PP apresentara na Assembleia da República um Projecto de Lei de Bases da Saúde, que, enfim, cobria quase integralmente aquilo que nessa Moção era proposto pelo PSD, e na altura o PSD absteve-se. Regularmente o CDS-PP vinha a retomar esse assunto e sempre na direcção que achavam que seria aquela que podia criar um sistema de saúde sustentado, que sendo sustentado garantiria a humanidade e a justiça no acesso à saúde. Portanto, estavam de acordo com a Moção do PSD porque eles próprios lançaram essas ideias há muito tempo. -----

----- Sobre a Moção do PCP, disse que mais uma vez as posições eram excessivamente taxativas quanto ao encerramento ou não encerramento de hospitais ou centros de saúde, e com isso não concordavam porque eram situações a analisar. E quanto ao restante era um pouco a mesma coisa que referira em relação à Escola D. João de Castro, isto é, tudo tinha que ser feito tendo em conta aquilo que se pretendia para a

demografia em Lisboa. Era preciso que tivessem muita atenção, que dialogassem e analisassem as questões. -----

----- Quanto ao Parque Mayer, disse que concordavam com o acompanhamento em Comissão. Era um assunto muito complexo, um assunto que tinha muitos reveses e também algumas asneiras, e, portanto, a Comissão deveria fazer uma tarefa fundamental desse acompanhamento. -----

----- Em relação à reforma administrativa, disse que o CDS-PP tinha também uma recomendação sobre essa matéria, portanto, no geral, concordavam com aquilo que era dito pelo PSD e pelo PS sobre essa questão. O pensamento do CDS-PP sobre essa matéria foi também já exposto nos trabalhos da Comissão que no anterior mandato tratara deste assunto, um assunto que vinha já das calendas. Pessoalmente apoiava uma afirmação que o PS fazia na sua Moção, que era congratular-se pela posição do Governo no sentido de avançar com uma decisão, só esperava que esse voto de congratulação não trouxesse ao CDS-PP arrependimento daqui a uns tempos, porque, para já, a forma como ele foi introduzido não foi, no seu entender, a mais equilibrada e a mais adequada. Era verdade que é necessário reorganizar administrativamente o País e a Cidade de Lisboa, a Comissão específica da Assembleia Municipal tem trabalhado muito sobre essa matéria, as soluções que saírem da Assembleia da República têm que ser dialogadas com a Assembleia Municipal, apoiada no trabalho que a Comissão já fizera, e bem. -----

----- No tocante às moções sobre as caricaturas, disse que o CDS-PP ia votá-las todas favoravelmente, mesmo aquelas que tinham considerandos com os quais não concordavam, porque se era de tolerância e de liberdade de expressão que estavam a falar, só podiam mesmo votar a favor de moções que, com considerandos mais ou menos adequados ao pensamento do CDS-PP, diziam o mesmo: tinham que tolerar mesmo quem os ofendia, porque isso era fundamental. Podiam-se indignar, podiam-se ofender, só não podiam era responder com a mesma linguagem ou com a mesma violência daqueles que os queriam insultar. -----

----- Por fim, sobre o plano de reconversão da Ameixoeira, disse que o PEV apresentara uma recomendação, que o CDS-PP subscrevia integralmente por uma razão: é que ela dera já origem a uma proposta aprovada em Câmara Municipal, proposta essa que foi desenhada e apresentada pela Vereadora Maria José Nogueira Pinto, do CDS-PP, e, portanto, como a recomendação do PEV transcrevia essa proposta aprová-la-iam, obviamente. Achavam é que a recomendação devia ser no sentido de trabalhar em conjunto com toda a Assembleia e com toda a Câmara para desenvolver esse programa. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que em relação à questão da recomendação do Parque dos Príncipes, em Fevereiro de 2005 um grupo de residentes da zona elaborou um *dossier* contendo um mapa sintético e fotografias tendo então recolhido algumas centenas de assinaturas entre os moradores dos condomínios do bairro. -----

----- Para o Parque dos Príncipes, situado em Telheiras, Freguesia do Lumiar, limitado geograficamente a sul pela Segunda Circular, a norte pela Av. das Nações Unidas, a nascente pelo Eixo Norte/Sul e a poente pela Azinhaga da Torre do Fato, a referida

exposição inventariava um conjunto de problemas relacionados com zonas expectantes e abandonadas, a total ausência de espaços verdes e arborização da zona, a falta de iluminação adequada e a manutenção de postos desactivados de equipamentos públicos, que incluíssem zonas de lazer, jardins-de-infância, parque infantil, recintos para actividades desportivas, entre outros, alertando ainda para o problema do estacionamento desajustado. -----

----- Em Março do mesmo ano, os moradores, em conjunto com a associação de residentes local, fizeram a entrega da referida exposição na Direcção Municipal de Gestão Urbanística, e em Maio apresentaram o mesmo *dossier* na Direcção Municipal de Ambiente Urbano. Em Setembro solicitaram uma reunião com o Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, ao qual explanaram as suas propostas e, passados três meses, em Dezembro, voltaram a pô-las na Assembleia de Freguesia. -----

----- Depois, a 20 de Dezembro, também fizeram uma breve apresentação das suas questões no período de Antes da Ordem do Dia da Assembleia Municipal, e em 19 de Janeiro de 2006 voltaram a apresentar a problemática a um adjunto do Sr. Vereador António Prôa. -----

----- Nesse sentido, os moradores ansiavam por um reordenamento equilibrado do espaço público existente, sem construções adicionais, numa louvável perspectiva de uma melhor qualidade de vida, e era nesse sentido que o PEV apresentava os considerandos constantes da sua recomendação. -----

----- Aludindo à recomendação que apresentaram sobre as barreiras sonoras, disse que também um grupo de moradores, na Freguesia do Lumiar, tem periodicamente chamado a atenção para a elevada poluição sonora, do ar, residual e visual das vias públicas que envolviam o Bairro de Telheiras. A elevada poluição existente na zona, já confirmada por diversas medições e verificações, que tinha como principal foco a circulação automóvel, podia e devia ser atenuada pela colocação de barreiras em ambas as margens e taludes, nomeadamente painéis absorventes do ruído, vegetação arbustativa e arbórea em várias filas onde tal fosse viável, com a finalidade de reciclar e purificar o ar, proteger as zonas marginais e melhorar globalmente toda a zona envolvente. -----

----- A eventual existência de zonas ajardinadas ou mesmo de pequenos taludes com alguma vegetação, não eram suficientes para reduzir os vários tipos de poluição, desde deposição de lixos que constituíam focos de infestação por animais, incêndio e outro tipo de perigos, designadamente para as crianças como caixas de esgoto abertas e objectos cortantes. -----

----- Disse que sem essas barreiras as zonas marginais mais baixas constituíam então falsas zonas de protecção física em casos de despistes e/ou de projecção de objectos, como já acontecera no recreio da escola n.º 57, sendo que os *rails* e a vedação de arame, em muitos pontos inexistente, cortada ou caída, não representavam, comprovadamente, uma protecção suficiente. -----

----- Por outro lado, sabendo-se também que o Departamento de Ambiente e Espaços Verdes realizara um estudo acústico do Eixo Norte/Sul, tendo apresentado um plano de intervenção que previa a introdução de barreiras acústicas, a aplicação de pavimento

betuminoso flexível com reciclado de borracha e implementação de radares de controlo de velocidade para limites máximos de 90 km/hora, o PEV decidira propor que a Assembleia deliberasse recomendar à Câmara Municipal que elaborasse e divulgasse um projecto que conduzisse à eliminação dos impactos sonoros nos referidos troços que fossem da sua competência, e sensibilizasse outras entidades, como a Estradas de Portugal, para a solução dos impactos acústicos do eixo Norte/Sul. -----

----- Referindo-se à recomendação sobre a zona histórica da Ameixoeira, que também apresentaram, em relação à qual a Associação de Estudos e Defesa do Património da freguesia acabara de fazer ali uma breve exposição, que tinha definido como seus objectivos prioritários, entre outros, a protecção, valorização e divulgação do património urbanístico, monumental, cultural e ambiental, com a colaboração das populações, as entidades oficiais e os poderes públicos, no âmbito da educação ambiental e da defesa do património histórico e cultural da freguesia. -----

----- Tendo em consideração os pressupostos legislativos, designadamente a área crítica de recuperação e reconversão urbanística e os limites geográficos definidos pela Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, na Freguesia da Ameixoeira, a referida Associação endereçara à Vereação e ao respectivo Departamento algumas das preocupações relacionadas com os licenciamentos camarários de obras de demolição e construção no património do núcleo histórico da Ameixoeira. -----

----- Também segundo a Associação, a continuar-se com a actual política de concessão de autorizações camarárias para a demolição e construção de novos edifícios no perímetro e no casco do núcleo histórico, e não se precavendo que eles obedecessem a critérios que salvaguardassem, respeitassem e valorizassem o edificado do património urbanístico ainda existente, estava a Câmara a contribuir para a total degradação daquele património e a impossibilitar a execução e elaboração do plano de reconversão e reabilitação urbanística da zona histórica da freguesia, bem como a adopção de um conjunto de outras medidas previstas na proposta 863/2005, aprovada, por unanimidade, pelo Executivo camarário. -----

----- Por isso, propunham que a Assembleia endereçasse à Câmara uma recomendação no sentido de elaborar um plano de reconversão e reabilitação urbanística, de elaborar um projecto integrado também de reabilitação, não apenas da zona histórica como da também do Parque de Santa Clara, e dialogasse com os órgãos autárquicos locais e com a referida Associação. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Guerra de Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, no uso da palavra, disse que ia avançar com algumas notas relativamente à reforma administrativa, que nesta reunião estava vertida na Moção n.º 5, apresentada pelo PSD, na Moção n.º 17, apresentada pelo PS, e na Recomendação n.º 4, apresentada pelo CDS-PP. -----

----- Começou então por dizer que se podiam considerar que efectivamente era necessário fazer uma reforma administrativa, e saudavam essa iniciativa por parte do Governo, já não podiam saudar da mesma forma as recentes declarações, transmitidas pelos meios de comunicação social, sobre essa mesma reforma. -----



----- Era nesse sentido que o PSD decidira apresentar a sua Moção, na qual referia, concretamente, umas declarações que foram proferidas pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local, que taxativamente referia que não fazia sentido uma unidade administrativa servir só para passar atestados e certidões. Consideravam que essa afirmação não devia ser vista de uma forma política, queriam crer que certamente isso se deveria a um lapso, e para evitar mal-entendidos e para que as questões ficassem devidamente esclarecidas, achavam por bem que o Sr. Secretário de Estado viesse a público esclarecer concretamente o que queria referir com essas afirmações, que de certa forma eram gravosas. -----

----- Mas nessa notícia, saída no dia 11 no Jornal de Notícias, para além dessa frase era também apresentado como exemplo uma eventual fusão de freguesias em Lisboa, concretamente a criação da Freguesia do Bairro Alto, que iria abranger as freguesias da Encarnação, das Mercês, de Santa Catarina e dos Mártires. -----

----- Era público que a Freguesia dos Mártires ia desde a Praça do Município, Rua do Arsenal, Rua Nova do Almada, Rua Garrett até à Brasileira, não era que fosse bom ou mau mas não tinha nada a ver com a zona histórica do Bairro Alto. Portanto, não fazia sentido que se exemplificasse uma eventual fusão de freguesias em Lisboa com a fusão da Freguesia dos Mártires com o Bairro Alto porque estava perfeitamente fora do contexto geográfico. -----

----- Queriam crer que certamente foi mais um lapso, e nesse sentido, para evitar mesmo esses lapsos, achavam por bem que nesse campo da reforma administrativa as freguesias fossem consultadas, tivessem uma palavra a dizer e até agora, segundo pensava, nunca foram consultadas por parte do Governo, por parte de qualquer comissão ou qualquer entidade para se pronunciarem sobre a matéria. Pelo menos a sua freguesia nunca foi. Convinha que essas reformas, a fazerem-se, se fizessem com base nas opiniões dos autarcas, porquanto eles estavam no terreno e sabiam os problemas. Cada freguesia tinha os seus pontos de vista, tinha os seus problemas, não podiam ir por uma questão de régua e esquadro e limitar-se ao problema do número de habitantes, porque mesmo o número de habitantes era relativo. Por exemplo, na sua freguesia tinham uma população flutuante durante o dia, que eram milhares e milhares de pessoas. Bastava ver as pessoas na estação Baixa-Chiado para se perceber que a questão da população flutuante também era um critério que deveria ser tido em conta no problema da eventual extinção das freguesias mais pequenas. -----

----- Disse que à Moção do PS, o PSD solicitara uma pequena alteração no ponto 3, concretamente o aditamento de uma pequena frase: “ou associações de freguesias” porquanto essa poderia ser uma terceira via para evitar potenciais extensões ou fusões de freguesias. Efectivamente, uma eventual criação de associações poderia de certa forma vir a resolver alguns problemas de uma maneira eficaz. Essa alteração, ao que julgava, foi aceite pelo PS pelo que o PSD nada tinha a opor em relação a essa Moção, como também em relação à Recomendação apresentada pelo CDS-PP. -----

----- Terminou dizendo que esperavam que essa reforma, a vir a ser feita, fosse a bem do País, e que se tivesse em consideração que quando alguns autarcas falavam não o faziam por questões bairristas, porque se vissem o problema de uma forma bairrista

estavam a vê-lo de uma forma redutora. Antes de serem lisboetas eram portugueses e por serem portugueses é que estariam dispostos a fazer algumas concessões, mas teria de ser sempre em prol do País e nunca por bairrismos que de certa forma estavam ultrapassados. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém Roseira (PS)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção se centraria, especificamente, nas moções n.ºs 3 e 6. O PS ia votar contra essas moções e, portanto, importava explicar o sentido de voto. -----

----- E esse sentido de voto não era porque o PS e o seu Grupo Municipal não concordassem com alguns dos considerandos e das matérias propostas, mas porque a forma como estavam redigidos e os adjectivos que os acompanhavam, sendo perfeitamente legítimos na esfera da luta política, não podiam com eles concordar por razões que passava a justificar. -----

----- Em primeiro lugar, desejava congratular-se com o facto de ambas as moções chamarem a atenção para a importância do Serviço Nacional de Saúde. Isso era bom, era uma concordância de bancadas que se situavam em esferas diferentes no espectro partidário. -----

----- De qualquer maneira, a Moção n.º 3, do PCP, assentava num conjunto de considerandos que já se integravam na política defendida pelo Governo relativamente à reestruturação dos cuidados de saúde primários, portanto não podiam funcionar como crítica à política já anunciada uma vez que ela ia nesse sentido, e, por outro lado, na forma como estavam redigidos consideravam que qualquer reestruturação ia sempre no mau caminho, o que não era verdade. As reestruturações eram necessárias, o que tinham que ser era explicadas e justificadas. -----

----- Por outro lado, a Moção do PSD assentava em justificações que, no seu entender, pecavam por alguma ausência de rigor relativamente aos acontecimentos, sem prejuízo de considerar também que havia uma frase na Moção, relativa ao financiamento, que ia ao contrário daquilo que os proponentes referiam, uma vez que diziam: “não se pode pedir aos portugueses que sejam os principais financiadores do sistema”. Ora, os portugueses já eram os principais financiadores do sistema porque o sistema era financiado por impostos. -----

----- Por isso dizia que afirmações simplistas sobre as questões do financiamento na saúde eram extraordinariamente perigosas, na medida em que se se fosse pedir mais financiamento a quem já financiava o Serviço Nacional de Saúde através dos seus impostos, era evidente que aquilo que se provocava era a saída dos principais financiadores do sistema através de um *opting out*, e, portanto, romper a cadeia de solidariedade, que era aquela que fundamentava os serviços de protecção social obrigatórios. -----

----- Portanto, considerando que a questão do financiamento era um problema importante, ela deveria ser colocada na sua exacta dimensão e também na sua complexa dimensão, porque ela era efectivamente muito complexa. -----

----- E o próprio Ministro já reconheceu que essa era uma matéria que não estava no quadro actual, por isso aquilo que devia dizer era que acompanhava as preocupações relativamente a essa matéria, mas também que quanto a essa matéria as posições

políticas que sempre assumira, pública e politicamente, eram aquelas que mantinha e portanto não ouviriam nunca de si uma coisa diferente consoante o tipo de partido que estava no poder, na medida em que é uma militante dessas áreas. -----

----- Considerava, portanto, que as reestruturações em si não eram um mal, mas elas tinham que ser do conhecimento da Assembleia e da Câmara Municipal de Lisboa. E por isso mesmo, ontem, na reunião da Comissão Permanente de Ambiente decidiram pedir também uma audiência ao Ministro da Saúde porque entendiam que a Assembleia Municipal de Lisboa devia acompanhar o que se ia fazer. -----

----- Da mesma maneira considerava que a Câmara não se podia pôr de fora de um processo que era extraordinariamente importante para a Cidade de Lisboa. E era importante na vertente da representação dos interesses dos munícipes uma vez que a saúde era uma das principais preocupações das pessoas, portanto também dos munícipes da Cidade de Lisboa; na vertente do acesso aos cuidados de saúde primários, mas entendia que a Câmara também devia valorizar o facto de ir ceder ao Ministério da Saúde o terreno para a construção do Hospital de Todos os Santos, que seria, em princípio, o equipamento que substituiria os hospitais dos Capuchos e do Desterro, e a Câmara não poderia também estar ausente do impacto, em termos mobiliários, que a desafecção desses estabelecimentos poderia ter para a Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, tratava-se de matéria de extraordinária importância que a Câmara devia acompanhar. -----

----- E aproveitava para dizer, até por isso, que considerava estranho o facto de nas Grandes Opções do Plano a questão da saúde não ser nunca referida, porque ela era vital: era vital na sua vertente interna evidentemente, porque para os trabalhadores da Câmara era importante tudo o que fosse higiene e segurança no trabalho, etc., mas era também vital para que se assegurassem os direitos do exercício à saúde dos munícipes de Lisboa, como era vital, relativamente ao Pelouro do Urbanismo, para garantir que os planos de urbanização também fossem adequadamente acompanhados em articulação com o Ministério da Saúde para evitar que surgissem grandes urbanizações destinadas a milhares e milhares de pessoas sem que houvesse a previsão dos equipamentos de saúde básicos. Essa ligação teria que ser inequivocamente feita. -----

----- Por outro lado, tendo em atenção que o turismo tinha que ser uma vertente estratégica do desenvolvimento da Cidade de Lisboa, a questão dos equipamentos de saúde e da sua qualidade era uma pré-matéria que garantia a confiança e a segurança relativamente aos turistas que procuravam a cidade, designadamente naquelas idades em que havia mais tempo para viajar, e naturalmente mais dependência dos cuidados de saúde. -----

----- Chamou a atenção para essa matéria, e acrescentou que considerava que a Câmara Municipal de Lisboa tinha que articular com o Ministro da Saúde, o conhecimento de todas as reestruturações que deviam ser feitas. -----

----- Quanto à Moção n.º 7, relativa à gripe das aves, disse que também ontem, na reunião da Comissão Permanente de Ambiente, decidiram que houvesse um contacto com a Protecção Civil. Consideravam que os acontecimentos estavam a correr muito depressa, eles estavam a entrar pela porta dentro, e por isso era absolutamente

indispensável, numa cidade como Lisboa, com as suas especificidades, designadamente uma enorme população de pombos – que não lhe dissessem que não eram susceptíveis de apanhar o vírus porque era verdade que eram, pois teve oportunidade de confirmar isso com as entidades respectivas – tinham que dar orientações às pessoas, orientações que transmitissem conhecimento porque era a melhor forma de combater o alarmismo que a ignorância gerava. -----

----- Obviamente a informação era a sustentação da segurança e da tranquilidade para enfrentar um fenómeno deste género, que poderia ser um fenómeno que pusesse em causa os níveis de saúde pública que queriam inequivocamente garantir. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que a razão da sua intervenção tinha a ver com uma matéria já hoje posta no período de intervenção do público e também por vários oradores, e que tinha a ver com a inquietação de uma comunidade educativa da sua freguesia, concretamente da Escola D. João de Castro que estava em perigo de ser encerrada. -----

----- Disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho referiu que o Governo nunca disse que ia encerrar, mas ele próprio foi a uma reunião, no passado dia 10, na DREL, com a comunidade educativa, e o Sr. Director Regional disse que iriam mudar para essa escola serviços do Ministério da Educação, e depois dera a entender que seria a própria DREL. -----

----- Recordou que mandou para todos os Grupos Municipais uma Moção aprovada na sua Junta de Freguesia onde se pedia a demissão imediata da DREL por incompetência e prepotência. É que ouviu os senhores da DREL a falar e pensou que estava no 24 de Abril outra vez! Gente com uma arrogância e com uma prepotência, que não falavam com ninguém e alertando-os constantemente que estavam na casa deles. Aliás, o Sr. Director disse: “eu estou na minha casa”. Tanto quanto sabia ele não pagava renda daquela casa, estava em instalações do Estado e era de uma arrogância brutal, a pontos de o levar a dizer-lhe que se continuasse assim sairia pela porta fora. -----

----- No entanto, a Moção que apresentara na Assembleia Municipal não tinha nada a ver com a que apresentara na Junta. Esta era uma Moção que o deixava espantado que o PS não votasse favoravelmente. É que se limitava, nos considerandos, a contar a história da escola e depois, na parte deliberativa, só dizia que o Sr. Presidente da Câmara devia, com urgência, implementar o Conselho Municipal de Educação, do qual ele era o Presidente; que a Sra. Ministra neste momento reavaliasse o processo, e, por fim, que se enviasse a Moção a várias entidades. Por isso, ficava espantado como era que o Deputado Municipal Miguel Coelho não votava essa Moção. -----

----- Por outro lado, mandara também à Sra. Ministra uma carta aberta onde contava toda essa história, para si nebulosa. -----

----- Disse, ainda, que estava muita gente preocupada com essa possível fusão, e porquê? O “boneco” era pequeno, mas ia mostrá-lo! E exibindo uma pequena planta apontou a Escola Fonseca Benevides e a Escola D. João de Castro, que, segundo disse, tinha uma área seis vezes maior que a Fonseca Benevides. Ou seja, a Escola Fonseca Benevides cabia num bocadinho da Escola D. João de Castro. A Escola D. João de

Castro tinha cinco equipamentos desportivos, o que era praticamente impar na Cidade de Lisboa. Tinha um pavilhão desportivo coberto, tinha um ginásio coberto, tinha um polidesportivo descoberto e mais três áreas desportivas descobertas também, e tinha uma vertente educativa na área do desporto. Era uma vergonha se o Estado encerrasse aquela escola! Fosse com o pretexto daquilo passar a ser uma imobiliária, o Grupo Pestana ou outro qualquer que quisesse, ou fosse para aquilo sair da área da educação, porque, ainda por cima, segundo constava quando a Câmara Municipal de Lisboa expropriara havia uma clausula de reversão em que caso deixasse de ser escola passava outra vez para o antigo proprietário, o Vale Flor, que, como se sabia, vendera ao Grupo Pestana toda a área envolvente. -----

----- Portanto, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que, com urgência, implementasse o Conselho Municipal de Educação, que nesta área tinha responsabilidades. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, disse que o PS ia votar a Moção! Não iria era votá-la favoravelmente como o Deputado Municipal José Godinho queria! Iam abster-se e isso por uma razão muito simples. É que achavam que a do PS era mais precisa, era mais factual e atendia mais concretamente à realidade. -----

----- Porque o PS ainda não viu, e aí estava a diferença com o Deputado Municipal José Godinho, a Sra. Ministra da Educação dizer que a Escola D. João de Castro iria ser extinta e desaparecer. O Deputado Municipal José Godinho pressupunha que a Sra. Ministra já decidira nesse sentido, e era por isso que não podiam votar a favor da Moção do PCP e iriam abster-se. -----

----- Mas perguntava ao Deputado Municipal José Godinho onde viu até ao momento, em qualquer declaração de algum responsável político do Governo, que a Escola D. João de Castro iria ser extinta. Se assim acontecesse, naturalmente nessa altura tomariam uma posição, mas não interessava pôr o carro à frente dos bois entendendo-se que o Governo já decidira quando isso ainda não aconteceu. E tal como ele próprio explicara genericamente, na sua intervenção inicial, o PS não contribuiria com a sua posição na Assembleia Municipal para se aproveitarem problemas que eram municipais e do interesse da cidade para a partir daí se fazer uma guerra política de combate ao Governo, legítima com certeza, mas muito naturalmente o Deputado Municipal José Godinho compreenderia que o PS não entraria nessa carruagem. -----

----- Concluiu dizendo que esperava que os termos da Moção do PS, que não eram contraditórios com os da Moção do PCP, mas apenas mais precisos e mais comedidos no sentido em que não partiam do princípio que já estava decidido, esses sim viessem a merecer o apoio do PCP, porque se assim acontecesse estariam ambos a remar para no mesmo sentido, apenas com a diferença que o PS não queria desde já fazer uma guerra, que percebia que o PCP quisesse fazer, e tinha legitimidade para a fazer, isso estava fora de questão. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que não estava numa guerra política. Guerra política tinha o PCP no Parlamento, onde apresentou no dia 3 de Fevereiro um pedido de esclarecimento à Sra. Ministra para saber o que era que ia

acontecer, e o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha isso em seu poder. Isso é que poderia considerar uma guerra política. -----

----- Mas na reunião do dia 10, na presença de toda a comunidade educativa num total de 28 pessoas, o Conselho Pedagógico, o Conselho Executivo, os representantes dos funcionários, dos pais e dos alunos, o Sr. Director Regional disse preto no branco que ia encerrar a escola. -----

----- O Deputado Municipal Miguel Coelho duvidava, tudo bem, mas na Moção que em nome do PCP subscrevia em lado nenhum dizia que a escola ia ser encerrada. Contava o que era que a escola tinha em termos de salas de aula e equipamentos desportivos, e depois, na parte deliberativa, dizia, citou: -----

----- “1. Recomendar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para que, com urgência, tome medidas no sentido de ser instalado e começar a funcionar o Conselho Municipal de Educação para poder deste modo acompanhar todo este processo; -----

----- 2. Solicitar à Senhora Ministra da Educação que seja reavaliado o processo de fusão da Escola D. João de Castro com a Escola Fonseca Benevides, de forma a não pôr em causa os projectos educativos das duas escolas; -----

----- 3. Enviar esta Moção ao Senhor Primeiro-Ministro, à Senhora Ministra da Educação, a todos os Grupos Parlamentares, às duas escolas envolvidas e à Comunicação Social.” -----

----- Portanto, não dizia em lado nenhum que ia ser encerrada a escola, o Deputado Municipal Miguel Coelho é que estava a pôr na sua boca coisas que ele não disse. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção visava apenas justificar a Moção do BE relativamente aos carton’s bem como a posição do Grupo relativamente às outras moções que versavam sobre a mesma matéria. -----

----- Não votariam a favor de qualquer moção que sobre esse assunto tivesse, ou propusesse, uma visão parcial limitada que não correspondesse à realidade de tudo aquilo que se passara. Diria mesmo, uma moção que não fosse, para usar as palavras do Deputado Municipal Miguel Coelho, verdadeira, o mais próxima possível da realidade do que se passou sobre essa matéria, era algo que não poderiam evidentemente partilhar. O BE era a favor do todo e não das partes, achavam que as partes deviam ser entendidas à luz do todo que as compunham. -----

----- Por isso, achavam também que quando os Deputados Municipais se pronunciavam sobre uma moção, pronunciavam-se, evidentemente, sobre os considerandos da Moção e também sobre a parte resolutive que decorria desses mesmos considerandos. -----

----- Portanto, o BE não podia retirar o considerando 6 da sua Moção, conforme tinha sido solicitado pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, pela simples razão de que, em primeiro lugar, parecia-lhes que esse considerando não fazia nem mais nem menos do que aquilo que o Deputado Manuel Alegre disse na Assembleia da República sobre esse matéria, e, em segundo lugar, porque tal como o Deputado Manuel Alegre o BE também partilhava da ideia de que a defesa da liberdade e da democracia não se fazia em nome da liberdade religiosa mas sim em nome da liberdade e da democracia. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia falar basicamente de duas moções, uma relativa ao Serviço Nacional de Saúde e outra à gripe das aves. -----

----- E começando pela referente ao Serviço Nacional de Saúde, por si subscrita, disse que ela tinha a ver com declarações que consideravam inaceitáveis por parte do Sr. Ministro da Saúde, ainda por cima no local onde foram pronunciadas que foi um Encontro de administradores hospitalares, onde na prática o Sr. Ministro disse: “se os senhores não conseguirem resolver o problema das contas que existem no Serviço Nacional de Saúde, então serão os cidadãos a pagar”. -----

----- Essas declarações foram acompanhadas do anúncio de um grupo de trabalho para estudar a questão do financiamento, e o que era curioso é que primeiro fazia propostas e depois anunciava a criação de um grupo de trabalho para tratar dessas mesmas propostas. -----

----- Referiu que essas declarações já vierem a ser um pouco contrariadas, inclusive por membros do PS, mas pensava o PSD que não podiam ser deixadas passar em claro porque, de facto, não era ao cidadão que cabia pagar uma factura que dependia única e simplesmente do mau funcionamento dos serviços ou de erros políticos que foram sendo acrescidos durante o tempo. -----

----- Isso tinha também a ver com a Moção que foi apresentada pelo PCP – que o PSD iria votar contra – com a postura que tem sido acumulada ao longo dos anos no sentido de que para cada cidadão teria que haver uma unidade de saúde, o que era incomportável! E sobre a questão de algumas unidades de saúde que tinham que ser fechadas, era preciso que houvesse a coragem de dizer que não era pelo facto de elas estarem abertas que prestavam melhores cuidados de saúde. Não havia recursos humanos nem financeiros para manter algumas unidades que eram perfeitamente irrecuperáveis e entendia que chegara a altura de afirmar claramente que essa era uma realidade que teriam que aceitar. -----

----- Disse que concordava com a Deputada Municipal Maria de Belém Roseira quando dizia que a Câmara Municipal de Lisboa deveria assumir as responsabilidades estratégicas que tinha na prestação de saúde aos lisboetas, que obviamente, em parte, dependia do Ministério da Saúde, mas obviamente também a Câmara Municipal de Lisboa deveria assumir as responsabilidades que tinha nessa matéria. -----

----- Em relação à gripe das aves, disse que era uma questão muito clara que antes de começar a haver os pânico que já existiam nalguns países com consequências económicas, com consequências de vida como já acontecera em Itália, deveria haver uma postura no sentido de tentar fazer uma profilaxia clara, haver medidas atempadas e uma discussão clara de informação em relação a todos os cidadãos. -----

----- E, apesar daquilo que o Deputado Municipal Miguel Coelho disse da apresentação de moções de carácter genérico contra aquelas sectoriais que o PS apresentava em relação à questão de Lisboa, pessoalmente entendia que uma Moção que falava do Sr. Ministro da Saúde, que envolveria os 600.000 lisboetas, não sabia se seria assim tão genérica ou se falaria daquilo que era a preocupação dos lisboetas. Da mesma maneira que a própria gripe das aves, quando já havia um caso relatado em Espanha, a 20 km de

Madrid e que ainda faltava a confirmação, isso também teria muito a ver com a Cidade de Lisboa. -----

----- **A Deputado Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, aludindo à Moção que subscrevera sobre a política de saúde, disse que o que o PCP tem defendido estava exactamente plasmado nessa Moção, que aconselhava que relessem. Nela defendiam o Serviço Nacional de Saúde, que sabiam que tinha défices, naturalmente, mas que garantia a universalidade e a generalidade dos cuidados de saúde aos cidadãos. Aliás, colocara inclusivamente Portugal no 12º lugar no desempenho em termos de *ranking*, e tinham que se congratular com isso, obviamente. -----

----- Sabiam também que ele tem sofrido retrocessos, os cidadãos de Lisboa e do País naturalmente sabiam isso e testemunhavam-no. -----

----- Solicitou à Deputada Municipal Maria de Belém Roseira, que se referira ao terceiro parágrafo da Moção, que o visse com mais atenção porque ele dizia: “O Grupo Municipal do PCP bem como outras organizações sociais que partilham desta preocupação, têm reclamado várias medidas de reestruturação do SNS no sentido de garantir mais e melhores cuidados, em tempo clinicamente aceitável, com maior efectividade e com níveis de maior eficácia e eficiência por parte das instituições”. Mas sabia que a Deputada Municipal Maria de Belém Roseira, enquanto Ministra da Saúde, compartilhara com o PCP dessa preocupação. -----

----- Disse que as palavras do Sr. Ministro, já ali referidas, foram proferidas no passado dia 17, ele depois, numa intervenção à noite, tentara dar o dito por não dito, mas era claro que já tinha ficado em aberto para que assim fosse, isto é, mais despesa para os bolsos dos cidadãos e cidadãs. -----

----- Por outro lado, diziam também na Moção que não podiam aceitar encerrar os SAPs – Urgências dos Centros de Saúde, porquanto eram aqueles serviços de maior proximidade das populações, e que estava certa que os Presidente de Junta ali presentes naturalmente os defenderiam também, justamente porque defendiam as suas populações. -----

----- Disse, depois, que tinha quase a certeza, embora não o tivesse referido, que a Deputada Municipal Maria de Belém Roseira não estaria de acordo que se acabassem com os centros de saúde sem se criarem alternativas, porque os habitantes de Lisboa não podiam ficar sem centros de saúde. Também não podiam ficar sem o Hospital do Desterro sem estar outro construído e com condições para aglutinar a população lisboeta. -----

----- Lembrou que a Constituição da República Portuguesa, que em breve faria 30 anos, dizia que a saúde seria tendencialmente gratuita, mas a proposta a que assistiam era que a saúde seria tendencialmente paga. -----

----- E queriam reforçar aquilo que estava no ponto quatro da parte deliberativa, que era agendar este tema para maior reflexão e aprofundamento na Assembleia Municipal, dada a gravidade do que representava para a população de Lisboa. -----

----- Referiu que estava de acordo com a Deputada Municipal Maria de Belém Roseira, quando dizia que o Sr. Presidente da Câmara deveria acompanhar de perto esta questão, como estava de acordo também quando referia, relativamente à gripe



das aves, uma maior informação para maior prevenção. Todos tinham que apostar mais numa saúde preventiva que numa saúde curativa, que naturalmente era precisa, mas a saúde preventiva praticamente não se fazia em Portugal. -----

----- Referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Jorge Penedo, disse que ele afirmara que o PCP defendia que para cada pessoa tinha que haver uma unidade de saúde, pelo que lhe recomendava que lesse a Moção porque em parte nenhuma dela diziam isso. Naturalmente queriam condições aceitáveis, e queriam uma casa para cada família. Isso queriam! Queriam uma casa em condições para cada família e de facto não havia. Mas queriam, fundamentalmente, saúde adequada conforme estava instituído na Constituição da República Portuguesa. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho referiu a questão do PS caucionar ou não caucionar moções de âmbito geral mas principalmente aquelas que se cingissem à Cidade de Lisboa, enfim, no fundo, terem em conta o debate sobre Lisboa. E, nada tendo contra essa matéria, subscrevia na generalidade o que foi dito na medida em que várias vezes ele próprio ali apresentou moções que incidiam fundamentalmente sobre a gestão da cidade, porque era esse efectivamente o âmbito da Assembleia Municipal. -----

----- Era certo que nem sempre o PS assim fizera no mandato anterior, mas isso, enfim, eram contas de outro rosário, porque nessa altura trazia até moções de âmbito nacional para discutir sobre a política do Governo. Como, aliás, também não era muito comum que os partidos que apoiavam o Executivo municipal alertassem para algumas situações com que a gestão camarária se confrontava. -----

----- E para hoje subscrevera uma Moção um pouco nessa linha, também sobre um tema muito debatido no mandato anterior. Tiveram debates muito acalorados sobre o tema das piscinas municipais, desde intervenções do Presidente da Câmara ao tempo falando das piscinas pneumáticas exemplificando até como as encheria de forma mais rápida, mas afinal as piscinas não eram pneumáticas, eram mesmo de construção solidificada, portanto elas foram construídos mas agora colocava-se o problema da sua gestão e exploração. -----

----- E era um pouco nesse sentido que hoje apresentava esta Moção. Foi um bom desenlace para a Cidade de Lisboa a construção dessas piscinas em matéria de equipamentos desportivos, mas naturalmente, pese embora o esforço já feito pelo actual Executivo, importava agora que elas fossem abertas e criadas condições para a sua gestão efectiva. E daí o aconselhamento ao desenvolvimento com diversas entidades, nomeadamente as Juntas de Freguesia, e o Sr. Vereador, melhor que ninguém, vinha desenvolvendo esforços nesse sentido. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quesada (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a história das piscinas encher de pipo teve também a ver consigo. Podiam todos estar muito contentes com essa história das piscinas, mas o seu pedido de esclarecimento era muito simples: não foi o PSD que há quatro anos colocara

cartazes em toda a cidade a dizer uma piscina em cada bairro? É que a sua freguesia não tinha uma única piscina! -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que de facto já não se lembrava se tinha sido com o Deputado Municipal Paulo Quaresma o problema da dimensão do pipo e do tempo de demora de enchimento da piscina pneumática versus a de construção, o que era certo é que houve um propósito político de desafio eleitoral que foi de algum modo revolucionário na Cidade de Lisboa em termos do alargamento maciço de construção desse tipo de equipamentos, naturalmente comparando com aqueles que existiam anteriormente a esse mandato. E essa realidade era incontornável porque realmente houve uma revolução, aquática se se quisesse, no sentido da construção de piscinas em Lisboa, com alargamento a várias áreas da cidade que ao tempo não as tinham. Portanto, houve um alargamento da oferta das piscinas. -----

----- Contudo, agora, o importante era torná-las efectivas e com certeza seria esse o esforço do actual Executivo. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que no início de Dezembro de 2002 foi aprovada na Assembleia Municipal uma recomendação proposta pelo PEV, que teve apenas a abstenção do PPM num dos pontos já que todos os outros foram aprovados por unanimidade, recomendação essa que dizia respeito à definição de regras orientadoras para a instalação de equipamentos que emitiam campos electromagnéticos, nomeadamente antenas de telemóveis. No âmbito dessa recomendação a Câmara deveria apresentar à Assembleia Municipal um regulamento para a definição dessas regras, que passavam, nomeadamente, por estabelecer as distâncias mínimas de segurança e as áreas a interditar em função das fontes geradoras dos campos electromagnéticos, induzir a partilha de equipamentos entre os vários operadores, obrigando a redução das infra-estruturas às necessidades técnicas e não ao critério de mercado, e, por fim, assegurar a informação prévia aos cidadãos directamente interessados para a instalação das referidas antenas. -----

----- Hoje, três anos passados sobre o prazo em que a Câmara deveria apresentar o regulamento, uma cidadã, no período de intervenção do público, começava assim a sua exposição: “na passada quinta-feira, a população do Bairro de Caselas, na Freguesia de São Francisco Xavier, deparara-se com uma obra não identificada junto ao Caselas Futebol Clube, a cerca de 30 metros da escola primária e a 15 metros do parque infantil, num local rodeado de habitações.” -----

----- Ora aí está! Primeiro, continuavam à espera do regulamento; segundo entretanto não se ouviam os moradores, não se informavam os interessados e não se identificava a obra; terceiro, pelos vistos, nem o parecer da Junta de Freguesia respectiva tinha nessa matéria qualquer relevância. Perante a movimentação dos moradores a obra parou, mas ela parou, ao que parecia, porque a movimentação dos moradores assim o decidira e não porque a Câmara tivesse tido qualquer papel activo. -----

----- Portanto, conviria agora que a Câmara diligenciasse no sentido da empresa tapar o buraco, que era o mínimo que se podia exigir para que não se ficasse mal no retrato. ----

----- **A Deputada Municipal Virgínia Estorninho (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia falar da Moção n.º 10, apresentada pelo BE, e afirmar o seu apoio à Câmara pela homenagem e evocação do assassinato do Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe. --

----- Efectivamente, não compreendia essa Moção porque era evidente que não se podia apagar a história. A história era uma coisa que a si a sensibilizava imenso, aceitava nela mesmo os factos de que não gostava. Não havia dúvida nenhuma que a Monarquia governara durante 750 anos e Portugal devia à Monarquia aquilo que era. -----

----- Por isso, repudiar tudo e repudiar a história era uma coisa que pessoalmente não fazia. Cometeram-se erros durante a Monarquia, mas também se têm cometido erros durante a República, e muitos! -----

----- Portanto, essa Moção, no seu entender, era desprestigiante para a história de Portugal, e por isso ia votar contra. Aliás, apelava ao BE que retirasse a Moção porque até nos seus considerandos ela era contraditória, já que quando no ponto um reafirmava o respeito de todos os cidadãos e todas as opiniões e tendências políticas, depois contradizia-se criticando a Câmara pela homenagem que fez ao Rei D. Carlos I e ao Príncipe D. Luís Filipe com a colocação da lápide. -----

----- Então eles não morreram em defesa da Pátria? Não estavam a governar o País naquela altura? E não foram brutalmente assassinados? -----

----- Bom, que se viesse apenas salientar as virtualidades da República apagando toda a história da Monarquia, isso rejeitava. E como entendia que a história era inapagável, também respeitava a República com o bom e o mau que tem feito. Como portuguesa não abdicava de nada da história de Portugal, e sempre que houvesse uma homenagem a alguém que fizesse parte dessa mesma história, estaria presente. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse que o PCP se congratulava com a Moção n.º 14, apresentada pelo PS, sobre o Bairro Horizonte, e apenas desejava acrescentar que desde há muito vinha sendo colocado na Assembleia Municipal, directamente pelas Juntas de Freguesia, o problema da falta de condições de segurança e salubridade nessa zona e nesse bairro, e naturalmente ficavam satisfeitos por essa preocupação voltar à Assembleia Municipal. Independentemente dos Executivos mudarem de presidência, portanto mudarem de direcção partidária, realmente o que importava era a defesa das populações porque elas estavam em primeiro lugar. E como no anterior mandato era a CDU que dirigia a Freguesia de Marvila e já tinha também apresentado uma Moção semelhante, agora via-se que a nova Junta de Freguesia tinha as mesmas preocupações. -----

----- Portanto, agora, mais importante que a aprovação dessa Moção, era que a Câmara se pusesse no terreno para dar condições de maior salubridade e maior segurança à população do Bairro Horizonte. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que da parte da tarde iam discutir o Orçamento e as Opções do Plano. Os critérios usados para a elaboração dos protocolos já eram conhecidos de todos, e tinha que dizer ao Sr. Presidente da Câmara que estava de

parabéns porque conseguira, finalmente, que os critérios, embora já existentes, fossem ainda mais justos e mais correctos. -----

----- A fiscalização às Juntas de Freguesia, com a apresentação do relatório trimestral, era, sem qualquer dúvida, um instrumento essencial para a gestão da cidade. -----

----- Mas importava essencialmente transmitir ao Sr. Presidente da Câmara que tendo agora uma Vereação que fazia a ponte com as Juntas de Freguesia, tinha também um grupo de Presidentes de Junta capaz de gerir, capaz de dar tudo de si pela cidade, grupo esse que estaria atento e que iria a cada momento exigir sempre, sempre mais da Câmara. Foram eleitos em Outubro novos Presidentes de Junta, pessoas com uma perspectiva diferente do que era gerir Lisboa, e o Sr. Presidente teria da sua parte, pelo menos assim o entendia por aquilo que falara com outros Presidentes de Junta, a colaboração para levarem a bom porto a cidade e o seu projecto. -----

----- Quanto a si, tanto à esquerda como à direita da Assembleia Municipal estavam todos empenhados em fazer o melhor por Lisboa, portanto, o Sr. Presidente da Câmara teria a colaboração dos Presidentes de Junta para gerir melhor a cidade, mas também tinha um grupo de Presidentes de Junta que seria extremamente exigente para poder ser eficaz. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que também ficava muito satisfeito com a abertura ao diálogo com as Juntas de Freguesia, mas sendo também Presidente de Junta não conheceu ainda os critérios. Conheceu os princípios mas não viu ainda os critérios e, por isso mesmo, não sabia se eram justos ou não. -----

----- Portanto, tinham um conjunto de princípios com os quais até estavam de acordo porque eram muito gerais, mas não sabiam ainda quais eram os critérios e por isso não havia ainda critérios justos. -----

----- Por outro lado, era também um jovem, apesar de já ter estado na Assembleia Municipal no mandato anterior, mas achava de uma profunda injustiça o que o orador anterior acabara de dizer para com aqueles autarcas que há anos trabalhavam na cidade, e que também sempre foram justos, honestos, trabalhadores e sempre disponíveis para continuar a trabalhar na cidade. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que, eventualmente, o colega Presidente de Junta não teria ido a todas as reuniões com todos os Vereadores, que, ao ritmo que podiam, iam chamando os Presidentes de Junta. -----

----- Mas também estando atento já se podia adivinhar e já se podia ir vendo, bastava que se interessassem um pouco, e se calhar perguntar. Ele foi perguntando a alguns Vereadores quais eram os critérios, portanto sabia-os. -----

----- Disse, depois, que aquilo que referiu foi que o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores tinham um conjunto de novos Presidentes de Junta com capacidade e que iriam estar atentos. Esquecera-se, e disso pedia desculpa, daqueles Presidentes de Junta que estavam ali há mais anos e que não eram menos nem mais que aqueles que agora

chegavam de novo. E a esses apelava que com as suas experiências ajudassem aqueles que acabaram de chegar. -----

----- Terminou dizendo que foi intencional da sua parte alertar o Sr. Presidente da Câmara que tinha um conjunto de novos Presidentes de Junta com uma capacidade e uma visão diferente – não era melhor nem pior, era diferente – daquela que a cidade teve até ao agora. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)**, no uso da palavra, disse que a Moção n.º 10, subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, abrigava-o a intervir para sobre ela dizer algumas palavras. -----

----- E, para começar, dizia que era uma Moção cheia de contradições. Se, por um lado, viviam num Estado democrático que respeitava todos os cidadãos e todas as opiniões e tendências, por outro, considerava que ser monárquico era uma tendência ideológica sectária. -----

----- Era também o contrário de tudo aquilo que pessoalmente pensava, porque, tanto quanto sabia, não viviam num regime comunista, não eram orientados por princípios comunistas, mas a Assembleia, por unanimidade, não se coibira de votar um voto de pesar pela morte de Álvaro Cunhal, e se houvesse alguma vez, em Lisboa, uma rua com o nome dessa personalidade que foi Presidente do PCP, estava certo que o Presidente da Câmara, ou alguém em sua representação, estaria na inauguração dessa rua. Isso não teria nenhuma oposição da sua parte porque, de facto, se considerava democrata, considerava que o País era para todos, independentemente daquilo que pensavam. -----

----- Por outro lado, dizia também a Moção que se abria um perigoso precedente para futuras tomadas de posição do Executivo municipal, quando, de facto, o Presidente da Câmara se limitara a descerrar uma lápide que dizia uma coisa óbvia: “Neste local, a 1 de Fevereiro de 1908, morreram ... etc.” E, ainda por cima, se ao D. Carlos poderiam ser assacadas responsabilidades governativas, e era muito discutível assacar a um rei responsabilidades governativas numa monarquia constitucional, o Príncipe Real D. Luís Filipe foi assassinado apenas porque era filho de quem era, pois nada tinha feito que o pudesse levar a uma condenação desse tipo. -----

----- Disse, ainda, que no seguimento desse espírito não viesse a ser obrigado a usar uma estrela de David, uma coroa real invertida ou uma outra coisa qualquer como os malditos dos judeus na época das perseguições, ou algum símbolo como um proscrito da sociedade. -----

----- Espantava-o que essa Moção tivesse sido assinada pelo Deputado Municipal Carlos Marques, com quem desde há muitos anos tinha boa convivência política e democrática, mas do BE, um partido que conseguia associar chouriços e Cristo, de facto não o espantava muito. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que respeitava as opções de toda a gente e dizia-o com a autoridade de quem teve na sua campanha para a Câmara Municipal de Lisboa um conhecido monárquico que dera a cara por essa candidatura. Por isso respeitava os monárquicos e respeitava os seus direitos e convicções. -----

----- Mas já não aceitava que o Deputado Municipal Ferreira Pereira não tivesse lido o que estava na placa. Não tinham nada contra que dissesse que naquele local morreu D. Carlos e o seu filho! Só que na placa dizia-se também que morreu pela Pátria, sem falar dos outros! E isso era um problema histórico. -----

----- E porque a Deputada Municipal Virgínia Estorninho veio também ali questionar, a pergunta que fazia era se também podiam começar a pôr placas em nome de António de Oliveira Salazar, que foi governante e que também fez muito pelo País. Também podiam fazer isso? Era esse o princípio? O princípio da história era daqueles que lutaram para que hoje tivessem democracia e republicanismo. -----

----- Falar da história certo, mas falar dela como ela foi e não inventar outra história a pretexto disso. Respeitar os monárquicos, com certeza. Até estavam na candidatura do BE! -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que em parte alguma da Moção o Deputado Municipal Carlos Marques utilizava esse argumento, pelo que a resposta que dera era uma resposta ao fundo da escada. -----

----- **A Deputada Municipal Maria Graça Ferreira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que ia referir-se à Moção n.º 13, sobre higiene urbana, referindo que o objectivo dessa Moção era chamar a atenção para aquilo que lhe parecia que ainda não era, ou seja, Lisboa uma cidade limpa e que assim se desejava. -----

----- De facto, o problema da higiene urbana não se colocava com a mesma acuidade em todas as zonas. Parecia-lhe que se colocava com maior pertinência em zonas habitacionais, porque, obviamente, as pessoas aí residindo provocavam uma maior quantidade de lixos domésticos. -----

----- Mas este problema nem sempre era resolvido da melhor forma. Deparavam-se com situações muito degradantes em vários bairros, e por isso mesmo se chamava a atenção para a colocação de ecopontos em número e em local adequado, outros contentores de lixo e também para campanhas de desratização. -----

----- E também desejava chamar a especial atenção para os canídeos e a forma como andavam a conspurcar zonas de trânsito normal para as pessoas, nomeadamente jardins e passeios. -----

----- Portanto, apelava a que fossem colocados sanitários para canídeos e utilizadas medidas de persuasão para os respectivos proprietários. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que ia abordar, essencialmente, a primeira e segunda recomendações, sobre o Parque dos Príncipes e barreiras sonoras, respectivamente. -----

----- Quanto à referente ao Parque dos Príncipes, disse que essa matéria era já conhecida da Assembleia Municipal, porque desde o anterior mandato diversas foram as vezes que, como Presidente da Junta, ali levantara essa questão. Em Dezembro passado, veio à Assembleia Municipal uma cidadã de novo levantar as questões do Parque dos Príncipes, designadamente as relacionadas com as barreiras anti-sónicas, a falta de estacionamento, o espaço público e a necessidade de parques infantis. -----

----- Mas sobre essa matéria desejava dizer que o anterior Executivo da Câmara fizera algumas obras de vulto naquela zona, designadamente a Alameda Roengton que era um espaço público de grande qualidade, e também a própria Junta, na Rua Mário de Albuquerque, fizera um parque de estacionamento que ali era bem necessário. -----

----- Era evidente que reconheciam aquilo que estava em falta no Parque dos Príncipes e felicitavam o PEV por ter apresentado esta recomendação. A Junta do Lumiar, e ele próprio como seu Presidente, fariam tudo aquilo que fosse em benefício da qualidade de vida da cidade. Esse um dos grandes motivos porque ali estavam. -----

----- Relativamente à recomendação das barreiras sonoras, disse que na Junta do Lumiar elaboraram, durante o anterior mandato, a Carta de Ruído da Zona que contemplava, na generalidade, todas as questões que estavam levantadas nessa recomendação. Enviaram isso à Direcção Municipal do Ambiente Urbano e esperavam agora que o Sr. Vereador, neste mandato, complementasse aquilo que não foi possível fazer no anterior e que agora as barreiras sonoras fossem colocadas, não só em Telheiras junto ao Parque dos Príncipes, mas também noutras zonas, quer na Segunda Circular, quer na Av. Padre Cruz, quer na Av. Santos e Castro. -----

----- Referindo-se à Av. Padre Cruz, disse que não queria deixar de salientar que era uma das entradas de Lisboa que estava em pior estado, mas estava convicto que o actual Executivo camarário iria abordar essa questão, a Av. Padre Cruz seria requalificada e que pelo menos haveria um ou dois desnivelamentos tão necessários naquela zona. -----

----- Aludindo a questões da saúde, disse que a matéria foi ali abordada pela Deputada Municipal Maria de Belém Roseira, esteve muito atento à sua comunicação e quando verificara que disse que era preciso ter cuidado com as urbanizações porque elas tinham que contemplar tudo aquilo que era necessário a uma cidade, fosse equipamentos escolares, fosse equipamentos de segurança, fosse equipamentos de limpeza, fosse equipamentos de saúde. E nessa matéria de equipamentos de saúde, desejava dizer que tem tido imensos contactos com a Direcção Regional de Saúde e também com o Gabinete do Sr. Secretário de Estado, porque existia uma extensão de um centro de saúde no Alto do Lumiar que era uma autêntica vergonha. -----

----- De facto, não se compreendia que no início do século XXI tivessem uma extensão de um centro de saúde daquela qualidade. Na realidade, fez-se o realojamento das pessoas que até há algum tempo atrás viviam em barracas, mas esqueceram-se do centro de saúde. Aquela extensão continuava a ser uma barraca, não se compreendia que tivessem essa situação no momento presente, mas esperava que quer a Direcção Regional de Saúde, quer a Câmara, conseguissem ultrapassar essa situação, que dizia respeito não só à Freguesia do Lumiar como também à Freguesia da Charneca, pois os utentes daquela centro de saúde pertenciam às duas freguesias. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia falar do choque histórico que o BE teve ao apresentar a Moção n.º 10 e ao ler uma placa. O choque era histórico porque era com a história, era um choque com a História de Portugal. E Portugal é um Estado/Nação de 863 anos, dos quais 767 vivendo sob Monarquia e 96 vivendo sob República. -----

----- Inibia-se de fazer considerações históricas sobre 64 desses 96 anos, concretamente os desastrosos 16 anos da 1ª República e os abomináveis 48 anos de Estado Novo. Por isso, qualquer comparação histórica entre república e democracia escapava a uma consideração histórica mais razoável. -----

----- Mas, voltando à placa e ao choque do BE, referia a Moção: “neste local, a 1 de Fevereiro de 1908, morreram pela Pátria suas S. M. El-Rei D. Carlos I e o Príncipe Real D. Luís Filipe”, e realmente não via onde estava o erro histórico, a não ser que num excesso de revisionismo histórico se pudesse ler: “neste local, a 1 de Fevereiro de 1908, morreram por uma república popular o camarada D. Carlos I e o pioneiro D. Luís Filipe”. -----

----- Esperavam, segundo disse, que a tentação totalitária não fosse essa, que não se estendessem as figuras históricas portuguesas, como mandar eliminar a estátua de D. José I, no Terreiro do Paço; D. Pedro, no Rossio; ou D. João I, na Praça da Figueira. ----

----- A tentação totalitária era perigosa e, por isso, saudava a atitude do Sr. Presidente da Câmara. Mas a razão de ser da sua intervenção era um pedido, um pedido para que ao aproximar-se o centenário da morte de sua Majestade o Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe, o Presidente da Câmara e a Vereação, ao contrário de outros Presidentes de Câmara e de outras Vereações que gostaram e tiveram a ousadia de propor que a Câmara construísse uma estátua a um assassino, Buíça, no Alto de São João, pudesse impulsionar aquilo que foi a vida de um grande estadista, de um grande diplomata e de um grande oceanógrafo que foi o Rei D. Carlos, na passagem do centenário da sua morte. -----

----- **A Deputada Municipal Maria Albertina Ferreira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que o Executivo da sua Junta tem vindo a apoiar os fins da Associação de Defesa do Património da Ameixoeira, da qual era também sócia fundadora, dado a Associação pugnar pela defesa do património da freguesia, que efectivamente tinha vindo a sofrer degradação e delapidação, pelo que concordava que a Assembleia Municipal pudesse vir a recomendar a rápida elaboração, por parte da Câmara, do plano de recuperação e reabilitação do Núcleo Histórico da Ameixoeira. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PSD)**, no uso da palavra, disse que se ia reportar à Moção n.º 10, apresentada pelo BE, cujo ponto 1 da parte deliberativa dizia: “Reafirmar na cidade de Lisboa os princípios republicanos em vigor em Portugal desde o dia 5 de Outubro de 1910”, e quanto a isso desejava assinalar que a Monarquia foi derrubada por um acto de força e em democracia, que todos defendiam e ele defendia-a ardentemente, não se reconhecia o derrube de instituições por actos de força. A República teria de fazer aquilo que nunca quis fazer, isto é, fazer uma consulta ao povo português. -----

----- E os monárquicos, quando foram vencidos pelo golpe de Estado, pediram, pela voz do comandante Paiva Couceiro, que se realizasse um referendo mas os republicanos nunca o quiseram fazer. -----

----- Portanto, não podiam dizer que os princípios em vigor em 1910 eram os princípios republicanos, até porque ainda há pouco lera, de um historiador republicano, que



em 1910 a maioria da população portuguesa era monárquica. Por isso, a República não estava legalizada por uma consulta ao povo português porque o não quis fazer no dia em que o deveria ter feito, preferira derrubar o sistema monárquico por um golpe militar. -----

----- Quanto ao voto de protesto pela cerimónia realizada no dia 1 de Fevereiro, referida no ponto 2, disse que queria mencionar uma circunstância que provocara uma reacção muito violenta de grande parte da população portuguesa. É que pouco depois da implantação da República, um Presidente da República, de cujo nome não se recordava, foi ao cemitério do Alto de São João, aos dois assassinos, Buíça e Costa, o que causara uma grande reacção por parte do povo português. -----

----- Portanto, não podia concordar que se pusesse em causa a referência: “neste local, a 1 de Fevereiro de 1908, morreram pela Pátria S. M. El-Rei D. Carlos I e o Príncipe Real D. Luís Filipe”. -----

----- Por fim, depois de reiterar que a República não foi legalizada pelo voto popular mas imposta por um golpe de força e por isso não era um regime legal, disse que tinha grande apreço pelo Deputado Municipal Carlos Marques pelo que tudo o que disse não envolvia de maneira nenhuma uma posição pessoal em relação à sua pessoa. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que, em nome do BE, não podia deixar passar sem defender a honra de uma força política que se dizia republicana, porquanto, apesar do maior respeito que tinha pelo orador anterior, este não podia dizer que a República não foi referendada. Estavam num regime para o qual foi aprovada uma Constituição por voto secreto, directo e universal de todos os portugueses que quiseram votar, num acto eleitoral ao qual também o PPM concorrera. -----

----- Portanto, que não se quisesse trazer para ali uma discussão sobre matéria que já ia nas calendas da história. O BE estava contra um regime autocrático, sectário que previa que existisse uma entidade superior eleita não se sabia bem por quem, que a partir daí, através dos filhos, haveria sempre de ter uma opinião sobre o País. Isso para o BE não era democracia! São republicanos e sempre seriam defendendo esse princípio democrático. -----

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto**, no uso da palavra para responder a algumas questões postas sobre a Escola Secundária D. João de Castro, começou por dizer que iria ser uma realidade terem em funcionamento, no próximo mês, o Conselho Municipal de Educação, porque, ao que tudo indicava, estavam em condições de empossar os novos representantes desse Conselho. Ele nunca funcionou, era uma verdade apesar de já dever ter começado em 2003, mas o empenho do actual Executivo, desde a primeira hora, foi ultrapassar as questões que se prendiam com a legalidade dos mandatos, e hoje estava em condições para dar essa boa notícia, porque, efectivamente, o Conselho Municipal de Educação era um fórum determinante para a política educativa para Lisboa. Esperava que funcionasse da melhor forma, porque estava certo traria um grande contributo para a cidade. -----

----- Disse, depois, que nas conversações que efectuara com o Ministério da Educação, verificara que eram invocadas questões técnicas para, eventualmente, fundir a Escola

D. João de Castro com a Escola Fonseca Benevides. E dizia eventualmente porquanto ainda não estava decidido o projecto definitivo. -----

----- A DREL argumentava que estava a equacionar nesse sentido porque existiam três escolas na área com capacidade superior ao número de alunos que as frequentavam, concretamente a Fonseca Benevides, a D. João de Castro e a Rainha D. Amélia. Encerrando uma delas, dizia a DREL, qualquer uma das outras poderia assimilar a totalidade dos alunos e não ficaria saturada, acrescentando que nessa circunstância faria algum sentido avançar com uma fusão e nunca com a extinção pura e simples, até porque isso tinha a ver com o prosseguimento dos processos. -----

----- E nessa avaliação também dizia a DREL que seriam ponderados os projectos educativos desenvolvidos por essas escolas. -----

----- Como era sabido, a Escola D. João de Castro e a Escola Rainha D. Amélia tinham um projecto muito semelhante, orientado, essencialmente, para o prosseguimento dos estudos, enquanto que a Escola Fonseca Benevides era uma escola mais na vertente da vida activa, mais na vertente profissional e tecnológica. -----

----- Ora, para manterem as raízes dos dois projectos teria que se encerrar ou a D. João de Castro ou a Rainha D. Amélia, e caso se avançasse por aí, já que não havia ainda nenhum projecto definitivo, estava-se a equacionar optar pela primeira baseando-se no critério da procura. -----

----- Disse que do ponto de vista técnico, e reportando-se ao n.º 2 do artigo 17º da Lei que regulava os Conselhos Municipais de Educação, a fixação dos parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, era da competência do Ministério da Educação. Estavam esclarecidos sobre isso! Agora, já não estavam esclarecidos sob o ponto de vista do interesse público. Isso aí era de facto questionável. -----

----- E, nesses termos, a Câmara Municipal de Lisboa, se se verificassem esses pressupostos, iria propor um plano de aproveitamento do espaço no sentido de salvaguardar a sua índole educativa, o que passaria, necessariamente, pela vertente de uma escola profissional. Era bom que se lembrassem que a zona de Alcântara/Ajuda tinha uma caracterização que os levava a verificar da sua necessidade, estava-se a lembrar dos processos alternativos dos PIEFs, mas também por outras valências, pelo centro de recursos educativos. Porque foram encerrados já há uns anos o Centro de Recursos Educativos de Alcântara e o da Praça da Figueira, e ainda ponderava esta Câmara que face ao projecto Alcântara XXI o aumento populacional seria uma realidade e aí também deveria haver uma atitude preventiva por parte da Câmara no sentido de salvaguardar a valência do pré-escolar e do 1º ciclo. -----

----- Portanto, ficava o compromisso, por parte da Câmara, de que se se verificassem esses pressupostos, que ainda não sabiam porque como bem disse o Deputado Municipal Miguel Coelho ainda não houve uma decisão definitiva, podiam ficar cientes que a Câmara estaria à altura de propor um plano de aproveitamento em que se incorporassem essas valências. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, começou por dizer que não fazia da Lei a mesma interpretação que o Sr. Vereador fez em termos de saber

a quem competia o quê, porque nas competências do Conselho Municipal de Educação a Lei dizia: “Acompanhar o processo de elaboração da actualização da Carta Educativa, a qual deve resultar da estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação”, e o que se sabia era que a DREL, até hoje, não perguntara nada à Câmara e estava a avançar sem qualquer acompanhamento da parte da Câmara.--

----- Por outro lado, o n.º 2 do artigo 17º que o Sr. Vereador referira, dizia: “Compete ainda ao Conselho Municipal de Educação analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações”. Portanto, não era o Ministério da Educação que via qual o mais adequado, mas sim o Conselho. -----

----- Mas perguntava ao Sr. Vereador se a Câmara já tinha posição sobre que escolas se iam fundir, porque o problema era que o Sr. Vereador disse que a extinguir-se seria a Rainha D. Amélia ou a D. João de Castro e aquilo que a DREL falava era fundir a D. João de Castro com a Fonseca Benevides, e uma coisa não tinha nada a ver com a outra. Ou estariam a falar de coisas diferentes? -----

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que estas questões resolviam-se com seriedade, com frontalidade e sem emoção. A Câmara estava atenta ao percurso, já tinha dito e esclarecido que não havia uma decisão definitiva por parte do Ministério da Educação, e por isso perguntava por que era que estavam ali com polémicas. -----

----- Pediu ao Deputado Municipal José Godinho que estivesse atento e tivesse confiança no Executivo, porque com certeza encontrariam a melhor solução. E se caso se verificasse uma solução que pusesse em causa a capitalidade, que pusesse em causa a memória, a referência e a história das escolas de Lisboa, que estivesse ciente que o Executivo, com o Deputado Municipal José Godinho e com todos os Deputados Municipais, encontraria a melhor solução, e podia dizer que salvaguardariam sempre a índole educativa que presidia a essas escolas. -----

----- Acredite em nós, disse a terminar. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, deu por encerrado o primeiro período da reunião, informando que depois do almoço retomariam com os esclarecimentos da Câmara e a votação das moções e recomendações. -----

----- Eram 13 horas e 30 minutos. -----

----- **SEGUNDO PERÍODO DA REUNIÃO** -----

----- Às 14 horas e 40 minutos, a **Senhora Presidente** declarou aberto o segundo período da reunião, dando a palavra à Sra. Vereadora Gabriela Seara para continuar os esclarecimentos da Câmara. -----

----- **A Senhora Vereadora Gabriela Seara**, no uso da palavra, referiu que queria dar uma informação breve à Assembleia acerca da Moção apresentada pelo PS quanto aos casos do Paço do Lumiar e do Martim Moniz. -----

----- Disse, então, que em relação ao Martim Moniz já foi emitido o alvará de loteamento, foi seleccionado o empreiteiro e adjudicada a obra. Já foram iniciadas as obras de urbanização, faltava passar a licença de ocupação da via pública, e a obra tinha uma duração prevista de 20 meses pelo que deveria estar pronta no final de 2007. -----

----- Referiu que dos 87 promitentes-compradores 18 desistiram na altura, a quem a EPUL pagara os juros assim como continuava a pagar aos que não desistiram. -----

----- No tocante ao Paço do Lumiar, disse que estava previsto o fim da obra para Outubro de 2006, mas sabendo a Câmara que era uma obra que poderia demorar 18 meses era óbvio que estava atrasada. No contrato dizia-se que se a escritura não fosse feita até Fevereiro de 2007 a EPUL teria que pagar os juros, mas o Conselho de Administração da EPUL, por decisão tomada em 11 de Janeiro, decidira suspender os pagamentos de todos os promitentes-compradores. -----

----- O projecto estava praticamente ultimado, as últimas complicações que surgiram foram relativas às questões de ruído devido à proximidade do Eixo Norte/Sul, o estudo acústico estava preparado, estava feito, estava na EPUL e ia ser enviado para os serviços de Urbanismo da Câmara para ser apreciado. O início de obra estava previsto para o terceiro trimestre do corrente ano e ao fim dos 18 meses de obra teriam o empreendimento concluído, embora fora de prazo. -----

----- Terminou dizendo que dos 80 promitentes-compradores foram poucos os que desistiram, os suplentes que já entraram tinham aceite as condições, os juros estavam a ser pagos àqueles que desistiram, pelo que, nessas circunstâncias, parecia-lhe que a Moção, pelo menos nos termos em que estava redigida na parte deliberativa, perdia alguma razão de ser. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- (Nota: As alterações que foram sendo anunciadas pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia) ----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, subscrita pelo Deputado Municipal Pedro Portugal, do PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PCP votou favoravelmente esta Moção mas lamentamos que as tão prometidas promessas de uma piscina se resumiu, afinal, a meia dúzia de piscinas, e que a revolução que o Sr. Deputado Pedro Portugal aqui referiu é hoje uma revolução aquática seca, porque a cidade tem algumas piscinas mas elas continuam todas fechadas e sem água. -----

----- Portanto, votamos favoravelmente pela importância que estes equipamentos colectivos têm para a população, mas lamentamos todo o processo: o planeamento, a construção e o atraso na abertura da obra.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, subscrita pelo Deputado Municipal José Godinho, do PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a Deputada Municipal Ana Sara Brito pediu escusa para tomar parte na votação da Moção n.º 3, bem como todas as que se relacionavam com o SNS. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 3**, subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP e votos favoráveis do PCP, BE e PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 4**, subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS e 3 abstenções do BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 6**, subscrita pelo Deputado Municipal Jorge Penedo, do PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 7**, subscrita pelo Deputado Municipal Jorge Penedo, do PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 8**, subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS e BE, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- A **Moção n.º 9**, apresentada pelo PSD, tal como já referido foi retirada na Conferência de Representantes. -----

----- A **Moção n.º 10**, subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, foi votada ponto a ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Rejeitar o ponto 1, por maioria, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção de um Deputado Municipal do PSD. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD e do CDS-PP, e votos favoráveis BE e PEV, e a abstenção do PS e PCP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 11**, subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, com votos contra do PSD e PS, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 12**, subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Da **Moção n.º 13**, subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e pela Deputada Municipal Maria da Graça Ferreira, ambos do PS, a requerimento do PSD os dois primeiros pontos foram votados isoladamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Rejeitar o ponto 1, por maioria, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE, e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD, e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV. -----

----- Os pontos 3 a 12, votados em conjunto, foram aprovados, por maioria, sem votos contra e com a abstenção do Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Apenas para esclarecer o voto do PSD nesta matéria e o voto contra nos dois primeiros pontos, o que se explica pela política que a Câmara Municipal de Lisboa está a fazer na implementação da recolha selectiva porta a porta em toda a cidade. -----

----- É objectivo da Câmara alargá-la a toda a cidade até 2009 e, portanto, essa política não se coaduna com a colocação de mais ecopontos. Pelo contrário, o objectivo é retirar progressivamente os ecopontos da cidade, à medida que nessas zonas for implementada a recolha selectiva porta a porta.” -----

----- A **Moção n.º 14**, subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e pela Deputada Municipal Sofia Dias, ambos do PS, foi votada ponto a ponto tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 2, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 3, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 4, por unanimidade. -----

----- Rejeitar o ponto 5, por maioria, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE, e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 15**, subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Pedro Pinto, ambos do PS, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE, e PEV, e a abstenção do CDS-PP e de 2 Deputados Municipais do BE.

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 16**, subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS, com votos contra do PSD e CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE, e PEV. -----

----- A **Moção n.º 17**, subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS, foi votada ponto a ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS e 1 Deputado Municipal do BE, votos contra do PCP e PEV e 1 Deputado Municipal do PSD, e a abstenção do BE, CDS-PP e 1 Deputado Municipal do PS. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, sem votos contra e com uma abstenção de um Deputado Municipal do PS. -----

----- Aprovar os pontos 2, 3, 4 e 5, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e com três abstenções, uma do PSD, outra do PS e a terceira do BE. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)** fez a seguinte declaração de voto:

----- “Apenas para comunicar à Assembleia que a minha abstenção se refere exclusivamente ao ponto 3, porque sinceramente não acredito que a reforma administrativa seja possível com um amplo consenso nacional.” -----

----- **Os Deputados Municipais do PSD** apresentaram, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “No respeito pela disciplina de voto, os Deputados signatários do Agrupamento do Partido Social Democrata, votaram favoravelmente o ponto 1 da Moção N.º 17, entendendo no entanto, que saudar o propósito deste Governo de promover uma reforma administrativa na Cidade de Lisboa, conjugado um teor dos considerandos, pode levar a uma ilação errada que os últimos Governos do PSD

nada de relevante produziram sobre esta matéria que reputamos de essencial para a nossa cidade. -----

----- É a necessidade deste esclarecimento que queremos aqui deixar expresso.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 18**, subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, CDS-PP e PEV, e 3 abstenções do BE. -----

----- **A Deputada Municipal Sílvia Claro (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “É conhecido e tivemos hoje oportunidade de aqui ouvir o protesto da comunidade educativa da Escola D. João de Castro, perante a possibilidade de fecho, mesmo na forma de fusão, da escola. Protestam, porque não vêem qualquer sentido para o fecho da escola. -----

----- A Escola D. João de Castro, no Alto de Santo Amaro, constitui um dos mais antigos liceus da Cidade de Lisboa, com uma área coberta de 2.800 m<sup>2</sup> e 25.100 m<sup>2</sup> de área exterior ocupada por campos de jogos e que serve também de recreio dos alunos. O Liceu D. João de Castro apresenta-se como uma das escolas com melhores condições de toda a Cidade de Lisboa. -----

----- Neste sentido, o BE abstém-se na votação da Moção do PS, porque esta Moção é uma não posição, porque consideramos necessário reclamar junto do Ministério da Educação pela suspensão imediata do anunciado encerramento e que o reordenamento da rede escolar seja realizado com a comunidade educativa, porque mesmo que a Ministra da Educação ainda não se tenha pronunciado pela sua concretização, o facto é que o anúncio pela DREL de encerramento da escola existe. -----

----- Votámos, assim, favoravelmente as moções do PCP e do BE que são claramente contra o encerramento da Escola D. João de Castro.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 19**, subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e 1 Deputado Municipal do BE, votos contra do PS e BE, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- Finda a votação das moções, passou-se à votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 1**, subscrita pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 2**, subscrita pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 3**, subscrita pelo PEV. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a Deputada Municipal Marta Rebelo pediu escusa para tomar parte na votação da recomendação n.º 4. -----

----- Da **Recomendação n.º 4**, subscrita pelo CDS-PP, o PS requereu que o ponto 1 fosse votado separadamente, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Os pontos 2 e 3, votados em conjunto, foram aprovados, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egípto (PS)** fez a seguinte declaração de voto: --

----- “Transmitir o sentido de voto do PS nesta Recomendação apresentada pelo CDS-PP. Votamos contra o primeiro ponto porque infere da Lei 54/98 a obrigatoriedade do Governo ouvir as associações representativas das freguesias. Nos termos da Lei 54/98,

seja em que matéria for do Poder Local, é obrigação do Governo ouvir a Associação de Municípios e a Associação de Freguesias. -----

----- Portanto, não fazia sentido este ponto nesta Recomendação. -----

----- Na votação dos outros dois pontos a abstenção do PS deve-se ao facto da nossa Moção, que foi aprovada, já referir esse aspecto que o documento do CDS-PP recomendava.” -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as votações, deu por findo o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Eleição das representações externas da Assembleia Municipal de Lisboa;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 38/2006;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 7/2006;** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 8/2006;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 31/2006;** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente** abriu este ponto mas, conforme acordado em Conferência de Representantes, suspendeu a sua apreciação passando-se ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, sendo que a partir deste momento e durante o decurso dos trabalhos se procederia à eleição das representações externas da Assembleia, nos termos referidos no aludido ponto. -----

----- **PONTO 2 – ELEIÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES EXTERNAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA.** -----

----- **Representações Externas da Assembleia Municipal de Lisboa** -----

Comissão Concelhia de Saúde	1 Representante PSD – D.M. Jorge Manuel V. dos Santos Penedo
Conselho Municipal das Comunidades e Minorias Étnicas	1 Representante PSD – D.M. Álvaro da Silva A. Sousa Carneiro
Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência	1 Representante PS – D.M. Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes



Comissão Municipal de Lisboa	1 Representante PSD – D.M. Fernando Manuel Moreno Braancamp
Conselho Geral da EMARLIS – Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, E.M	5 Representantes PSD – D.M. Armando Dias Estácio D.M. José Filipe M. Athayde de Carvalhosa D.M. João Nuno Vaissier Ferro PS – D.M. José Manuel Rosa do Egipto D.M. José Maria Ribeiro Rodrigues
Conselho Geral da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.	4 Representantes PSD – D.M. Luís Baltazar Brito da Silva Correia D.M. Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias PS – D.M. Fernando Pereira Duarte PCP – D.M. Ana Maria Lopes F. Páscoa Baptista
Assembleia Distrital de Lisboa	1 Presidente de Junta de Freguesia PS – D.M. Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros
Conselho Municipal de Educação	1 Presidente de Junta de Freguesia PSD – D.M. Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva
Conselho Municipal de Segurança	8 Presidentes de Junta de Freguesia PSD – D.M. Fernando Manuel P. Ribeiro Rosa D.M. Luís Filipe Graça Gonçalves D.M. Marcelino António Figueiredo D.M. Maria Albertina de C. Simões Ferreira D.M. Rui Manuel Pessanha da Silva PS – D.M. Maria da Graça R. Pinto Ferreira D.M. Maria Irene dos Santos Lopes PCP – D.M. José das Neves Godinho 17 Representantes de reconhecida idoneidade Indicados pelo PSD: - Carlos Cardoso Alves - Carlos Eduardo de Oliveira e Silva - Fernando Manuel Afonso de Almeida - José Luís de Rezende Moreira da Silva - Maria Figueirinhas - Nuno de Freitas Motta Campeão Moreira - Nuno Roque - Pedro Clemente Indicados pelo PS: - Rui Paulo Figueiredo - José António Videira - Manuel Brito - Luís Gonçalves Vaz

	<p>Indicados pelo PCP:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- António Joaquim Cunha</li> <li>- Lourenço Ramos Bernardino</li> </ul> <p>Indicado pelo BE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro</li> </ul> <p>Indicado pelo CDS/PP:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes</li> </ul> <p>Indicada pelo PEV:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Emília Cristina Antunes Serra</li> </ul>
--	--

**----- PONTO 3 – PROPOSTA 38/2006 – APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO DE 2006-2009 E O ORÇAMENTO PARA 2006, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

----- PROPOSTA 38/2006 -----

----- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2006/09 -----

----- ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2006 -----

----- “Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Município, de acordo com alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1 do ponto 2.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL); -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2006-2009 e o Orçamento para 2006.” -----

----- (Os documentos a que se refere a proposta 38/2006, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivados, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico**, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “Apreciação da Comissão sobre os documentos apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa relativos ao Orçamento de 2006. -----

----- Considerando que: -----

----- 1. A Comissão constata que o período de tempo decorrido entre a tomada de posse da mesma e a realização desta Assembleia municipal não teve o tempo suficiente para analisar com profundidade os documentos em causa. -----

----- 2. Acresce a esta situação, a não tomada de posse da Sra. Presidente desta Comissão até à data presente, o que aumenta as dificuldades referidas no ponto anterior. -----

----- 3. A falta de tempo, impediu, objectivamente como tem sido hábito nos anos anteriores a solicitação da presença em Comissão do Sr. Vereador responsável pelo pelouro. -----

----- A Comissão encontra-se em condições de tecer as seguintes considerações sobre os documentos em apreciação: -----

----- A) Considerando os aspectos técnicos e formais dos documentos em apreciação, a Comissão constata que os mesmos respeitam as normas legais vigentes. -----

----- B) Mais uma vez se repete e justifica o interesse da sugestão de apresentação de um Balanço e Demonstração de Resultados previsionais relativos ao Orçamento em aprovação, de forma a facilitar a respectiva análise, interpretação e tradução contabilística da Câmara Municipal. -----

----- C) Mais uma vez se reitera a recomendação, constante dos seus pareceres anteriores, no sentido de que, «para melhor apreciação do Plano de Actividades e Orçamento, nos próximos documentos se apresentem comparativamente os dados relativos aos dois anos anteriores. -----

----- D) Após a discussão dos documentos submetidos a análise, a Comissão considera que os mesmos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- E) O parecer foi aprovado pelos representantes dos partidos presentes, a saber: PSD, PS, BE. O representante do PCP por motivos de agenda municipal não esteve presente no momento da votação.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em interpelação à Mesa, disse que não se estava a entrar num ponto qualquer da Ordem de Trabalhos, mas sim na discussão da principal ferramenta que o Executivo certamente teria para executar as suas políticas e o seu próprio programa eleitoral. Nesse sentido, independentemente de todo o respeito e consideração que lhe merecia o Sr. Vice-Presidente, queria perguntar se a Sra. Presidente registava em seu poder alguma informação que notificasse a ausência do Sr. Presidente da Câmara nesse ponto, porque parecia que deveria ser ele, em primeira mão, a dar explicações sobre o Orçamento municipal. -----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que o Sr. Presidente da Câmara estaria na reunião dentro de brevíssimos minutos, o que se devia a um atraso imponderável de que dera nota à Mesa, e o Sr. Vice-Presidente, responsável pelo Pelouro, faria a apresentação dos dois instrumentos financeiros. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação dos documentos, disse que, à semelhança do que vinha sendo tradição na Assembleia Municipal, o Orçamento era apresentado numa primeira situação por parte do Vereador responsável pelas Finanças, entrando-se depois na discussão dos dois documentos, podendo cada um dos Vereadores dar respostas às questões solicitadas. -----

----- Portanto, iria fazer a apresentação do ponto de vista geral e do ponto de vista global, deixando depois para o período de discussão as considerações que os Deputados Municipais entendessem questionar. -----

----- Disse, então, que o Orçamento totalizava 850 milhões de euros, o que à primeira vista poderia parecer um aumento em relação ao do ano anterior, que foi de 814 milhões, mas havia uma situação que tinha a ver com as operações de permuta de activos, o que fazia com que o Orçamento de 2006, do ponto de vista financeiro, decrescesse de cerca de 770 milhões de euros para 700 milhões. Portanto, do ponto de vista financeiro o Orçamento da Câmara era de 700 milhões de euros mais, 150 milhões de euros de operações de permuta. -----

----- Em termos das receitas, disse que provinham de receitas estruturais, impostos, transferências da Administração Central e outras taxas e serviços, no montante de cerca de 478 milhões de euros. Tinha depois cerca de 12 milhões de euros de outras receitas, cerca de 200 milhões de euros de receitas extraordinárias, nomeadamente as relacionadas com a alienação de património, e, por fim, os já referidos cerca de 150 milhões de euros de operações de permuta, de onde avultava a regularização da escritura de permuta de terrenos do Parque Mayer com a Feira Popular realizada no ano anterior, mas que só seria possível regularizar contabilisticamente no ano de 2006, devido ao facto de em 2005, como estavam lembrados, não haver Orçamento para poder regularizar essa situação. -----

----- Era um Orçamento de contenção, em que havia a tentativa de redução, quer das despesas de funcionamento, quer das despesas afectas ao próprio Plano de Actividades. Era conhecida a situação financeira da Câmara Municipal de Lisboa e neste ano, por ser o primeiro ano de mandato, ano em que se lançavam projectos e faziam estudos para concretizar durante o período do mandato, haveria como prioridade resolver e equilibrar a situação financeira da Câmara. Era a isso que o Orçamento vinha dar resposta: um conjunto de iniciativas que estavam anunciadas para o primeiro ano de mandato, mas principalmente na regularização da situação financeira da Câmara. -----

----- Nesse sentido, no âmbito das despesas com pessoal havia uma pequena redução de 0,7%, não obstante a massa salarial crescer cerca de 5%, dos quais cerca de 1,5% era para os aumentos normais da Função Pública e o restante para os encargos relacionados com a progressão nas carreiras. -----

----- Do ponto de vista das transferências e subsídios havia também uma redução de cerca de 7,7%, não obstante as transferências para as Juntas de Freguesia terem crescido, aspecto que desejava sublinhar. Havia um ligeiro aumento nas transferências para as Juntas de Freguesia de cerca de 1,1%, não obstante as transferências do Fundo Geral Municipal, as transferências da Administração Central para a Câmara Municipal de Lisboa, não crescerem em 2006. O que lhe foi comunicado era que as transferências da Administração Central em 2006 seriam exactamente as mesmas de 2005. Tal como tinha sido anunciado na campanha eleitoral, queria-se dar um pequeno sinal em relação às Juntas de Freguesia, não só manter os valores das transferências mas permitir um pequeno crescimento de cerca de 1,1%. -----

----- Em termos de aquisições de bens e serviços, uma contenção também nessa área de cerca de 2,5%, baixando de 133 milhões para cerca de 130 milhões. -----

----- No entanto, havia um crescimento no respeitante à parte do funcionamento dos serviços, que tinha a ver com as operações financeiras. Essas operações financeiras

teriam um crescimento acentuado durante o ano de 2006 devido a vários factores, nomeadamente os encargos financeiros da dívida com a Parque Expo, que foi regularizada apenas em 2005 e tinha os encargos todos em 2006. Também porque existia um conjunto de empréstimos cujas amortizações se iniciavam só em 2006. -----

----- Quanto ao Plano de Actividades, havia, como referira, uma redução em relação ao ano anterior. Quase todas as áreas eram afectadas negativamente em comparação com o ano anterior, mas não era nada de novo, era algo que se vinha a anunciar porque a única forma de se conseguir regularizar e estabilizar financeiramente a Câmara Municipal de Lisboa seria através de uma redução do seu Orçamento para se poder durante o ano resolver uma grande parte das dívidas financeiras a fornecedores que se registavam no final de 2005. -----

----- Em termos de Plano de Actividades continuavam a ser uma prioridade as áreas da reabilitação urbana, do urbanismo e dos serviços urbanos. Qualquer uma delas tinha um peso em termos de Plano de Actividades de cerca de 13%. -----

----- Destacava ainda as áreas das infra-estruturas viárias, da prevenção e da mobilidade, que absorviam também uma parte importante do Plano de Actividades da Câmara, bem como as áreas da educação, juventude e desporto, também com um peso de cerca de 10% no Plano de Actividades. -----

----- Eram documentos bastante extensos, que certamente os Deputados Municipais tiveram oportunidade de analisar, onde estavam englobadas todas as rubricas referentes a todos os projectos existentes para desenvolver durante o ano de 2006. Havia alguns aspectos que não foi possível ainda inscrever no Plano para 2006, por serem incertos. Tinham a ver, por exemplo, com as receitas do Casino de Lisboa, que estavam previstas num Decreto-Lei de 2003 e não estavam ainda regulamentadas, não havia ainda um acordo com o Governo sobre a forma de utilização dessas verbas e daí que não fosse possível ainda inscrever no Orçamento para 2006 as receitas do Casino, que com certeza viriam a constituir uma parte também importante do financiamento para o Orçamento de 2006. -----

----- Não obstante as regras e os limites impostos ao endividamento pelo Orçamento de Estado, não permitindo que os municípios recorressem a mais empréstimos do que os já existentes, nem tão pouco utilizar a verba de redução de operações financeiras, lembrava que nos últimos anos a Câmara tinha vindo a reduzir o seu passivo bancário em cerca de 25 a 30 milhões de euros por ano, mas nem mesmo esses, face ao Orçamento de Estado, a Câmara Municipal de Lisboa teria possibilidade de vir a utilizar. -----

----- No entanto, o Orçamento de Estado para 2006 criava uma excepção a essa matéria, relativamente a financiamentos para construção de habitação social e financiamentos para reabilitação urbana de zonas degradadas, nomeadamente aqueles que pudessem ser financiados no âmbito do PROHABITA. Estava-se em conversação com o Governo sobre essa matéria, as excepções tinham que ser aprovadas por vários Ministros e daí que, por não ser ainda uma receita certa, não foi incluída no Orçamento para 2006. -----

----- Quando houvesse uma garantia, quer das receitas do Casino, quer das verbas que eventualmente pudessem vir a ser financiadas no âmbito de projectos, obviamente que

seria submetida à Câmara e à Assembleia Municipal uma revisão orçamental onde essas verbas pudessem ser inscritas. -----

----- Estas – disse – eram as notas que desejava deixar relativamente ao Orçamento, sobretudo a tentativa que houve no sentido de reduzir, quer a despesa de funcionamento, quer a despesa relacionada com o Plano de Actividades e com os investimentos. Aproveitava-se o primeiro ano de mandato, em que a realização financeira dos projectos ainda não se revelava necessária, visto estar-se em fase de elaboração de estudos e lançamento de obras e, portanto, a realização financeira na maior parte dos casos iria acontecer só nos próximos anos. -----

----- Havia a consciência de que o Orçamento de contenção iria obrigar a uma monitorização e supervisão do próprio Orçamento ao longo do ano. Havia também a consciência de que algumas rubricas do próprio Orçamento estavam extremamente limitadas e possivelmente necessitariam de ser reforçadas ao longo do ano. Por exemplo, as despesas afectas ao funcionamento da Assembleia Municipal teriam necessidade de vir a ser reforçadas durante o ano. Esse reforço aconteceria à medida da realização e da execução do próprio Orçamento, o qual teria que ser muito bem acompanhado, uma vez que havia um *ratio* com pouca margem de segurança, que era o da cobertura das despesas correntes pela receita corrente, que estava dentro dos limites legais mas sem grande margem de segurança e daí que tivesse que haver, ao longo do ano, um grande controlo sobre essas despesas e sobre as alterações e reforços orçamentais, no sentido de se manter a cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes. Isso apesar de, como dissera, se sentir a necessidade de algumas rubricas, próprias até do funcionamento da Câmara, serem reforçadas ao longo do ano, o que seria feito quando se justificassem tais opções. -----

----- Terminou dizendo que, tal como os restantes Vereadores, ficava à disposição para esclarecer dúvidas que os Deputados Municipais quisessem colocar em relação aos dois documentos. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, na qualidade de Presidente em exercício da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, disse que antes da apresentação do Parecer fizeram-se três considerandos que se entenderam importantes. O primeiro foi o facto da data da tomada de posse da Comissão ser a 7 de Fevereiro de 2006, o que fazia com que a primeira reunião só pudesse ser marcada a 17 para ser realizada dia 20, ou seja, a primeira reunião da Comissão era também aquela em que teria que se fazer a emissão de um Parecer. -----

----- Por outro lado, o facto da Sra. Presidente da dita Comissão não ter podido ainda tomar posse. -----

----- Finalmente, não se considerar estar reunidas as condições para se solicitar a presença do Sr. Vereador na dita Comissão, para que, em conjunto com os seus membros, se pudessem esclarecer eventuais dúvidas que houvesse sobre as peças em apreço, o Orçamento e o Plano de Actividades. -----

----- Assim, tendo em atenção esses três considerandos, o que a Comissão podia dizer era que, relativamente aos aspectos técnicos e formais dos documentos, parecia que os mesmos respeitavam as normas legais vigentes. No entanto, salientava que

relativamente a duas questões importantes, referidas nos pontos “B” e “C” do Parecer, já nos pareceres de 2004 e 2005 tinha sido feita menção às mesmas, mas a Câmara, mais uma vez, não teve isso em consideração. -----

----- Leu os pontos B e C do parecer da Comissão: -----

----- “B - Mais uma vez se repete e justifica o interesse da sugestão de apresentação de um balanço e demonstração de resultados previsionais relativos ao Orçamento em aprovação, de forma a facilitar a respectiva análise, interpretação e tradução contabilística da Câmara Municipal.” -----

----- “C – Mais uma vez se reitera a recomendação, constante dos seus pareceres anteriores, no sentido de que, para melhor apreciação do Plano de Actividades e Orçamento, nos próximos documentos se apresentem comparativamente os dados relativos aos dois anos anteriores.” -----

----- Tornava-se difícil, portanto, fazer uma análise comparativa ou se eventuais desvios de verbas cresciam ou diminuam. A Comissão, nos seus pareceres de 2004 e 2005 já tinha levantado essa questão, que considerava essencial para poder conduzir o seu trabalho. Infelizmente, mais uma vez o documento apresentado, embora de acordo com a alínea a) cumprisse os aspectos técnicos e formais, não ajudava na interpretação dos números. -----

----- O Parecer tinha sido aprovado pelos partidos presentes, nomeadamente o PSD, o PS e o BE. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, referiu que no Parecer constava o seguinte: “ O parecer foi aprovado pelos representantes dos partidos presentes, a saber: PSD, PS e BE. O Representante do PCP, por motivos de agenda municipal, não esteve presente no momento da votação”. -----

----- Na altura tinha uma reunião com a Sra. Vereadora Gabriela Seara, pelo que teve que sair, e, como não estava vertido no Parecer, queria dizer que considerava não terem sido ouvidas as Juntas de Freguesia para a elaboração do Plano e Orçamento e, na sua opinião, deviam de ser. Era isso que tinha dito na reunião e que não estava vertido no parecer. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)** disse que era efectivamente verdade que o Deputado Municipal José Godinho na sua intervenção referira a questão das Juntas de Freguesia, a qual, por lapso, não constava do Parecer porque no final dos trabalhos fez-se uma leitura do que tinha sido apresentado e nesse momento já não se encontrava, para poder reafirmar que faltava esse ponto. Em conversa com o Deputado Municipal José Godinho ficara esclarecido que na próxima reunião da Comissão seria tida em atenção essa questão, assim como na própria acta, já que a mesma tinha sido considerada relevante. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, no uso da palavra, disse que havia hoje a possibilidade de analisar o primeiro Orçamento do novo Executivo camarário, um Orçamento que o PSD considerava particularmente importante, por três ordens de motivos: -----

----- Primeiro, porque surgia num contexto de crise económica generalizada; -----

----- Segundo, porque surgia na sequência da aprovação do Orçamento Geral de Estado, que continha em si mesmo importantes restrições ao financiamento das autarquias; -----

----- Terceiro, porque sendo o primeiro Orçamento do novo Executivo, permitia desde logo aferir o rumo que o mesmo pretendia dar ao governo da cidade. -----

----- Por outro lado, não podia deixar de referir que se tratava de um Orçamento a seguir a um ano em que a Câmara Municipal de Lisboa foi gerida sem poder contar com o Orçamento aprovado. -----

----- Adam Smith dizia que “o único orçamento bom é um orçamento equilibrado” e o PSD constatava com satisfação que o Orçamento em discussão era revelador de grande realismo, enquadrando-se na actual situação do País, das autarquias em geral e da realidade do Município de Lisboa em particular. -----

----- Era um Orçamento que pretendia ser de rigor, sem, no entanto, comprometer aquelas que eram as grandes opções do Executivo para a Cidade de Lisboa. -----

----- Na opinião do PSD, o actual Executivo tinha sabido encontrar o equilíbrio necessário entre o que devia ser feito e o que era possível fazer. Um equilíbrio que se traduzia claramente no Orçamento apresentado. Um Orçamento virado para a descentralização e para o reforço do apoio às Juntas de Freguesia e não se podia deixar de realçar o facto de que, apesar das transferências do Orçamento de Estado para as Juntas de Freguesia não ter aumentado, o Orçamento hoje apresentado contrariava essa tendência e encerrava mesmo um aumento no valor dessas transferências. -----

----- Era um Orçamento em que se pretendia inverter o crescimento da dívida, que acontecia desde vários mandatos atrás; era um Orçamento de rigor que implicava necessariamente um controlo de execução muito mais rigoroso e permanentemente monitorizado; e era um Orçamento que tinha que ser de viragem e de transição, diminuindo a despesa e racionalizando meios. -----

----- O PSD tinha a consciência clara do que implicava a opção por alguns cortes orçamentais, mas aceitava que o actual Executivo necessitara de o fazer, e ao fazê-lo assumia o risco do preço político que lhe poderia advir da opção efectuada. O PSD estaria atento ao evoluir da governação. -----

----- Também era obrigatório um enorme esforço na recuperação da receita, uma opção que muitos defendiam mas poucos praticavam. Recuperar receitas perdidas era um imperativo da governação da cidade, ao qual o actual Executivo não se podia esquivar. Um imperativo que justificava um esforço significativo no sentido de agilizar procedimentos, por forma a garantir um substancial aumento das receitas não cobradas. Esse devia ser um desafio estratégico da Câmara, que possibilitasse aos próximos orçamentos reflectirem claramente o esforço que já hoje devia ser iniciado. -----

----- Não chegava reduzir a despesa e aumentar a receita, era necessário encontrar novas formas de financiamento, envolvendo o investimento privado no futuro da cidade, promovendo parcerias entre a autarquia e o sector privado, potenciando toda a energia da sociedade civil e a dinâmica do sector privado e encontrando soluções imaginativas de colaboração e de mútuo interesse. -----



----- Governar era fazer e permitir que se fizesse, era criar as condições para que pudesse ser feito. A Câmara Municipal de Lisboa não era um saco sem fundo, capaz de garantir a execução dos desejos de todos. -----

----- Terminou dizendo que o PSD iria votar favoravelmente o Orçamento, esperando que com ele se conseguisse cumprir aqueles que foram os seus compromissos para com os lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que citava o seu camarada de partido e Vereador na Câmara Municipal, Prof. Manuel Maria Carrilho, para dizer que na realidade estavam confrontados perante um Orçamento sem coerência, sem estratégia, sem consistência e sem credibilidade. Era pena que assim fosse e era sobretudo muito mau para os lisboetas. Seguramente, para a grande maioria que votara no actual Presidente da Câmara, seria uma grande desilusão. -----

----- Sabia o Sr. Presidente da Câmara que se candidatara prometendo 180 medidas para os primeiros 180 dias, assumindo a necessidade de se implementar uma terapia de choque na cidade, para atacar os grandes e os pequenos problemas das pessoas. Tinha até apresentado, durante a campanha eleitoral, um programa que chocara muitos dos seus próprios correligionários, por reconhecer o fracasso da gestão anterior e essas pessoas entenderam isso como uma pequena traição à equipa que vinha de trás. No entanto, mantivera-se firme, e isso devia ser reconhecido, mas apresentava agora para 2006 uma proposta de Orçamento que não era mais do que a assunção de uma política de continuidade, de desinvestimento em áreas sensíveis da cidade, como por exemplo a reabilitação urbana e a acção social. -----

----- Nessa mesma proposta, apesar das intenções, nem sequer estava garantida uma efectiva redução do passivo financeiro e o pior era que o Sr. Presidente da Câmara não tinha desculpas nem justificações possíveis para essa realidade. Era bom dizer-se que Carmona Rodrigues sucedera a Carmona Rodrigues. -----

----- Não adiantava propor nas Grandes Opções prioridades à reabilitação dos bairros quando a verba destinada era manifestamente insuficiente para atender às necessidades dos principais bairros carenciados, e perguntava o que iria acontecer em 2006, por exemplo, ao Bairro do Condado, em Marvila, ou à Quinta das Laranjeiras, nos Olivais, ou ao Bairro dos Lóios, ou ao Bairro das Galinheiras, na Charneca. -----

----- Registava-se que o Sr. Presidente da Câmara evoluíra, mesmo ainda durante a campanha eleitoral, no que se referia ao Bairro da Liberdade. Primeiro queria arrasá-lo, demoli-lo, após uma intervenção do então candidato Manuel Carrilho passou a falar em reabilitação, só que não se sabia para quando, porque o Orçamento não respondia à questão, nem para o Bairro da Liberdade, nem para os bairros da Vila Ferro, do Padre Cruz ou da Boavista. -----

----- Perguntou, também, onde estavam os compromissos em matéria de segurança. O que estava nas Grandes Opções do Plano não era tranquilizador. Já não dizia uma linha, mas nem uma palavra sobre as esquadras prometidas e, também para grande espanto, nem uma referência à Polícia Municipal. -----

----- Depois da grande ilusão que o Sr. Presidente da Câmara vendera durante a campanha eleitoral, estavam agora confrontados com uma grande desilusão. O PS fazia,

muito naturalmente, uma avaliação negativa da proposta porque ela não honrava os compromissos eleitorais do programa votado pela maioria dos lisboetas e não servia a cidade. -----

----- Haveria muitas razões para rejeitar o Orçamento, porém, o PS entendia, como sempre o fizera, que um Orçamento era um instrumento fundamental para governar e apenas responsabilizava quem o propunha. O Sr. Presidente da Câmara e o PSD venceram as eleições, tinham legitimidade para governar e não deviam encontrar álibis para o fracasso que, infelizmente para a cidade, se adivinhava. -----

----- Até aqui justificavam o marasmo característico da actual gestão com o facto de não terem maioria na Vereação, agora já nem essa desculpa podiam encontrar, visto terem feito recentemente um acordo com o CDS-PP, mas não lhes seria dada a satisfação de que o principal partido da oposição, mesmo simbolicamente, pudesse rejeitar logo à primeira o Orçamento proposto. -----

----- O PS iria estar atento à capacidade de execução orçamental, tradicionalmente muito deficiente, e dentro de um ano ali estaria para julgar. Até lá ficavam-se com a abstenção do PS e com todo o seu cepticismo. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Li, atentamente, o Plano de Actividades, as GOP quase inexistentes, o Orçamento e, sobretudo, fui ler as 309 “medidas a concretizar nos primeiros 180 dias da minha governação”, de Carmona Rodrigues, apresentadas na campanha eleitoral. Li isso, li a discussão do Plano, das GOP e do Orçamento, na Câmara Municipal, tão extensa e intensa, e senti que estava tudo confuso e que havia ausências clamorosas, nas propostas. -----

----- Faltam as grandes linhas orientadoras que pareciam consensuais para todas as forças políticas, na campanha eleitoral. Falta a imensa e urgente reabilitação urbana, uma das grandes bandeiras de propaganda no mandato anterior – agora consubstanciada numa dotação proposta, para 2006, que se fica por uns 39 milhões de euros, retirados os 54 milhões do Parque Mayer e 6 milhões em adjacências do Parque, que nem deviam estar ali, nessa área de actividade. Falta a habitação para os jovens, falta essa fabulosa renovação de Lisboa que não passou de bandeira tão agitada na campanha eleitoral. Faltam medidas e propostas audaciosas no trânsito, na mobilidade e no estacionamento, onde, das tais medidas para 180 dias, nem sequer se retirou o que era profundamente necessário, em relação à obrigatoriedade de a Carris respeitar a cidade e os cidadãos. ---

----- As tais 309 medidas para os primeiros 180 dias de mandato, e sem contar sequer com Novembro e Dezembro do ano passado, transformaram-se afinal em plano de actividades para o ano de 2006, e não estão todas incluídas, se calhar ainda vão ser Grandes Opções do Plano, dado que as GOP são tão difusas nestes documentos, e ainda hão-de sobejar medidas a retalho e ao peso, das 309, para lhe sentirmos a falta mais lá adiante, quando formos fazer o balanço de cada ano e do mandato. -----

----- Entretanto, entretanto... verifica-se que tudo isto resulta de uma deficiente concepção do que é a cidade e do que deve ser um poder local abrangente, que devia ouvir e não ouve, que devia concertar as suas propostas com as propostas das grandes

instituições da cidade, que não impulsiona a participação aberta e democrática das populações, das Juntas de Freguesia e dos bairros, na definição dos grandes objectivos e prioridades. Aquela coisa de que todos falavam, a congregação da cidade, a perspectiva de avaliação a partir de cinco ou seis grandes zonas, o exemplo decantado de Barcelona, tudo isso faleceu depois da campanha eleitoral e aqui estamos, com um punhado de nada e outro de coisa nenhuma, sem cão e sem gato, dando outra expressão mais precisa a uma frase tão comentada na reunião da Câmara Municipal. Não há cão, haverá porventura muitos gatos a miar por aí, de falta de acção e de obras, nos bairros e freguesias, mas haverá um enorme canhão, para destruir ainda mais os bens e o património do município, a começar nesse denominado “triângulo dourado” de Alcântara, que eram instalações e serviços da Câmara Municipal e que agora se transformarão em ouro para os grandes investidores, tal como outro património municipal que também será alienado. Os espaços e bens municipais que deviam fazer parte de uma política de promoção de habitação para jovens, a custo controlados, transformam-se em ouro para o canhão especulativo disparar sobre a cidade e os seus habitantes, encarecendo ainda mais a habitação, bombardeando-nos com mais do mesmo, condomínios fechados, envelhecimento da cidade, afastamento dos jovens que ainda poderão restar, mais trânsito e jipes e carros coincidentes com a habitação que se favorece, mais isolamento e diferenças sociais, menos qualidade de vida, participação, generosidade, transparência e solidariedade na nossa existência já tão castigada e desvalorizada. -----

----- Sr. Presidente Carmona Rodrigues, digo-lhe que, apesar de tudo, esperava melhor. Aliás, numa entrevista concedida ao Diário de Notícias em 2/11/2005, afirmou que a venda de terrenos não estava no seu horizonte, e é o que se vê. Na discussão, na Câmara, lá foram anunciando uma ou outra medida de fundo que hipoteticamente se prepara. Mas foi difícil arrancar notícias sobre o PDM, sobre as grandes e urgentíssimas decisões de que Lisboa carece. Se V. Exa. andar por aí, pela cidade, de preferência na sua tão publicitada moto, verá que as ruas de Lisboa se aproximam já da configuração que herdámos em 1989, ou seja, buracos e mais buracos, para além da falta de limpeza, de um parque escolar em desagregação profunda, à espera da onda de encerramentos que virá do interior do País para o litoral, se não for salvo por qualquer investidor privado e benemérito que agora se anuncia. -----

----- O meu camarada Feliciano David tratará do Orçamento, que esse é um facto, porque tem números, à mistura com tantos aspectos negativos. -----

----- Gostaríamos de saber que Orçamento é este. É um Orçamento de um plano de transição? Para quê? É um Orçamento de viragem? Para onde? E, muito pior, e utilizo aqui, ainda, a 3ª palavra classificadora do Sr. Presidente da Câmara, é um Orçamento de que charneira? A confusão parece ser grande. Só não é, claramente, na venda de bens de investimento e nas operações de permuta. -----

----- Quero ainda deixar algumas notas e perguntas sobre o que nos é exposto, a peso e a retalho, no Plano de Actividades para 2006: -----

----- Pedir informações sobre o projecto de recuperação do cinema Europa, que, no Plano de Actividades, é tratado de forma que todos gostaríamos que não fosse ficção, e

que, na vida real, poderá ser mais um condomínio com um espaço misericordioso e cultural por baixo, ou social, para crianças e jovens, não se sabe bem. E, já agora, perguntar se o S. Jorge vai reabrir, sem as grandes obras que pareciam tão urgentes e que levaram ao seu encerramento há tanto tempo. Pedir também informação sobre a criação e o funcionamento do Gabinete de apoio às Colectividades. Parece que é para a área desportiva, ou será para todas as áreas de actividade do movimento associativo? Se assim for, para além do que precisa de ser esclarecido, a dotação prevista parece-nos francamente insuficiente. -----

----- Perguntar o que pensam fazer em relação à juventude, com uma dotação irrisória e chocante no Plano de Actividades. Perguntar também que instituições, na área da cultura, vão ser envolvidas na definição de grandes iniciativas de prestígio de que a cidade carece, para que correspondam às populações dos bairros e das freguesias e àqueles que nos visitam, ao turismo tão importante para um desenvolvimento articulado e sustentado. Desenvolvimento integrado que é uma ausência também clamorosa, nem que fosse em palavras, neste Plano de Actividades e nas Grandes Opções do Plano. -----

----- Há temas e áreas que os meus camaradas irão abordar e questionar. Trata-se de criarmos condições, se é que é possível, para ajudar ao esclarecimento de todos e para que possamos sair daqui com as ideias claras de como a cidade poderia ser, solidária, criativa, participativa e em pleno desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental. A visão democrática e inovadora, do Poder Local que defendemos para a cidade, com preocupações e propostas de resolução das grandes e graves carências de Lisboa, com projectos transformadores nas áreas do desenvolvimento, da criação de empresas tecnologicamente avançadas e de emprego na cidade, na solidariedade entre todos, na procura da felicidade e do bem-estar a que a população de Lisboa tem direito, essa humanização da cidade de que todos falam e tão poucos parecem entender, aí estarão, nas nossas intervenções, porque estes são momentos muito sérios na vida do Município. -----

----- Esta é, portanto, uma intervenção inicial, para abordar questões globalizantes e cruciais que pareciam adquiridas e que se esfumaram como se fossem de um festival de magia falhada. Outras intervenções se seguirão, do nosso grupo municipal, para contribuirmos para um debate que deve ser clarificador, na diversidade das opções, dos caminhos e propostas, porque para isso fomos eleitos e aqui representamos e defenderemos os interesses de Lisboa e das populações da cidade. -----

----- Uma palavra final, nesta intervenção, Sra. Presidente da Assembleia Municipal, para saudar o Orçamento que conseguiu, que afinal todos conseguimos, elevando-o sempre, desde 2003, a níveis mais consentâneos com a importância fulcral desta Assembleia, dando a possibilidade de concretização dos meios necessários ao pleno exercício das suas atribuições e competências. Deixamos ainda a nota, sobretudo dirigida à Câmara Municipal, de que, na relação do Município com outras cidades e povos, tem de haver continuação da integração da Assembleia Municipal nessa área fundamental, da contribuição de Lisboa para a amizade e a cooperação, nomeadamente, como aqui definimos, com os povos e países irmãos de Língua Portuguesa.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que, analisando o Orçamento apresentado pela Câmara Municipal para o ano de 2006, ficava-se, numa primeira análise, com uma imagem positiva. O Orçamento crescia, este Presidente da Câmara estava airoso, cheio de vontade, passava-se de cerca de 800 milhões de euros para 847 milhões, quando pouco tempo antes tinha dado algumas entrevistas, aquando da apresentação da situação da taxa de execução, em Novembro, dizendo que era preciso um Orçamento de contenção. Mas não, crescera-se, passara-se dos 800 milhões para os 847 milhões de euros. -----

----- Analisando depois, do ponto de vista dos objectivos políticos, ainda se ficava mais contente com a Câmara, porque o primeiro de todos, que, aliás, estava em todos os programas dos partidos candidatos às últimas eleições, era a reabilitação urbana. Passava de 58 milhões para 100 milhões de euros, o que era uma grande aposta na reabilitação urbana. -----

----- O problema era quando se começava a desdobrar e a ver o que estava por trás da cortina. Quando se começava a analisar a reabilitação urbana, encontrava-se uma rubrica chamada Parque Mayer, onde estavam 60 dos 100 milhões de euros. Ainda se pensara, ao analisar, que não era o que se gostaria mas pelo menos iam recuperar aquela zona, 60 milhões para recuperar a zona da Av. da Liberdade, do Parque Mayer, etc., mas quando se lia o código percebia-se que o dinheiro servia para comprar os terrenos à Bragaparkes e dizia-se que esse dinheiro estava comprometido com uma receita, que era receber os 60 milhões da venda de terrenos inscritos na receita do Orçamento. Os 60 milhões eram uma saída para uma permuta que compensava uma receita, ou seja, estava-se perante um acto de cosmética contabilística. -----

----- Fazia-se subir o Orçamento e quando se estava a analisar o primeiro objectivo da cidade, afinal não era verdade. Se retirassem os 60 milhões da permuta acontecia que o primeiro objectivo com que o Prof. Carmona Rodrigues concorrera às eleições, a reabilitação urbana, baixava de 50 para 40 milhões de euros. -----

----- E, continuando a analisar o Orçamento, a pergunta era de onde viriam as receitas para conseguir os 60 milhões, e verificava-se então que aquilo que crescia nas receitas era a venda de bens e investimentos. Nas receitas, a venda de bens e investimentos correspondia a 41,4% de todas as receita, tinha um crescimento de 442% daquilo que fora realizado em 2004 e representava 141% do que fora dito que estava executado em Novembro de 2005. -----

----- Quando se perguntava a razão disso, dizia-se que uma parte iria ser pela venda de habitação social. A confirmarem-se essas palavras o BE não estava de acordo, e agradecia que o Sr. Vereador Fontão de Carvalho as confirmasse ou desmentisse. O que vinha na comunicação social era que “a venda de habitação social será uma prioridade do mandato e uma forma de gerar receitas (...) em vez de vender andar a andar, faz-se uma venda do prédio inteiro a uma terceira entidade, que ficará com a obrigação de vender os fogos aos inquilinos (...) antecipam-se receitas, desfaz-se uma responsabilidade que não é vocação da Câmara e permite-se que os inquilinos possam ser proprietários das suas casas.” -----

----- Se não fosse verdade, o Sr. Vereador diria. O BE não estava contra que os inquilinos pudessem ser proprietários das suas casas, apesar de não parecer essa a tarefa principal do ponto de vista do tratamento da habitação social. No entanto, estaria completamente contra que a Câmara tivesse qualquer acto que fosse pegar no parque habitacional camarário, vender a terceiros para que esses depois fossem vender aos inquilinos. -----

----- A pergunta que se fazia era porquê vender a terceiros e não vender aos inquilinos directamente? Talvez porque a Câmara encaixasse de imediato o dinheiro, mas alguém no meio iria ganhar. Mesmo que essas imobiliárias do meio, naturalmente ligadas aos grupos financeiros principais, pudessem estar libertas de IMT, o facto era que os inquilinos iriam comprar mais caro, porque ninguém ia trabalhar no meio sem receber uma taxa de comissão de intermediação. -----

----- Por isso o BE estava claramente contra e gostaria de ouvir o Sr. Vereador comprometer-se em que não iria haver vendas do parque habitacional da Câmara Municipal de Lisboa a terceiros, mas sim directamente aos inquilinos, caso os inquilinos solicitassem a aquisição. -----

----- O BE ficava com muitas dúvidas que o Orçamento fosse de tal maneira empolado com a venda de bens e investimentos, que depois dava para tudo, com todas as alterações orçamentais que se iam fazendo durante o ano. -----

----- Tinha encontrado ainda mais algumas virtualidades no Orçamento. Até hoje tinha sido sempre garantido e afirmado da virtualidade e da importância que tinha a Câmara ter empresas municipais, e toda a gente sabia que o BE estava, na essência, contra a existência de empresas municipais. A grande razão para existirem empresas municipais, sociedades de reabilitação urbana, etc., com capital da Câmara era porque tornava tudo mais eficaz, mais rentável e até iam buscar o dinheiro para pagar aquilo que conseguissem investir. Mas analisando o Orçamento e encontrando pelo meio dele os múltiplos dinheiros para as empresas municipais, juntando isso aos 60 milhões para o Parque Mayer podiam encontrar-se coisas interessantíssimas. -----

----- No objectivo 14, que tratava de participações sociais e investimentos, eram transferidos para empresas municipais ou empresas participadas pela Câmara, incluindo a SIMTEJO, a EMARLIS e outra, 9,7 milhões de euros; mas no objectivo 9 faziam-se transferências para a EGEAC de 10,5 milhões de euros; no objectivo 8 faziam-se transferências para a área do turismo de 4,6 milhões de euros; no objectivo 6 fazia-se um protocolo com a EMEL para mais 5 milhões de euros; no objectivo 3 uma transferência para a Lisboa E-Nova de 50 mil euros e no objectivo; e uma transferência para a Sociedade de Reabilitação Urbana de 2,6 milhões de euros. Bastava somar isso para ver da eficácia clara e precisa que eram as empresas municipais. -----

----- Quem lhe dera ser administrador de uma empresa municipal! O Orçamento da Câmara metia lá o dinheiro e fazia-se o trabalho. Era fácil ser administrador de uma empresa municipal, com carros, motoristas, assessores, instalações, etc. Só que, somadas todas as rubricas, estava-se a falar de mais 32 milhões e 450 mil euros de coisas que a Câmara sabia fazer, para as quais tinha funcionários, vereadores, directores, engenheiros, arquitectos, tudo, mas depois entregava por rubricas do

Orçamento em protocolos para as empresas municipais, quando não eram transferências de capital. Era por isso que o BE não podia estar a favor do Orçamento. -

----- Mas se a isso ainda se juntasse o que se passava com as freguesias, quando a Câmara dizia que queria apostar decididamente na descentralização e no aumento do poder das freguesias e a respectiva transferência de verbas, estava-se a falar de um decréscimo de 20,7% em relação ao que foi proposto em 2005 e que foi chumbado. No ano anterior, o Orçamento apresentado, que nem sequer passou, previa para as freguesias mais 20,7%. Era uma vontade política que tinham na altura e o que se notava era que tinham perdido a vontade política então manifestada, baixando agora essas transferências para as freguesias, que neste momento eram sensivelmente iguais às do Orçamento executado em 2004, e como havia a inflação de dois anos tal queria dizer que baixara. A inflação em Portugal ainda não era negativa, tinha sido no Brasil, mas em Portugal ainda não era. -----

----- Por tudo isso, quer porque o Orçamento era contra as freguesias, quer porque era um Orçamento para pôr 60 milhões numa troca de terrenos com o Parque Mayer, quer porque era um Orçamento que transferia para as empresas municipais e participadas mais de 30 milhões de euros, o BE não estava de acordo com o Orçamento e não podia votar a favor. -----

----- No entanto, era preciso ter atitudes positivas e encontrar as razões pelas quais se estava num Orçamento que apesar de tudo, se retirasse a cosmética dos 60 milhões de euros, era de facto de contenção. A cidade precisava de mais dinheiro e de dinheiro a sério porque havia graves problemas em Lisboa, e por isso o BE apresentara uma proposta na Câmara e que hoje queria apresentar na Assembleia Municipal que tinha a ver com o relacionamento com outras instituições. -----

----- Havia vários problemas na Cidade de Lisboa que tinham a ver com os chamados “custos da capitalidade”, que eram exactamente a outra face da moeda dos “custos da interioridade”. Só para dar dois exemplos: em Lisboa havia hectares e hectares com milhares de edifícios, quartéis, hospitais, escolas, ministérios, institutos, direcções-gerais, Governo, Presidência da República, etc., a quem a Câmara prestava todos os serviços. Colocava esgotos, recolhia lixos, arranjava as calçadas, tratava de arruamentos e acessibilidades, fazia isso tudo e não recebia um tostão por essa macrocefalia, consequência histórica da vida do País, de criar uma enorme cabeça do Estado na Cidade de Lisboa. -----

----- Isso não era justo e tinha que ser colocado através de uma Lei na Assembleia da República, porque tinha que ser nacional, para todo o País, onde se dissesse que os edifícios do Estado pagavam em qualquer concelho o Imposto Municipal sobre Imóveis. Naturalmente que Lisboa beneficiava, visto ter uma grande concentração a quem tinha que prestar serviços. -----

----- Mas havia ainda um outro problema, que era ainda mais complicado e que nem sequer a Lei das Finanças Locais o tratava. Parte das receitas do Orçamento, como em todos os municípios, eram dinheiros do Orçamento de Estado, que eram dados a cada Município de acordo com vários *items*. Havia um fundo geral igual para todos, que o legislador entendera ser a base mínima para um concelho funcionar, havia um fundo

em função da quantidade de pessoas que dormia no concelho, em função do IRS desse concelho e em função da área desse concelho. Isso tudo determinava quanto saía do Orçamento de Estado para cada concelho no concreto, mas havia uma coisa que não estava dita e que a Câmara Municipal de Lisboa gastava milhões de contos para que acontecesse, que era pessoas que não viviam em Lisboa, não dormiam em Lisboa, mas a Câmara tinha que ter meios práticos concretos para receber bem mais de um milhão de pessoas, mais do que viviam ou dormiam na cidade. Isso tinha que ser tratado em dinheiro, porque a Câmara gastava esse dinheiro. -----

----- Seguidamente, leu a seguinte moção: -----

----- MOÇÃO -----

----- “1. Considerando as enormes dificuldades financeiras do Município de Lisboa e a necessidade de gerar receitas para o Orçamento; -----

----- 2. Tendo em conta a histórica centralização e concentração do aparelho de Estado na capital do País, reverso da medalha da desertificação do interior de Portugal; -----

----- 3. Considerando que este desenvolvimento desarmonioso do País introduz não só os custos da interioridade mas também os custos da capitalidade; -----

----- 4. Atendendo a enormíssima quantidade de edifícios do gigantesco aparelho central do Estado português situados no concelho de Lisboa aos quais o Município presta todos os serviços gerais, com os inerentes custos, como a qualquer outro edifício (recolha de lixos, calçadas, arruamentos, acessibilidades, estrutura de esgotos, iluminação, limpeza da via pública, etc.); -----

----- 5. Considerando que face a macrocefalia do Estado Português, apesar de beneficiarem de todos os serviços prestados pela Câmara Municipal de Lisboa, existe uma enormíssima quantidade de edifícios em Lisboa que não pagavam um único imposto ao Município (Ministérios, Assembleia da República, Palácios do Presidente da República, Governo, Ministérios, Direcções-Gerais, serviços de finanças, escolas, quartéis, polícias, etc.); -----

----- 6. Atendendo a que o Município de Lisboa não deve ser penalizado por esta macrocefalia deste crescimento desarmonioso do País; -----

----- 7. Sabendo que o Estado Português cobra ao Município de Lisboa os custos referentes à cobrança dos impostos que são receita própria do Município (cerca de 2,5% do total da receita), como por exemplo, nos casos do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Derrama; -----

----- 8. Considerando que o Município de Lisboa pode proceder à cobrança atrás indicada, com um custo para o próprio substancialmente inferior ao actualmente pago ao Estado; -----

----- 9. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, no dia 20 de Janeiro de 2004, solicitar à Câmara Municipal de Lisboa o início de negociações com o Governo, no sentido de reclamar que todos os edifícios do Governo central passassem a pagar o Imposto Municipal sobre Imóveis, como qualquer outro proprietário, que informasse permanentemente esta



Assembleia do desenrolar de tais negociações e que estudasse quanto caberia entrar nos cofres do Município caso os edifícios do aparelho central pagassem imposto. --

----- 10. Sabendo que a 14 de Setembro de 2004, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, por maioria, solicitar ao Primeiro-Ministro um Projecto de Lei para que todos os edifícios estatais paguem os mesmos impostos que os restantes, nos respectivos concelhos; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2006, decida: -----

----- 1. Solicitar reuniões a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de os sensibilizar para ser aprovado na Assembleia da República uma Lei que faça os edifícios do Estado pagarem IMI em todo o território nacional; -----

----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a elaboração de um estudo e de um cálculo da quantidade de edifícios propriedade do Estado Português existentes no Concelho de Lisboa, identificando a sua área e número de pisos; -----

----- 3. Solicitar ao Governo medidas urgentes que possibilitem que a cobrança dos impostos que constituem receita própria dos municípios e que são actualmente cobrados pelos serviços do Estado, possa ser efectuada, no caso daqueles que assim o entendam, pelos próprios municípios; -----

----- 4. Informar a Associação Nacional dos Municípios Portugueses da presente deliberação e vontade da Assembleia Municipal de Lisboa, solicitando-lhe, igualmente, que intervenha no mesmo sentido junto dos Grupos Parlamentares e do Governo; -----

----- 5. Enviar esta moção ao Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares.” -----

----- Finda a leitura da Moção, disse que lhe parecia que todos tinham sido solidários, e deviam continuar a ser, com os actos positivos para fazer o desenvolvimento do interior, mas também devia haver clareza sobre a existência de um “custo da capitalidade” e que Lisboa merecia ser ressarcida por esse custo. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o CDS-PP apreciava os documentos agora propostos com a preocupação que decorria de uma conhecida e já antiga situação financeira complicada da Câmara Municipal. Sabia-se que a situação resultava de uma alteração drástica do modelo de financiamento das autarquias, que, com os problemas que o défice público vinha colocando, foram vítimas de restrições significativas ao crédito, que era um instrumento privilegiado para a obtenção de meios por todas as autarquias. -----

----- Essa situação agravara-se no mandato anterior, também por via, era verdade, de algumas surpresas desagradáveis que a Autarquia de Lisboa, como outras, foi encontrando e, de facto, conjugados os dois factores, a situação tornara-se particularmente grave. -----

----- No entanto, diria que era chegada a altura de assumir uma posição de grande coragem e os documentos agora em discussão, se era verdade que tinham alguns pontos em que a contenção começava a ser proposta, tinha por enquanto dúvidas sobre

a eficácia de instrumentos, nos casos em que existissem, que pudessem verdadeiramente vir a conter e a inverter a situação financeira, dramática, que a Câmara Municipal de Lisboa, à semelhança de outras, vivia actualmente. -----

----- Disse que o programa autárquico do CDS-PP para Lisboa tinha, entre outras, uma linha condutora no arrumar a casa e as contas. A nível mesmo da política nacional, o pensamento do CDS-PP era sempre baseado no rigor e na eficiência do uso dos meios financeiros, em especial dos que resultavam dos impostos e, portanto, do esforço e da actividade dos cidadãos. Como tal, parecia ser fundamental para a Câmara Municipal de Lisboa uma política estruturada, corajosa e evidente de contenção das despesas de funcionamento. -----

----- Essa contenção, no seu entender, tinha sempre que passar por questões relativas aos recursos humanos, ou seja, uma reforma do quadro de pessoal e uma reforma do seu estatuto remuneratório, entre outras coisas. Estava intimamente associado a outra questão, que era a reorganização do espaço da Câmara Municipal, os seus edifícios, as suas instalações, que como se sabia e era uma afirmação antiga sempre repetida mas que ainda não encontrara solução eficaz, a enorme dispersão de instalações. Isso trazia depois ineficiências, quer a nível dos recursos humanos, que muitas vezes tinham que ser duplicados, muitas vezes não tinham a eficiência que deviam ter porque estavam repartidos entre variadíssimos locais, com dificuldades de comunicação. Tinha desde logo um impacto na multiplicação de custos com as próprias instalações, rendas, despesas de manutenção, segurança, etc., e em todas as outras despesas de funcionamento, como fossem os transportes, correio, telefone, etc. -----

----- Isso era evidente, toda a gente sabia que assim era, que era um dos pontos em que a economia da Câmara podia melhorar, fosse pela redução de custos, fosse também pela mobilização de meios financeiros com a alienação desses espaços que claramente eram ineficientes, e essa linha de força, podia ser por não ter uma leitura mais cuidada, mas não a encontrava. -----

----- Referiu que gostava que a Câmara Municipal esclarecesse que decisões, nesses vários campos, já tinha tomado ou estavam em preparação para combater o desperdício estrutural que se sabia existir na Câmara Municipal. -----

----- Outra preocupação, que se ligava também com essa, tinha a ver com o enorme passivo, que se fora acumulando, a fornecedores de todo o tipo. Era um passivo cujos números eram referidos com várias grandezas, mas com certeza de várias centenas de milhões de euros, e era urgente definir um plano de pagamento desses passivos, porque muitos deles estavam a pôr em causa a actividade de muitos dos credores, com riscos não só para esses credores e todos os recursos que deles dependessem, mas também para a própria Câmara, porque muitos desses credores eram ainda prestadores de serviços e poderiam em determinado ponto deixar de prestar os serviços de que a Câmara carecia. -----

----- Era óbvio que a solução para esse passivo resultava, sabia-se e estava contemplado no Orçamento, de despesas extraordinárias, isso era inevitável. Estava associado à questão da racionalização dos espaços utilizados pela Câmara, no sentido de garantir algumas receitas extraordinárias por venda de património. Era dito, e bem,

que essa venda seria canalizada fundamentalmente para o pagamento dos passivos, fossem eles financeiros, os empréstimos, fossem os passivos a fornecedores, cuja antiguidade punha já em risco a actividade dos mesmos. -----

----- E, nesse aspecto, também que desejava ter alguns esclarecimentos sobre qual seria neste momento o plano de alienação do património, que lhe parecia neste caso andar à volta da centena e meia de milhões de euros, e saber até que ponto essa verba era exequível, se era possível contar com ela no sentido de cobrir um plano de pagamento do passivo credível e eficaz. -----

----- Essas, disse a terminar, eram para já as dúvidas suscitadas, e deixava a sua congratulação pelo facto de em muitas áreas ter havido a coragem de assumir que certas coisas não se poderiam fazer. Isso era vantajoso, mas, repetia, era necessário chegar à despesa estrutural, era necessário chegar à despesa de funcionamento, era necessário racionalizar a estrutura da Câmara. Aguardava mais esclarecimentos sobre a matéria e voltaria a intervir e a dialogar sobre o Plano. -----

-----Nesta altura, o **Senhor Primeiro Secretário** informou os resultados da eleição, por escrutínio secreto, dos representantes da Assembleia Municipal de Lisboa nas representações externas, que vinha decorrendo em paralelo com os trabalhos do Plenário, e que foram os seguintes: -----

----- Descarga na Lista de Presenças ..... 98; -----

----- Lista A (lista única) -----

----- Votos a favor ..... 69; -----

----- Votos contra ..... 14; -----

----- Abstencões ..... 13; -----

----- Votos em branco ..... 2: -----

----- Face aos resultados desta votação proclamou eleitos os Deputados Municipais e demais personalidades constantes da respectiva lista, inserida a páginas 64 a 66 desta acta. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que os documentos hoje em discussão, as Grandes Opções do Plano 2006-2009 e o Orçamento para 2006, mereciam da parte do PEV alguns comentários. -----

----- Assim, relativamente às Grandes Opções do Plano, começou por referir que ao dizer-se “um programa de candidatura à Câmara de Lisboa é mais do que um conjunto de valores, de princípios, de ideias, de iniciativas e de projectos” e se clarificava a seguir que “trata-se de um compromisso com os eleitores, com os munícipes”, seria de esperar ver incluídos nos temas de intervenção das Grandes Opções do Plano o conteúdo programático da candidatura “Vamos a Isto Lisboa”. -----

----- Por exemplo, se se restringisse às questões ambientais, ocorreria perguntar onde estava o Programa Integrado de Gestão Sustentável da Água, ou como se pensava incrementar a vigilância da gestão de resíduos perigosos gerados pelos serviços de saúde, ou como seria implementado o Plano Energético Ambiental conducente a uma utilização mais racional e eficaz da energia na cidade, edifícios, transportes ou gestão urbana, ou, ainda, como se previa tornar os serviços e edifícios da Câmara um exemplo de boas práticas energético-ambientais. -----

----- Numa primeira constatação, as Grandes Opções do Plano agora apresentadas não só não tinham nada a ver com aquilo que foi prometido aos lisboetas durante a campanha eleitoral, como também, enquanto projecto para quatro anos, evidenciavam uma acentuada pobreza de ideias estruturantes para a cidade, denotando, aliás, um flagrante desequilíbrio entre as diversas áreas de abordagem sectorial. -----

----- Aparentavam ser, como diria um conceituado farmacêutico, “como o melhora, não faz bem nem faz mal”. Se eram esses os compromissos com os munícipes, eles bem poderiam desesperar. -----

----- Eram umas Opções que duvidava terem alguma coisa de grande e que passavam completamente ao lado do Plano Director Municipal. Numa altura em que se esperava que a sua revisão entrasse na fase decisiva, não se encontrava nenhuma referência a esse instrumento fundamental e com uma importância extrema para a cidade. -----

----- E também o plano de pormenor da zona de Entrecampos, nos terrenos da antiga Feira Popular, ou o plano de pormenor relativamente ao Parque Mayer, foram completamente ignorados, apesar desses terrenos, ou os negócios que os envolveram, terem sido durante o anterior mandato objecto de grande discussão e de decisões legalmente questionáveis, de contornos pouco claros e cujo desenlace estava ainda por clarificar. -----

----- Relativamente ao Orçamento para 2006, disse que se tratava, a seu ver, de um Orçamento antes de mais pouco sustentável e muito virtual. Pouco sustentável porque da totalidade das receitas previstas a Câmara Municipal esperava que 41% resultassem de operações patrimoniais, 23% através de venda, 17.5% através de permutas. Uma boa e significativa fatia das receitas que o Executivo esperava receber eram conseguidas através da alienação do património municipal, o que significava tratar-se de uma gestão pouco sustentável, que tinha necessidade de recorrer ao futuro para gerir o presente. Fazia-se a gestão do presente hipotecando o futuro, alienando património. Era simples e era o mais fácil, mas era também muito pouco sustentável. --

----- Era um Orçamento muito virtual porque se encontrava dependente da realização de receitas extraordinárias e extraordinariamente inflacionadas. Eram só mais 400% que a execução que a Câmara Municipal conseguira em todo o ano de 2004 e três vezes mais que o executado em 2005, até Novembro, que era o conhecido e que foi de 218 milhões de euros. -----

----- Era um Orçamento que referia quatro vezes o Plano Director Municipal, sendo todas as referências nas tabelas de taxas e outras receitas, do tipo: -----

----- “Plano Director Municipal, A3 opaco – 16 euros”; -----

----- “Plano Director Municipal, estudos e plantas com zonas de protecção por facção – 16,17 euros” -----

----- Não havia uma única referência, nem uma única verba prevista para os custos da sua revisão. Era espantoso que num ano decisivo para a sua revisão, o PDM tivesse passado completamente ao lado da proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano. -----

----- Em termos sectoriais, para quem dizia que a reabilitação urbana era uma prioridade, aí estava o resultado. A verba apenas crescia por causa da permuta dos

terrenos do Parque Mayer e da Feira Popular, que representava nessa área nada mais nada menos que 68% do total previsto. -----

----- Os bairros sociais conheciam uma baixa no investimento, no que dizia respeito à sua recuperação. -----

----- Os espaços verdes eram apenas para “inglês ver”. Dava jeito fazer um número, breves, pequenas e vagas referências. -----

----- O Observatório da Segurança não se encontrava referido no Orçamento nem nas Grandes Opções do Plano, e o mesmo quanto à Agência Municipal de Energia. -----

----- Em síntese, o PEV não encontrava nas Grandes Opções do Plano nem no Orçamento para 2006 verdadeiras opções estratégicas que procurassem dar resposta aos problemas da cidade e dos cidadãos de Lisboa, pelo que iriam votar contra. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, começou por dizer que não percebia se o Deputado Municipal Carlos Marques foi eleito apenas no actual mandato ou se já estava antes, uma vez que fizera afirmações, nomeadamente em relação às empresas municipais, que dava a ideia de ter sido o actual Executivo a criá-las. Que soubesse, foi no mandato anterior que tinham sido criadas três SRUs, mas as restantes empresas municipais já tinham sido criadas anteriormente. -----

----- Em relação ao endividamento da Câmara, também queria reafirmar que parecia haver uma situação esquecida. A maior parte da dívida vinha do tempo do Dr. João Soares. Era certo que foi uma dívida importante para acabar com as barracas, um endividamento para o PER, mas vinha daí. -----

----- Outra parte significativa da dívida foi no ano anterior incorporada no balanço da Câmara, porque vinha da Expo'98, em 35 milhões de contos. Essa incorporação de dívida trazia acréscimo de custos no serviço de dívida para a Câmara. -----

----- Era uma espécie de ponto prévio para lembrar aqueles que andavam esquecidos e para fazer o enquadramento do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, para perceber a lógica da sua apresentação pela Câmara Municipal. -----

----- Disse, depois, que o Orçamento apresentado pela Câmara era realista, audacioso e queria responder à situação dos problemas da cidade. No ano passado, na mesma tribuna, referira que um orçamento para a Câmara Municipal de Lisboa devia andar entre 500 e 600 milhões de euros. O Orçamento apresentado atingia os 850 milhões de euros, estavam devidamente justificados, a Câmara não os omitia, dizia que 150 milhões eram referentes a operações de permutas e 200 milhões para responder a compromissos imediatos, nomeadamente ao pagamento a fornecedores. -----

----- Mas importava dizer, para quem andasse porventura um pouco esquecido, que o Dr. Santana Lopes, quando assumira a liderança da Câmara, tinha recebido de dívidas de curto prazo do mandato do Dr. João Soares cerca de 100 milhões de euros. -----

----- Portanto, a Câmara assumia que iria vender património para tentar regularizar a situação e daí os 200 milhões de euros de receitas extraordinárias, mas a responsabilidade não era exclusiva da actual gestão municipal, já vinha de trás. -----

----- Outro aspecto importante era que quando o Dr. Santana Lopes tomara posse, já na altura havia referido na primeira análise do Orçamento que parte daquelas dívidas ainda

não correspondiam à verdade, havia muitas facturas de fornecedores que ainda estavam esquecidas nalgumas Direcções Municipais da Câmara. Alguns Srs. Directores Municipais e de Departamento esqueceram-se das facturas, que apareceram mais tarde para serem pagas. -----

----- Aliás, a situação era tão clara quanto isto: o Orçamento atingia 850 milhões de euros, 200 milhões destinados a regularizar situações de dívidas de curto prazo, sobretudo a fornecedores, 150 milhões de euros destinados a operações de permuta que estavam identificadas. -----

----- Quanto ao Orçamento, em termos legais, ninguém podia contestar que respeitava o POCAL, respeitava a Lei e tinha um enquadramento próprio de acordo com as tramitações legais impostas para a elaboração de orçamentos. Quanto a isso, era inquestionável. -----

----- E um aspecto importante que desejava salientar, e que a Lei exigia, era que as receitas de estrutura tinham que cobrir as despesas de estrutura. Isso estava retratado em números, com um senão, porque o índice de cobertura era baixo. O Sr. Vereador já referira que iria estar muito atento à gestão dessa componente e que durante o ano admitia até poder haver reforços, precisamente para não se correr o risco da cobertura das receitas pelas despesas correntes não se manter. -----

----- Passando para as Grandes Opções do Plano, disse que tinham sido referidas com certo menosprezo em relação a alguns números, pelo que ou não estavam a analisar os mesmos documentos ou estavam desfocados dos números. Alguém estava a falhar! Em termos de investimento, nas Grandes Opções do Plano estavam previstos 322.872.000 euros e só à reabilitação urbana estavam destinados 93.892.000 euros. Alguns Deputados Municipais faziam umas leituras que por vezes até pareciam roçar um pouco a demagogia, mas estavam ali para analisar factos. -----

----- Outro número era relativo ao parque edificado e património, que tinha uma verba de 119.723.000 euros. Não via qualquer outro dos números que foram referidos. Estava a falar apenas de valores globais, ou de primeiro grau, como se dizia na contabilidade. Contas de primeiro grau eram aquelas que faziam a síntese das de terceiro e segundo, até ao primeiro. Portanto, esses eram os números principais que eram referidos em termos das Grandes Opções do Plano, mas havia leituras ao gosto de quem intervinha no debate. Só que contra factos não havia argumentos! O Orçamento e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal eram realistas, objectivas e determinavam uma vontade de fazer mais e melhor, na medida em que se pretendia reajustar a dinâmica da Câmara e a sua dimensão à sua capacidade própria de desenvolvimento em anos futuros. -----

----- Era necessário ter em conta o facto de ser o primeiro ano da acção governativa do Executivo, que estava a preparar o caminho não só para o corrente ano mas para os anos vindouros. Daí que o Orçamento, parecendo surrealista, era realista, adaptado às circunstâncias que a Câmara teria que enfrentar. -----

----- Terminou dizendo que não ia entrar em grandes detalhes por agora, mas queria deixar a verdade dos factos em relação a algumas situações e intervenções que ouvira. -

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra, disse que antes de fazer uma pequena apreciação relativa ao Orçamento para 2006 e às Grandes Opções do Plano, gostaria de responder a algumas questões que tinham sido levantadas, começando exactamente pelo Deputado Municipal Domingos Pires. -----

----- Disse, então, que em 1 de Fevereiro de 2006 o Correio da Manhã dizia em manchete “Município em gestão corrente, Santana duplica dívida de Lisboa. A Câmara de Lisboa tinha em Outubro de 2005, quando das eleições autárquicas, um passivo de 926 milhões de euros, o dobro da dívida existente em 2001”. Ninguém estava esquecido, foi retirado da Internet e não parecia um argumento demagógico, mas fáctico. -----

----- Quanto à intervenção, que apreciara, do Deputado Municipal Carlos Marques, não podia deixar de notar que os custos de capitalidade referidos conheciam uma designação económica específica, chamados “*spill overs*” ou “externalidades”. No caso português, decorriam de forma clara de uma ausência de gestão integrada de redes, que ocupavam não o espaço territorial do Município, mas transversalmente o espaço metropolitano. Era entendimento do PS que a capitalidade devia ser integrada numa lógica metropolitana e por isso mesmo o Orçamento de Estado para 2006, que já foi referido muitas vezes, referia expressamente a intenção do Governo em criar verdadeiras autarquias metropolitanas, onde, porventura, esses custos de capitalidade poderiam ser diluídos. -----

----- Entrando na questão orçamental propriamente dita, respondendo já a uma questão e antecipando uma crítica que podia ser novamente levantada, disse que em resposta ao segundo considerando do Parecer apresentado pela Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, a que agora presidia, formalizada que foi a sua tomada de posse, penitenciava-se pelas dificuldades geradas pela sua ausência, mas devia-se a questões gravosas de índole familiar, não descurando, no entanto, a análise do Orçamento e do Plano agora em discussão. -----

----- Ao Deputado Municipal Jorge Penedo, primeiro interveniente após as breves explicações prestadas pelo Sr. Vice-Presidente, disse que gostaria de refrir que de facto um primeiro Orçamento municipal do Executivo eleito em Outubro passado deveria seguir o rumo que seria seguido no actual mandato, exactamente aquilo que não se podia encontrar no Orçamento, nem tão pouco nas Grandes Opções do Plano, que extravasavam o ano económico 2006. -----

----- De facto, o Deputado Municipal Jorge Penedo citara Adam Smith. Talvez mais que citar Adam Smith, o PSD estivesse crente na mão invisível teorizada por esse economista para guiar as contas e as decisões políticas e financeiras do Município. Aliás, interrogava-se se não seria essa a grande opção do PSD, ao menos para o ano económico vigente. -----

----- O Orçamento municipal para 2006 era um plano de intenções, em que o rigor financeiro e a necessidade de fazer face ao passivo municipal tinham dado lugar à ausência de qualquer preocupação relativa a investimento e utilização de potenciais novas e imperiosas áreas de intervenção municipal. -----

----- Mas percebia-se a incapacidade de ultrapassar o plano das pretensões. Não eram fornecidos quaisquer dados relativos à execução orçamental de exercícios passados, e essa situação conduzia, naturalmente, a limitações da maior relevância na tomada de decisões políticas e financeiras uma vez que impossibilitava apurar da qualidade das decisões anteriores e determinar a manutenção ou mudança de rumo, o rumo de que o Deputado Municipal Jorge Penedo falava. -----

----- Enquanto previsão que era, o Orçamento para o ano económico 2006 apresentava como notórias apenas duas grandes opções: a opção pela gestão corrente, sem previsão de realização de grandes investimentos, fosse em infra-estruturas, fosse em investimentos de cariz social; e a opção pelo equilíbrio das contas, sustentado na previsão de realização de receitas extraordinárias. -----

----- Quanto ao último ponto, era o regresso a uma fórmula já conhecida pelos portugueses em geral e revisitada agora pelo Município de Lisboa, as receitas extraordinárias. Encontrando-se o Município altamente endividado, o passivo actual encontrava-se em mais de 500 milhões de euros, previa-se que em 2006 mais de 35% das receitas fossem obtidas através da venda de património. Ora, aproveitava a presença do Sr. Vice-Presidente, responsável pelo Pelouro das Finanças, para perguntar qual património, obedecendo a que calendário e seguindo que critérios. -----

----- Observava-se o fenómeno quase mítico da obsessão pelo défice, agora à escala municipal. Uma vez mais a consolidação e o equilíbrio orçamental propostos pelo PSD assentavam nas receitas extraordinárias, sem racionalização da despesa, que diminuía de forma muito ténue em rubricas como “despesas com pessoal”, que de todo o modo não poderiam aumentar, à luz do Orçamento de Estado para 2006, e as “transferências e subsídios”. -----

----- Quanto à opção pela gestão corrente, justificara já o Sr. Vice-Presidente da Câmara, tanto na Assembleia Municipal como na imprensa, sobejamente, aquando da reunião do Executivo camarário em que o Orçamento foi aprovado, dizendo o seguinte, agora já não numa notícia do Correio da Manhã, mas numa nota colocada no *site* da Câmara Municipal: “Neste primeiro ano não se verificarão grandes investimentos, 2006 será um ano de elaboração de estudos e definição de projectos, que irão permitir nos próximos três anos de mandato que se possam concluir esses mesmos projectos”. -----

----- Era caso para perguntar agora aos Srs. Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa onde tinham estado nos dois últimos anos. Em concreto ao Sr. Presidente, onde estivera no último mandato. -----

----- Não podia deixar de registar mais algumas deficiências. Existiam incoerências entre o Orçamento e o Plano, nomeadamente relativas aos 8.600.000 euros orçamentados a título de subsídio à EGEAC, que estavam no Orçamento como constando do Plano, que não encontrara. -----

----- Havia um centralismo financeiro, as verbas transferidas para as freguesias cresciam apenas 1,1%, sem que os critérios fossem objectivados e sem que o princípio da subsidiariedade fosse respeitado pelo Município na sua relação com as freguesias. Não se podia criticar a Administração Central e reproduzir de forma mímica



comportamentos que se lhe imputavam. O artº 21º da Lei do Orçamento de Estado para 2006 não servia de justificação a tal atitude. -----

----- A terceira nota era em relação à sustentabilidade financeira do Município. Sendo que apenas 47,4% das receitas previstas para 2006 fugiam à lógica de arrecadação de receitas extraordinárias, baseando-se 33,2% em impostos, 7,4% em transferências do Estado e 6,8% em taxas, representando as transferências do Orçamento de Estado um valor que não chegava aos 8%, verbas provenientes do Fundo Geral Municipal e do Fundo de Base Municipal, sem que, no entanto, se fizesse qualquer referência a verbas oriundas do Fundo de Coesão Municipal, poucas, mas que ainda eram transferidas, o Município de Lisboa dispunha de uma autonomia financeira considerável, e importava saber qual a utilidade que lhe oferecia. -----

----- Perguntou também ao Sr. Vice-Presidente como se poderia considerar como receitas futuras mas imprevisíveis as receitas geradas pelo Casino de Lisboa no ano económico 2006, e relembrou que o casino não viu ainda sequer lançada a primeira pedra. -----

----- Por outro lado, quanto às excepções ao endividamento municipal contempladas na Lei do Orçamento de Estado para 2006, relativas a habitação social e reabilitação urbana, e considerando que o Orçamento era precisamente um documento previsional e ainda que decorriam já negociações com o Governo no sentido de dar uso a tais excepções, como foi noticiado pelo Sr. Vereador, perguntou se não seria possível já calcular, ainda que a título de mera estimativa, os valores em causa e consequentemente orçamentá-los. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, fez leu o seguinte documento: -----

----- “V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente, começa mal o mandato. O Orçamento e o Plano de Actividades (PA) que apresentou são os piores de sempre. -----

----- Trata-se de um orçamento virtual, camuflado por operações de cosmética, recorrendo às permutas e empolando as receitas extraordinárias, que o tornam opaco e pouco credível por falta de rigor. -----

----- Ascende a 850,6 milhões de euros e cresce 3,6 % em relação ao de 2005. Mas é um crescimento aparente e enganador só possível por a Câmara ter inscrito permutas no valor de 150 milhões de euros, algumas apenas para efeitos contabilísticos. É o caso de 60 milhões de euros da permuta de parte do terreno de Entrecampos com o Parque Mayer, efectuada em 2005, mas intencionalmente só inscrita este ano e que não corresponde a uma receita efectiva. -----

----- É de condenar este recurso exagerado às permutas (34,1% da dotação do PA) por poder diminuir a transparência na alienação de património que deve ocorrer, por norma, em hasta pública. O delapidar excessivo do património (250,5 milhões de euros) é igualmente negativo, embora a previsão da receita seja irrealista, por estar inflacionada. -----

----- Não é também um orçamento de contenção, como diz o Sr. Vice-Presidente, já que prevê um aumento elevadíssimo dos encargos de funcionamento (mais 42,6 milhões de euros). -----

----- Já o Sr. Presidente diz que este Orçamento é um orçamento de transição. Transição entre o quê? -----

----- Entre o Executivo anterior do PSD despesista e que não fez obra e deixou a Câmara numa grave crise financeira e o actual Executivo da mesma cor política que não traz nada de novo? -----

-----V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente, acrescenta ainda que 2006 pode ser um “ano de charneira, um ano de viragem”. -----

----- São eufemismos em que o PCP e os lisboetas não acreditam. Eu direi que é um orçamento de continuidade, continuidade na má gestão, a que já nos habituou. -----

----- O Deputado Municipal Domingos Pires veio dourar a pílula do Orçamento, dizendo que o Orçamento não devia ser superior a 500 milhões de euros. No entanto, como economista devia saber que as receitas correntes da Câmara eram quase esse valor. Dizia também que as dívidas de 200 milhões eram fundamentalmente da anterior gestão, mas já foi referido que se tratava de dívidas de curto prazo a fornecedores. Havia dívidas de médio e longo prazo e já tinham sido enunciadas as razões para isso. -----

----- Não estava em causa a ilegalidade do Orçamento, ele cumpria o POCAL, mas mais configurava ser um Orçamento surrealista. -----

----- Importa salientar que a Câmara nunca dispôs de tanto dinheiro de receitas próprias em virtude de, no último mandato, ter subido escandalosamente impostos e taxas, sobrecarregando os lisboetas. -----

----- Os Srs. Deputados Municipais lembram-se certamente das controvérsias travadas aqui entre mim e o Sr. Vice-Presidente sobre os aumentos do IMI e das Taxas de Saneamento. Afinal, e infelizmente para os lisboetas, o PCP tinha razão ao defender a descida da Taxa do IMI para 0,5. -----

----- Entre 2004 e 2005 os aumentos foram enormes: o IMI cresceu 15% (40 milhões de euros); as taxas e multas 23% (12 milhões de euros) das quais as TRIU'S 37% (8,2 milhões de euros); a conservação de esgotos 14% (2,6 milhões de euros); e a tarifa de saneamento 42% (9,2 milhões de euros). Ou seja: só para a taxa e a tarifa de saneamento os lisboetas pagaram em 2005, 51,5 milhões de euros, isto é mais cerca de 12 milhões de euros, o que significa que cada munícipe pagou em média para o saneamento 93,6 euros. -----

----- Por isso, neste ano, apesar da crise económica, as receitas correntes aumentaram entre 2004 e 2005 16% (66 milhões de euros) e continuarão, seguramente, a crescer em 2006. Mas, inexplicavelmente, a previsão destas receitas no Orçamento 2006 decresce em relação às de 2005, sendo evidente que foram, intencionalmente e de forma artificial, sub-orçamentadas. -----

----- O PA revela a incapacidade de gestão deste Executivo, não só por ausência de estratégia e de visão global das questões estruturais da cidade, (nele não se vislumbra a definição de prioridades ou hierarquização de objectivos), mas também por não responder às necessidades de Lisboa, dado o baixo nível do investimento. Com efeito, o seu financiamento em numerário decresce cerca de 100 milhões de euros, face ao de 2005 e está, em grande parte, comprometido com dívidas

vencidas de obras lançadas, ou concluídas, em anos anteriores (o desnivelamento da Av. Marechal Gomes da Costa/Infante D. Henrique é uma delas). -----

----- Assim, a reabilitação urbana deixou de ser um objectivo prioritário, ao ver reduzida a sua dotação para apenas 38,9 milhões de euros (excluídos os 60 milhões de euros da permuta do Parque Mayer, incorrectamente inscritos nesta rubrica). É a própria Câmara que confessa que a reabilitação vai parar, ao afirmar: “2006 é o ano de preparação dos procedimentos necessários ao lançamento das novas mega-empreitadas” e “só nos próximos anos esta rubrica será reforçada aquando da adjudicação dos trabalhos” . -----

----- Também as dotações para os outros objectivos têm quebras enormes de investimento, em relação ao PA de 2005: urbanismo menos 23%; cultura menos 29,6%; desporto menos 50,3%; intervenção social menos 35,3%. -----

----- Assim, não surpreende que o PA de 2006 seja inferior ao de 2001, espelhando a estagnação que a gestão PSD impôs a Lisboa, nos últimos cinco anos. -----

----- Este facto é ainda, mais grave, por contrariar a evolução registada no período 1996/2001, gerido pela coligação de esquerda, em que a dotação dos PA duplicou. Porquê este descalabro? -----

----- A responsabilidade deve ser imputada à gestão ruinosa dos Presidentes Santana Lopes/Carmona Rodrigues, que desbarataram milhões de euros com orçamentos despesistas e eleitoralistas, com particular incidência na publicidade, em obras pseudo emblemáticas e de fachada, e em acções efémeras com efeitos mediáticos, através do recurso ao crédito, e atirou a Câmara para uma grave crise financeira, atolada numa dívida astronómica de curto prazo a fornecedores, que põe em causa o desenvolvimento futuro de Lisboa. -----

----- Apesar de uma parte desta dívida ter sido amortizada, em 2005, com 61,9 milhões de euros da venda em hasta pública da outra metade do terreno de Entrecampos, ainda transitou para 2006 a verba de cerca de 200 milhões de euros. --

----- Por isso, segundo o Sr. Vice-Presidente Fontão de Carvalho, este ano destinase a “regularizar a situação financeira da Câmara” -----

----- Uma coisa é certa: serão os lisboetas a pagar os erros desta gestão porque, nos próximos anos, a qualidade de vida na cidade não vai melhorar. As 309 medidas prometidas por V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente para os primeiros 180 dias de mandato, vão ficar no tinteiro e 2006 será mais um ano perdido, um ano de retrocesso, limitando-se este Executivo PSD à gestão corrente do Município. Eis algumas das razões porque o PCP vai votar contra este Orçamento.” -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, no uso da palavra, disse que a avaliação feita pelo Deputado Municipal Carlos Marques sobre os documentos vinha no sentido do que, ao aprofundar-se o Orçamento, verificava-se que parcelarmente, em termos ambientais e energéticos, era um Orçamento omissivo ou verdadeiramente falhado. Não era um Orçamento surrealista, era um Orçamento prático, não tinha nada a esconder. -----

----- Perguntou onde estavam as propostas para a poupança energética do Município. Não tinha essas propostas!-----

----- Perguntou quanto iria custar à Câmara, e aí usava as expressões *spill overs* ou externalidades, o incumprimento do Protocolo de Quioto, quanto custaria às empresas sediadas no Município e quanto custaria aos munícipes pagar os erros de gestão energética do Município. -----

----- Os últimos estudos mostravam que o Protocolo de Quioto para Portugal iria custar dois Alquevas por ano em multas, o que iria aparecer na conta da luz. As empresas e os munícipes iriam pagar, era dinheiro que não seria investido de outra forma. Era um desperdício. -----

----- Seria importante, uma vez que a 27 de Janeiro tinha sido transcrita a Directiva Europeia para a Sustentabilidade dos Edifícios, que o Orçamento tivesse algo sobre a sustentabilidade energética dos edifícios. Mas não tinha nada. -----

----- Foi-se averiguar e percebeu-se que a Empresa Lisboa E-Nova iria fazer os estudos ligados à sustentabilidade, ia consultar e ia fazer em 2006 os primeiros estudos para a sustentabilidade energética dos edifícios na cidade. No entanto, também se sabia que não era vinculativo. A Câmara, relativamente a questões energéticas, não as tornava vinculativas, passava-as para uma empresa municipal que faria um regulamento e a Câmara só o aplicaria se assim o entendesse. Isso era absolutamente grave e eram exactamente essas matérias que a Câmara não podia abdicar de ter no seu controlo. -----

----- Disse que o crescimento energético em Portugal era de 6% ao ano e o PIB estava estagnado, portanto, todos os anos a eficiência na produção era menor. Cada vez havia mais electrodomésticos, deixava-se o calor fugir pelas frinças, mas cada vez mais se deixava construir em vales, cada vez mais em Lisboa se viam construções viradas a norte e se viam edifícios inaugurados de origem logo com ar condicionado. Era isso que na Europa se estava a tentar inverter e Portugal estava novamente na cauda da Europa em questões energéticas. -----

----- Referiu que a Sra. Presidente da Lisboa E-Nova disse que a vinculação das questões energéticas seria garantida pela inclusão de um Vereador como Presidente do Conselho de Administração. Essa situação parecia um pouco estranha, pois essa vinculação não era garantida por estar lá uma pessoa da Câmara, mas seria garantida quando houvesse políticas da Câmara orçamentadas, cabimentadas e pensadas com objectivos, com fiscalização, com tudo. -----

----- Portanto, a Câmara de Lisboa estava fora da Lei, perante a obrigatoriedade da sustentabilidade energética dos edifícios. Para todos os efeitos era isso que se estava a passar, numa questão tão importante para o País. -----

----- Nas questões de desenvolvimento estratégico da cidade, disse que se podia verificar que a Câmara também não tinha nada a esconder. Por exemplo, verificava-se que a Câmara iria gastar mil contos no Parque Periférico em 2006. Não se sabia se tinha sido fruto de algum peditório, ou se foi uma forma de colocar isso na cabimentação, mas era um facto que um parque com centenas de hectares há 30 anos esperava a sua construção e tinha uma cabimentação de mil contos. -----

----- Quanto ao Corredor Verde, Monsanto – Alto do Parque, disse que tinha 15 mil euros, o que, a preços de mercado, daria para construir 300m<sup>2</sup>. O mais grave era

que nos anos seguintes, 2007 a 2009, não tinha sequer cabimentação. Portanto, não haveria Corredor Verde, era uma questão política clara, não era surrealista. Não haveria Corredor Verde, não havia uma estratégia de poupança energética nos edifícios e, portanto, nesse aspecto a Câmara estava de parabéns, porque, ao contrário de adoçar a pílula, mostrava claramente com os números o que pretendia fazer. -----

----- Já nem iria entrar na questão da utilização automóvel, que também essa contribuía para o Protocolo de Quioto, aliás, considerada fundamental. -----

----- Por outro lado, via-se que o grande investimento da Câmara em espaço público e ambiente seria o controlo e monitorização da poluição, era aí que se centravam os grandes objectivos da Câmara. Também se verificava nos espaços verdes haver um grande interesse, após o terceiro ano consecutivo de seca, em implementar sistemas de rega. Ao invés de trabalhar a aptidão do território para se poder ter espaços verdes auto-sustentáveis, sem necessidades de rega, voltava-se a apostar nas paisagens inglesas, cheias de bons relvados, que precisavam de ser regados durante Julho e Agosto para se poderem manter. Era um investimento que podia ser muito bem ultrapassado se houvesse uma aposta nas grandes opções de ter corredores verdes associados à aptidão biofísica do território, assim como os edifícios construídos onde não gastassem energia. -----

----- Isso seria planeamento do território, mas nada disso estava presente. Eram números que faltavam aí, receitas e despesas. -----

----- Por exemplo, verificava-se que a Quinta José Pinto continuava com os processos de loteamento a avançar, grandes projectos para o Vale de Santo António e depois, provavelmente, teria que se arranjar maneira de ter os edifícios caríssimos para poderem ser minimamente bioclimáticos. A construção num vale, como se sabia, significava mais humidade, mais frio, despesas de saúde para quem lá morasse, o descontrolo e a desregulação do sistema ecológico da cidade, que trazia graves problemas respiratórios e uma série de problemas de saúde que tinham que ser contabilizados. Eram as chamadas externalidades, que deviam estar pensadas ao nível do planeamento. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que a Câmara Municipal de Lisboa apresentava à Assembleia o seu Orçamento, Plano de Actividades e Grandes Opções do Plano para 2006. Para os que já estivessem durante alguns mandatos, era mais um Orçamento e mais um Plano. Para a actual Câmara e para muitos dos que estavam no Plenário era o primeiro Orçamento do mandato. -----

----- No último Orçamento discutido na Assembleia, verificara-se, por parte do PS, que aqui elegia como o mais responsável, que foi o responsável pelo chumbo do Orçamento. Isso causou problemas ao Executivo que governava a Câmara, na medida em que se era um instrumento fundamental da sua própria política e, não existindo e tendo que se servir do Orçamento do ano anterior, era uma dificuldade. O PS sabia e por isso votou contra, mas não foi compensador, o povo de Lisboa não compensou essa atitude, nem outras tomadas durante o ano de 2005.

Felizmente, o povo de Lisboa votou no PSD para a Câmara e para a Assembleia, portanto, neste momento, havia outras condições para que o Executivo exercesse o seu mandato de uma forma eficaz, efectiva e sem desculpas. -----

----- O PSD não usava maioria de forma indiscriminada, não actuava como um braço do Executivo, como, aliás, uns anos antes se verificara. O PSD assumia a sua maioria com responsabilidade na Assembleia Municipal, órgão fiscalizador da actividade da Câmara, de forma permanente e construtiva. Estariam ali atentos ao que seria o desenvolvimento da actividade da Câmara, independentemente da maioria, para, de uma forma construtiva, tentar ajudar a Câmara a atingir os seus objectivos. Essa era a função que iriam cumprir com todo o gosto. -----

----- O Grupo Municipal do PSD reconhecia, aliás, o Sr. Vice-Presidente já o disse, que não era o Orçamento que todos gostariam de ter, que respondesse ao conjunto enorme de necessidades que cada um gostaria de ver satisfeitas. Infelizmente, a vida não dava todos os meios para se poderem realizar todos os sonhos, dava os meios possíveis e o Orçamento não podia ser considerado o ideal, até porque um orçamento não respondia de forma estática à actividade de uma câmara. Um orçamento era um modelo que tinha alguma dinâmica e esperava-se que da parte do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores houvesse, além disso, uma grande imaginação para se poderem valorizar as medidas que estavam propostas e para se poderem valorizar os meios que estavam à sua disposição, por forma a que a cidade obtivesse os resultados por todos desejados. -----

----- E dentro daquilo que eram os princípios norteadores desse instrumento de gestão, podia-se afirmar que o Orçamento respondia com inteligência e bom-senso ao que se poderia esperar de um primeiro ano de mandato, ainda por cima, infelizmente, em ano de “vacas magras”. -----

----- Arrumar a casa, preparar as acções que iriam marcar o desenvolvimento de Lisboa nos próximos anos, era uma estratégia louvável e que, se cumprida com rigor, teria seguramente bons resultados. -----

----- Continuando, disse que o Orçamento já foi escalpelizado, quer na Assembleia, quer em Sessão de Câmara, ponto a ponto, pormenor a pormenor, mas havia uma área que, por lhe ser muito cara, não deixaria de referir, que era o caso dos Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa. Como se sabia, tinha censurado a Câmara no último mandato por ter acabado com esses Jogos, que eram uma iniciativa do tempo do Eng<sup>o</sup>. Kruz Abecasis, em que teve oportunidade de estar com ele, e que tinham sido interrompidos no mandato anterior. Esperava que o Sr. Vereador Pedro Feist ainda arranjasse alguns meios exteriores à própria Câmara, já que o Orçamento não era o ideal, mas havia sempre a capacidade e a criatividade dos Vereadores para poderem ampliar os meios colocados à sua disposição. -----

----- Esperava que os Jogos voltassem a ser um êxito para a Câmara, mas também para todas as Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, já que os Jogos eram feitos em conjugação de esforços entre a Câmara e as Juntas, num espírito comum, no sentido de levar à juventude alguma forma de atracção pelo desporto e poder preencher os tempos livres de uma forma mais adequada, nomeadamente à

juventude mais carenciada, não só em termos económicos, mas até mais carenciada em termos físicos. Esperava que tivessem assento nesses Jogos apenas os não federados, os que não tinham capacidade de praticar desporto de outra forma. Portanto, os que não tinham capacidade económica ou até física, que pudessem ter nos Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa uma forma útil de preencher os tempos livres, de se valorizarem, de conviverem e se enriquecerem por esse meio. -----

----- Desejou à Câmara e às Juntas de Freguesia, independentemente das suas cores políticas, um bom êxito nessa iniciativa. -----

----- Disse que praticamente todos, nomeadamente aqueles que estiveram no mandato anterior e nos outros, confiavam sinceramente na equipa das Finanças e na capacidade do Sr. Vereador e Vice-Presidente Fontão de Carvalho. Ele já teve prova de confiança de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal e, portanto, devolvia-se-lhe essa confiança, esperando que com a sua capacidade, com a sua energia e com o seu conhecimento e valor técnico, conseguisse levar o barco a bom porto, o que não era fácil. -----

----- Referiu que não era um Orçamento de expansão, por razões plausíveis, por força daquilo que era a situação económica da própria Câmara, do seu endividamento, o problema da pouca elasticidade que tinha para adquirir outros meios financeiros. Em termos práticos, era inferior ao Orçamento de 2005, mas era o Orçamento possível e estava bem feito, dentro dos meios que tinha ao seu dispor era um Orçamento correcto, tecnicamente bem feito e que deixava uma certa capacidade de acção para que aquilo que era a capacidade exterior aos próprios meios disponíveis pudesse vir a ser conseguido. -----

----- Paraphrasing someone, “há mais vida para além do Orçamento”. O Orçamento não era um fim em si mesmo, era um meio e esperava-se que esse meio fosse bem aproveitado. -----

----- Além das receitas consideradas no Orçamento, havia outras que não tinham sido consideradas por impossibilidade prática, por exemplo já tinham sido referidas as contrapartidas do casino, que iriam ser incluídas em futuras revisões orçamentais, a própria receita do saldo que transitava de 2005 para 2006, as receitas das acções desenvolvidas, nomeadamente no âmbito do PROHABITA, esperava-se que tivessem êxito, embora se soubesse que era complicado obter esses meios e ver aprovados esses projectos. -----

----- Calculava-se que todas essas receitas possíveis poderiam ascender a cerca de 150 milhões de euros, o que viria dar outra possibilidade ao Orçamento e, em futuras revisões orçamentais, vir a considerar outros aspectos que, por falta de meios, não puderam ser considerados agora. -----

----- E uma vez que era preciso a Assembleia contribuir de alguma forma para a valorização daquilo que era a actividade da própria Câmara, diria que era possível melhorar muito a qualidade urbana e a qualidade de vida dos lisboetas, a própria economia da cidade e o empreendedorismo, com medidas que pouco tinham a ver com as receitas e despesas e que não tinham que ser plasmadas no Orçamento. Havia uma infinidade de aspectos que podiam ser considerados, podiam valorizar a

actividade da Câmara, podiam beneficiar a cidade em muito se houvesse alguma capacidade de intervenção relativamente a algumas matérias. -----

----- Era possível ultrapassar obstáculos que desde quase sempre foram autênticas barreiras ao desenvolvimento da cidade, com medidas sem expressão orçamental. Era possível dar um passo de gigante no caminho para uma cidade moderna e empreendedora, com profundas alterações ao nível, nomeadamente, da legislação e do funcionamento dos serviços camarários. Referia-se, no caso da habitação, à reabilitação urbana e aos instrumentos de planeamento urbanístico. -----

----- Todos sabiam a dificuldade existente em aprovar um projecto na Câmara, por mais simples que fosse. Essa dificuldade normalmente não tinha a ver com o aspecto de segurança da própria decisão camarária. Se fosse mais simples, se calhar era possível fazer com que essa decisão que Câmara tivesse que tomar em relação a qualquer projecto pudesse ser muito mais exigente. Todos sabiam que esse aspecto das dificuldades fazia muitas vezes com que as pessoas vendessem facilidades e muitas vezes ultrapassavam-se normas que eram essenciais para fugir a outras que seriam acessórias. Isso levava a que o desejado não fosse cumprido. -----

----- Portanto, se fosse alterada a legislação e a forma de actuar da Câmara, se se desse mais transparência e mais visibilidade a todas as decisões camarárias, em todos os aspectos, a todos os níveis, de certeza que a Câmara decidia mais depressa e melhor, e ao decidir mais depressa e melhor beneficiava a cidade, os empreendedores e os munícipes. Esse era um aspecto onde teria que haver um grande interesse e uma grande vontade em modificar. -----

----- Já se tentara modificar ao longo de muitos anos, lembrava-se do tempo do Eng<sup>o</sup>. Abecasis, do Dr. Jorge Sampaio e do Dr. João Soares, em que houve tentativas de alterar a estrutura e a forma de actuar da Câmara. Sabia o difícil que era os próprios Vereadores responsáveis pelos pelouros terem capacidade de se mexer naquilo que era a confusão das normas urbanísticas, a confusão do RGEU e de todas aquelas decisões para cima e para baixo, que normalmente tinha qualquer processo. Isso podia, devia e tinha que ser corrigido, não se podia deixar de o fazer. -----

----- Mas também havia que corrigir aquilo que eram as regras do planeamento urbanístico. Nenhuma câmara conseguia num mandato lançar um plano de pormenor e vê-lo aprovado e em execução, era impossível! As voltas que tinha que dar, na Câmara, na Assembleia, na CCDR, nos vários ministérios, era uma perda de tempo tão grande que se tornava impossível num mandato começar e acabar qualquer iniciativa desse género. -----

----- Por exemplo, o PUALZE tinha sido aprovado na Assembleia Municipal no tempo do Dr. Jorge Sampaio e ainda não estava aprovado; ou o Vale de Chelas, ou o Vale de Santo António. Quantos planos de pormenor tinham sido aprovados na Câmara e na Assembleia no tempo do Dr. Jorge Sampaio e que ainda hoje não estavam em execução? Como seria possível governar uma cidade como Lisboa se o planeamento urbanístico, fundamental para o desenvolvimento da cidade, demorava o tempo que se conhecia? Como seria possível introduzir alterações profundas no tecido urbano quando isso acontecia? -----



----- Havia que ter coragem para denunciar essas situações e levar a que fossem alteradas de forma significativa, pois podiam ser mais seguras sem tanto tempo de demora. Era evidente que tudo teria que ter prazos, mas os prazos actualmente verificados para essas situações estavam completamente fora do senso comum. Em nenhum país do mundo isso acontecia! Também o funcionamento dos serviços e as complexas regras a que estavam sujeitos para a aprovação de qualquer obra, era um grande entrave. -----

----- Portanto, era necessário romper de vez com esses obstáculos e mudar muita coisa no funcionamento da Câmara e na legislação, para que a cidade avançasse nas áreas que referira, fundamentais para o seu desenvolvimento e modernidade. Caso o Executivo o conseguisse, já fazia muito pela cidade, mesmo sem expressão orçamental. Havia coisas fantásticas que a cidade agradeceria sem gastar quase um tostão, mas para que esse contributo fosse atingido o papel da Assembleia Municipal também era muito importante, todos na Assembleia eram responsáveis em ajudar a Câmara, nomeadamente através das Comissões especializadas, através das ligações dos respectivos partidos, nomeadamente do PS ao Governo, podiam-se encontrar formas e meios para simplificar muito essas situações, podia-se beneficiar não só Lisboa, mas todas as câmaras do País, era um grande serviço a Lisboa e ao País. -----

----- Relativamente ao que foi referido sobre o problema do Estado pagar os impostos devidos por ter instalações e usar serviços da cidade, era um objectivo que vinha sendo perseguido havia muitos anos. Lembrava-se do Eng<sup>o</sup>. Abecasis já falar nos custos da capitalidade e referir que era inadmissível os ministérios utilizarem a cidade e não pagarem impostos, utilizarem espaços de estacionamento que outros não tinham, utilizarem formas de licenciamento de obras que ultrapassavam muitas vezes as normas da Câmara. Podia-se ver pelas obras do Instituto Superior Técnico, que foram feitas à revelia da Câmara, à revelia da Assembleia Municipal, que votou, por unanimidade, a sua suspensão. Isso não valeu de nada e as obras lá estavam, horrorosas, a denegrir a paisagem com aqueles “monstros” colocados numa área que tinha sido considerada exemplar em termos urbanos. -----

----- Por fim, disse que o desafio que era lançado hoje, e que esperava que fosse aceite, era um desafio da maioria, mas também era um desafio da oposição. Os Srs. Vereadores e os Srs. Presidentes de Junta, que tinham a responsabilidade executiva na cidade, podiam fazer um grande esforço no sentido de muitos problemas poderem ser ultrapassados. Todos se deviam unir para, em conjunto, independentemente da diversidade de opiniões, contribuir para que a cidade fosse melhor e onde todos pudessem viver melhor. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção era apenas para prestar algumas informações relativamente à sustentabilidade energética dos edifícios. Longe de si querer fazer a defesa do Executivo, mas “a César o que é de César” e a verdade era que tinha sido aprovado em Conselho de Ministros, cerca de três semanas antes, um diploma que

transpunha precisamente a Directiva sobre Certificação Energética. Portanto, os executivos camarários teriam muito pouco ou nada a ver com a certificação energética, para além da competência para licenciar obras e conceder licença de utilização, sendo que o certificado de desempenho energético seria tratado como um projecto de especialidades. Nesse caso não se poderia atribuir responsabilidades ao Executivo nem à empresa municipal. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, começou por perguntar que Lisboa era esta para a infância e a juventude, e qual a protecção às famílias e que famílias se estavam a construir, quer fosse no País, quer fosse na Cidade de Lisboa. A questão das mulheres, a igualdade, o combate ao tráfico de pessoas, à toxicodependência, prevenindo-a, tratando-a e integrando? Não chegava mudar as pessoas de lugar, era preciso mudar as suas vidas, garantir os direitos aos imigrantes, e na saúde melhorar as condições de acesso da população às unidades de saúde! -----

----- Não se podiam encerrar os centros de saúde, o Hospital do Desterro e outros que se sucediam, o apoio aos utentes que tivessem dificuldade de locomoção para marcações de consultas, etc.. -----

----- Eram muitas as questões que teriam que se continuar a colocar. -----

----- Disse que queria detalhar um pouco mais a questão do desemprego e da precariedade e isso prendia-se com o que tinham sido as promessas do na altura candidato Pedro Santana Lopes, depois prosseguidas com o actual Executivo, que era a repovoação jovem na Cidade de Lisboa, a reabilitação na Cidade de Lisboa, o emprego e desenvolvimento económico da Cidade de Lisboa. -----

----- No Distrito de Lisboa, na generalidade dos casos, a estratégia utilizada pelas entidades empregadoras era a política de substituição dos trabalhadores com vínculo efectivo por trabalhadores com vínculo precário. De resto, isso acontecia noutros locais, mas estava-se a falar de Lisboa. Ainda ontem foi referido nos órgãos de comunicação social que 70% dos empregos actualmente eram precários, atingindo mais as mulheres e os jovens, também em Lisboa. -----

----- Por isso, como poderiam os jovens organizar a sua família, ou como se poderia repovoar com jovens a cidade, que habitação haveria que fosse acessível aos jovens e ao seu salário. A notícia da manhã era que quem não tivesse emprego já não tinha acesso a abrir uma conta e até o Banco de Portugal já tomara posição sobre isso. -----

----- Com os baixos salários, com o desemprego, com o acesso reduzido à formação profissional que por vezes os jovens tinham, com o insucesso escolar no País, os horários e ritmos intensos de trabalho, a falta de condições de higiene, saúde e segurança no trabalho, isso provocava insegurança e ausência de confiança. Não era com certeza assim que se motivavam mais pessoas para ajudar a desenvolver Lisboa e o País. -----

----- A precariedade era inimiga da inovação e da qualidade. Segundo um estudo bem recente da OIT, apontava-se como óptimo entre a duração do emprego e a produtividade um período médio de 10 anos. Aquilo que havia hoje não era isso. ---

----- Na região de Lisboa, 236.600 trabalhadores por conta de outrem tinham contratos precários, constituindo 21,7% do total dos trabalhadores por conta de outrem. Isso significava que 1 em cada 5 trabalhadores tinha vínculo precário. Nos jovens, em 10 trabalhadores 6 eram precários. Ora, a precariedade e desemprego tinham uma relação perigosa, também por aí era o caminho para a exclusão social e para o alheamento daquilo que todos tinham direito como pessoas. -----

----- Lembrou também a precariedade que atingia os jovens licenciados e os falsos recibos verdes. Aí gostaria de lembrar que os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa da limpeza de colectores trabalhavam a recibos verdes. Os professores que leccionavam aos alunos do 3º e 4º anos do ensino básico trabalhavam a recibos verdes. Urgia que o poder político não se resignasse à passividade e passasse a fiscalizar alguns erros que se cometiam, em que os trabalhadores eram altamente penalizados e a quem, quando confrontados com a sua procura de emprego, lhes eram propostas condições altamente atentatórias da dignidade humana. -----

----- Por exemplo, os grupos PT, Optimus e Vodafone, sabendo-se que aí uma grande parte dos trabalhadores eram especializados, os seus vínculos eram precários, ultrapassando os 80%. Havia empresas que elaboravam contratos sucessivos de 12 dias e havia barbaridades como uma pessoa assinar mais de 100 contratos. -----

----- No entanto, o desemprego tinha uma outra questão que devia ser analisada e que eram os custos ocultos. Importava aí identificar não só a dimensão do desemprego, por sexo, número, etc., mas também identificar quais os seus efeitos a nível individual, familiar, local, comunitário, regional, sectorial. Ao nível individual e familiar, identificar efeitos em termos de saúde física e psicológica, porque depois ia gastar-se em saúde aquilo que as pessoas não tinham e que precisavam para o mínimo de sobrevivência. Iriam atingir então níveis de insegurança, atingir a auto-estima, a exclusão, a indiferença, a ausência de níveis de afecto e de cidadania. Por isso, a precariedade não era solução. -----

----- Algumas medidas teriam que ser tomadas e propunha que a Câmara estivesse atenta aos seus trabalhadores, mas também àqueles que no seu âmbito trabalhassem. Havia uma nova política de emprego que tinha que se reafirmar, ou seja, a erradicação das formas de trabalho não declaradas e ilegais, a questão dos recibos verdes, a um posto de trabalho permanente tinha que corresponder um vínculo de trabalho permanente, a revogação das normas mais gravosas do Código do Trabalho, a celebração de contratos com vínculo efectivo dos trabalhadores sob a capa dos falsos recibos verdes e a intervenção atempada e eficaz da Inspeção-Geral do Trabalho, para evitar que a impunidade de patrões sem escrúpulos se mantivesse no quadro das relações contratuais. Não estava a falar de empresários, estava a falar de patrões sem escrúpulos. Todos, em conjunto, teriam que erradicar essas formas de actuação e as consequências que tinham para a Cidade de Lisboa e para o País. -----

----- Quanto ao Orçamento, disse que o objectivo “intervenção social”, no valor global de 14,2 milhões de euros, decrescia face ao Plano inicial de 2005, em 5,8

milhões de euros e face ao Plano inicial de 2004 aumentava apenas ligeiramente. Como foi referido pelo Deputado Municipal Feliciano David, eram 35% a menos neste Orçamento para essa rubrica. No entanto, esse objectivo aparecia composto por quatro programas: equipamentos sociais, habitação social, prevenção à toxicodependência e acção social. -----

----- O programa para equipamentos sociais, no montante de 5 milhões de euros, decrescia face ao Plano inicial de 2005 e assim sucessivamente. Os novos projectos que apareciam em 2006 eram residências assistidas. Por exemplo, em Alcântara nada acontecera ainda. -----

----- Por outro lado, muitos dos novos projectos em gestação não estavam ainda reflectidos no Plano para 2006, claro que estavam reflectidos nas Grandes Opções para os próximos anos. -----

----- Para o programa de habitação social também havia uma diminuição, como para a constituição de gabinetes dos bairros municipais e para o programa de protecção à toxicodependência a mesma coisa. -----

----- O programa social, no valor de 4,3 milhões de euros, diminuía face ao Plano inicial de 2005. Nesse programa, os projectos para deficientes, idosos e infância deixaram de estar discriminados por acções, pelo que se tornaram mais opacos, e dessa forma não era possível saber o que se mantinha e o que era alterado do passado, quando era importante que se percebesse. -----

----- E o anterior projecto “minorias étnicas” passara a chamar-se “comunidades imigrantes”, mas as suas acções eram genericamente as mesmas. Quanto a isso, no programa que o Sr. Presidente apresentara aquando da candidatura referia-se, entre outras acções, “realizar uma reunião quinzenal com estas instituições de modo a efectuar um acompanhamento permanente”, mas até ao momento zero. “Promover o ensino do Português em parceria estreita com as associações e com as Juntas de Freguesia...”. Aqui, a parceria que conhecia era a de Alcântara, mas só com a Junta de Freguesia, porque a Câmara, zero. -----

----- A terminar, recomendou que se pensasse também nos jovens de Lisboa, não só os que chegavam, mas também os que partiam por não encontrarem condições para habitar e trabalhar em Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que queria colocar três conjuntos de questões ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo, a primeira das quais dizia respeito às relações financeiras entre a Câmara e duas empresas multimunicipais nas quais a Câmara tinha participação no capital e um administrador. Sobre essa questão, desejava saber quais seriam as relações financeiras previstas entre a Câmara e a VALORSUL e a Câmara e a SIMTEJO relativamente a despesas de capital e despesas correntes, despesas previstas correspondentes a serviços a prestar em 2006 e também correspondentes a serviços prestados em anos findos. Que relações financeiras estavam previstas e em que rubricas orçamentais estavam inscritas? -----

----- Numa segunda questão, disse que a Cidade de Lisboa estava a lançar mais de um quarto dos seus esgotos para o Tejo sem qualquer tratamento, o que era uma

situação terceiro-mundista, que não tivera qualquer evolução no decorrer do último mandato, pelo que importava saber que investimentos estavam previstos para completamento do sistema de intercepção de esgotos de Lisboa, nomeadamente entre a zona do Cais-do-Sodré e a Bica do Sapato. Estariam a cargo da SIMTEJO ou da Câmara Municipal de Lisboa? Se estivessem a cargo da SIMTEJO a empresa teria neste momento condições financeiras para fazer essas obras? Estaria o Sr. Presidente da Câmara em condições de assumir algum compromisso perante a Assembleia Municipal quanto à data em que previa que Lisboa passasse a ter os seus esgotos tratados? -----

----- Por fim, perguntou que investimentos estariam previstos para os trabalhos muito urgentes de reabilitação do Caneiro de Alcântara, porque a situação no Caneiro era muito gravosa, era uma situação de falta de segurança a que era preciso pôr cobro. O Sr. Presidente conhecia melhor que ninguém a situação e a questão era saber que trabalhos estariam previstos e a cargo de quem, se estaria a SIMTEJO em condições de realizar essas obras ou, se fosse a cargo da Câmara, em que rubricas do Orçamento estariam previstas. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra, disse que a análise feita até ao momento sobre o Plano e o Orçamento tinha-se centrado nas questões mais técnicas, ou administrativas. Tentaria ir por outro caminho, pegando no princípio do que foi dito sobre as Grandes Opções, a gestão corrente e o equilíbrio de contas. -----

----- Relativamente à gestão corrente e ao equilíbrio de contas, disse que teria que ser mudada a mentalidade e a atitude. A atitude subjacente, não só na Câmara Municipal de Lisboa, mas em todo o País, normalmente era uma atitude de despesa. Havia um conjunto de projectos, de ideias, e para as concretizar arranjavam-se os fundos necessários, numa lógica pura de despesa, quando o que era importante era que se comesse a pensar numa lógica de receitas e a partir daí, com o que se tinha à disposição, planear de uma forma mais modesta e mas mais realista, permitindo-se, assim, a diminuição do endividamento, algo que foi conseguido nos últimos anos e que era importante para não haver problemas com a banca, e a contenção da despesa, a qual era feita com o presente Orçamento e tinham dar os parabéns por isso. -----

----- Mas partindo do princípio de um maior equilíbrio, maior rigor e contenção, deveria haver a preocupação não só com os números, mas saber para que se queriam os números. O Plano e o Orçamento eram essencialmente para servir a cidade e as pessoas que habitavam e trabalhavam na cidade, e, pensando dessa forma, o que se tinha que ver era se o Orçamento e o Plano permitiam cumprir com um conjunto de áreas/chave: habitação, segurança, educação, espaços verdes, estacionamento, estacionamento residencial e reabilitação urbana. -----

----- E deixava este último para o fim, porque a reabilitação urbana, uma área que dera bastante celeuma até ao momento, era uma prioridade que tinha grande crescimento com o Orçamento. Depois podia-se querer analisar o número, onde se iria fazer a reabilitação e de que forma a afectação do recurso, mas era incontornável que o número em si era um facto. -----

----- Sobre o estacionamento e o estacionamento residencial, disse que estando envelhecido o parque habitacional da cidade e tendo a maior parte das pessoas automóvel, era importante que a Câmara se preocupasse em criar condições para os habitantes de Lisboa terem onde estacionar adequadamente o carro. Isso já tinha sido feito no mandato anterior e estava a ser continuado no actual mandato, não só com a criação de novos parques, como com a utilização mais eficiente dos que estavam construídos e que, infelizmente, se encontravam vazios ao longo do dia por não estarem ajustados às necessidades das pessoas habitantes em Lisboa, que muitas vezes precisavam de estacionar ao fim do dia e não ao longo do dia. Isso provocava que a maior parte dos parques, que tiveram investimentos de milhões, não fossem devidamente utilizados. -----

----- Relativamente aos espaços verdes, disse que eram algo importante também para a manutenção da qualidade de vida. Aliás, todas as rubricas que referira tinham um conceito de qualidade de vida para as pessoas de Lisboa. Nos espaços verdes, podia-se ver no Plano, havia a criação de novos espaços, a manutenção e recuperação, assim como a dinamização de Monsanto. -----

----- Passando para a educação, disse que havia quatro novas escolas e intervenções profundas em doze das existentes. -----

----- Em termos de segurança, disse que havia novas esquadras, a Esquadra do Lumiar, ao abrigo da SGAL, o novo Comando Metropolitano e pensava-se em 150 novos agentes da Polícia Municipal, sendo que aí o Sr. Presidente da Câmara já mostrara interesse em novos agentes mas havia uma restrição por parte da Administração Interna em poder fornecê-los. -----

----- Quanto à habitação, disse que no seu discurso o Deputado Municipal Modesto Navarro apresentara-se a questão das vendas e das permutas como a forma de obtenção de receitas extraordinárias como algo que não era necessariamente bom, mas pessoalmente preferia pensar de outra forma, porque uma vez que a cidade estava envelhecida no parque habitacional e nas pessoas e eram precisas pessoas novas a habitar em Lisboa, na casa entre os 25 e os 30 anos, e a classe média. E o que se tinha essencialmente em Lisboa eram os muito ricos, que podiam pagar 150 mil contos por uma casa, ou as pessoas que viviam numa habitação social, porque as outras casas, na franja dos 60 a 90 mil contos, afastavam a classe média e média baixa, que eram o motor de qualquer sociedade. Essas pessoas acabavam nas cidades da periferia de Lisboa. -----

----- A zona de Alcântara era um exemplo de como se podia transformar essa situação. Estavam a falar de equipamentos que eram da Câmara, isso era verdade, mas tinham uma utilização que não parecia ser eficiente, bastava passar por lá e olhar. Estavam a falar de um novo parque habitacional com qualidade urbana, que era obtida de uma forma muito simples, terrenos da Câmara que eram desafectados, havia uma requalificação da área, uma urbanização, o sector imobiliário desenvolvia-se, as pessoas podiam comprar e havia uma nova zona na cidade com qualidade de vida e com novas pessoas a morar, que iriam pagar os seus impostos e conduzir a sua vida em Lisboa. -----

----- E algo de bom para a cidade foi apresentado como permutas, vendas, obtenção de receitas extraordinárias que ajudavam ao equilíbrio das contas e queria acreditar que não fosse só isso, era também pensar de uma forma estrutural e a longo prazo a cidade. Podia-se pensar não só em Alcântara, mas também na zona de Santos, que estava muito envelhecida. A zona do Cais-do-Sodré até Santos era só armazéns abandonados, profundamente triste, precisava de ser recuperada. Também a zona do Poço do Bispo, mais de 90 hectares perfeitamente degradados. -----

----- Portanto, havia necessidade de revitalizar a cidade e para isso tinha que se fazer vendas e permutas, para isso tinha que se urbanizar, para isso tinha que se requalificar. E aí entrava um conjunto de restrições, que um seu companheiro já tivera oportunidade de referir, entre a Administração Central, com demoras de 10 a 15 anos. Isso era inadmissível e teria que ser visto não numa lógica de partidos, mas de cidade. -----

----- Disse que acreditava que o PCP, por uma questão ideológica, achasse que as vendas ou as permutas não fossem o ideal, mas podia fazer a pergunta ao contrário: seria ideal a situação presente em que se ia de Santa Apolónia até ao Poço do Bispo e viam aqueles armazéns todos degradados, abandonados e destruídos, ou ir na zona de Alcântara e ver-se o mesmo, ou até no coração da cidade, entre Santos e o Cais-do-Sodré, tudo degradado e sem iluminação? Não teria que se fazer uma reestruturação, com as tais vendas e permutas? Se havia um encaixe financeiro, isso era óptimo, porque também era preciso reequilibrar as contas, e ao reequilibrar-se as contas estava-se a tornar a cidade mais eficiente e a depender menos da banca, a ter menos custos financeiros e a libertar mais verbas para outros sectores importantes, como todos aqueles que referira. -----

----- Continuando, disse que a análise feita pela maior parte dos Deputados Municipais, à excepção da Deputada Municipal do PCP que enveredara pelo desemprego e também pela qualidade de vida, podia resumir-se à mera análise técnica dos documentos, mas tinha que se pensar um pouco mais. Os documentos não eram mais do que ferramentas para operar sobre a cidade e sobre as pessoas que nela viviam. Nesse aspecto, se houvesse atenção às restrições existentes por parte do Orçamento de Estado relativamente às autarquias locais, o endividamento que a Câmara tinha acumulado e os meios disponíveis no momento, a venda não a esmo, que não era o caso, de alguns meios para fazer uma cidade melhor e ao mesmo tempo permitir equilibrar o Orçamento, pareciam decisões muito avisadas. -----

----- Sobre a reabilitação dos bairros ter diminuído, disse que olhando para os números podia ver-se que não diminuía a reabilitação, mas era preciso também não esquecer o trabalho já feito. Quem passasse na zona de Alfama, do Castelo, ou da Baixa, via toda a intervenção feita nos últimos quatro anos. E o novo Presidente, neste novo mandato, voltou a reafirmar isso. -----

----- Disse que o PS tinha criticado que a reabilitação não era uma prioridade, mas bastava olhar para o que estava feito em quatro anos e o que estava pensado para os próximos. Os exemplos que tinha dado não eram manobras dilatórias, eram factos e bastava as pessoas passarem por qualquer um desses bairros. -----

----- Por fim, disse que tudo aquilo que referiu tinha a ver com a qualidade de vida daqueles que viviam em Lisboa, e tendo em conta a contenção orçamental que era necessária para o bem de todos, não parecia que a venda e a permuta pudessem ser encaradas e passadas para a opinião pública como algo mau e também não parecia que a reabilitação urbana não estivesse a ser feita em conformidade. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Nelson Coelho se referira ao PCP como estando contra as permutas e falara das permutas como sendo necessárias, mas o PCP não estava contra as permutas, o PCP entendia era que no Orçamento o volume das permutas era excessivo, cerca de 40% do próprio Plano de Actividades. O PCP entendia que as permutas podiam e deviam ser feitas em determinados casos e não por sistema, porque a alienação devia ser feita em hasta pública. Não só o PCP entendia, como entendia o Sr. Presidente da Câmara, porque se recordassem uma discussão que tinha havido entre o Deputado Municipal Silva Dias e o Sr. Presidente da Câmara, ele próprio tinha dito que as permutas não eram a forma mais aconselhável de alienar património. -----

----- Portanto, a pergunta que fazia ao Deputado Municipal Nelson Coelho era se achava que o PCP, ao tomar a posição que tomava em relação ao excesso das permutas, estava a cometer um erro. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)** esclareceu que não considerava a hasta pública a forma mais correcta para alienar património do Estado, havia formas mais expeditas. O actual Governo também achava e daí que pensasse alterar essa situação. Não era um problema só de Lisboa, era um problema de todo o País. O património da Administração Central e das várias autarquias vinha-se degradando ao longo dos anos exactamente porque os critérios de utilização para a alienação desse património eram extremamente complexos, o modelo de hasta pública não permitira ao Ministério das Finanças efectuar todas as vendas que gostaria de ter efectuado e, por isso mesmo, o actual Governo, de centro-esquerda, socialista, estava a pensar alterar a forma como as mesmas se processavam. -----

----- Mas, respondendo só ao nível de princípio, podia dizer que não concordava que a hasta pública fosse a melhor forma de efectuar a alienação de património público, e isso nada tinha a ver com transparência. Desde que as coisas fossem feitas com conhecimento público e de toda a comunidade, a questão da transparência não se colocava e havia formas mais expeditas de se fazer. -----

----- E pegando na situação, agora já não de princípio mas em concreto do que foi dito, referia-se que o PCP não era contra as vendas e as permutas mas sim contra o excesso, sem contudo concretizar, isto é, dizia-se apenas que o total do bolo era excessivo, pelo que perguntava se podia particularizar algumas situações. -----

----- Por exemplo, se reparassem, também tinha dito que a cidade estava atrasada no tempo, por várias vicissitudes, não seria culpa da Câmara nem de todos enquanto Deputados Municipais, mas olhando para a zona ribeirinha certas áreas necessitavam de intervenção havia 30 a 40 anos. Tinha-se vivido um período de Estado Novo, era verdade; o congelamento de rendas, era verdade; a guerra colonial com afectação de



60% do orçamento para a dita, era verdade; um processo de revolução complicado, era verdade. Mas o que era certo, e também verdade, era que a cidade estava degradada nos últimos 40 anos e ninguém se tinha preocupado. -----

----- E quando alguém decidia tomar a braços uma operação de larga escala e recuperar um tempo perdido, que estava perdido e não se ia assacar culpas à esquerda ou à direita, porque tinha que ser distribuído por todos, não parecia que o argumento das vendas e permutas fossem excessivas, sem sequer pormenorizar quais vendas ou que permutas não deveriam acontecer. Isso não parecia um argumento muito válido! -----

----- Rematou dizendo que a zona de intervenção ia desde a Expo até quase a Belém, vários quilómetros de zonas da cidade que estiveram paradas havia 50 anos. Se alguém queria fazer alguma coisa, desde que fosse feito de uma forma transparente, era de louvar. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que ia para uns 10 ou 15 anos que o então Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, foi a Londres e, em entrevista à BBC, tinha sido interrogado por um ouvinte que, depois de dizer que passava frequentemente férias em Portugal, perguntou porque era que o País estava cada vez mais feio. Tinha, aliás, usado uma expressão até um pouco mais chocante, dissera “*ugly*”, que podia ser traduzido com mais propriedade por “nojentos”. Deu o então Primeiro-Ministro, futuro Presidente da República, uma resposta de circunstância, como as circunstâncias exigiam, mas podia-se e devia-se hoje estar perante uma resposta mais concreta. -----

----- De facto, Portugal, o campo, as costas, as povoações, incluindo a Cidade de Lisboa, estavam cada vez mais feias, porque grande parte dos dirigentes não acreditava nas vantagens e nas virtudes do ordenamento do território, mais os seduzia a falsa dinâmica do liberalismo. Os grandes agentes da transformação do uso do solo, nomeadamente promotores imobiliários, viam empecilhos no planeamento e a população só agora começava a ter consciência do direito que lhe assistia a uma cidade cómoda, segura e atraente, como se lia na Carta dos Cidadãos publicada pelo Conselho da Europa. -----

----- Vinha isto a propósito do papel apagadíssimo que nas Grandes Opções do Plano 2006-2009 era atribuído ao planeamento da cidade. Não se conseguia antever, ao analisar o documento, que se referia ao planeamento em escassas 24 ou 25 linhas, como iria ser a cidade nos próximos anos. Mesmo com apelos ao optimismo, não se conseguia saber como se iria passar da cidade existente à cidade que se queria. Era um capítulo reduzido, baço, sem brilho, onde se voltava a evocar, logo nas primeiras páginas, a intenção de tornar Lisboa uma cidade de bairros, fórmula nunca explicada e hoje exaurida de conteúdo. Portanto, perguntava se não deveria ser antes “Lisboa, o bairro de todos os lisboetas”. Havia necessidade de imaginação e eficácia, não de *slogans* e frases feitas. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores estavam em condições óptimas para imprimir dinamismo ao ordenamento da cidade. Maioria no Executivo, maioria na Assembleia, oposição coerente e participativa, e um corpo de

técnicos capazes, se estimulados. Podia vir ao de cima a capacidade portuguesa, latina e mediterrânica de saber fazer cidades e ordenar o território, como foi feito aqui e em todas as cidades que se fundaram pelo mundo fora. Seria necessário o golpe de asa e a imaginação no poder. Não se evocasse a penúria e a falta de recursos, porque isso muitas vezes na história foi um estímulo. -----

----- Que lhe permitissem um conselho: contratassem um poeta visionário para a equipa de revisão do Plano Director, um poeta de cidades. Era certo que o Cesário Verde já morreu, Pessoa só havia um e também já tinha morrido, O'Neil também, mas se não encontrassem um poeta, chamassem todos os Presidentes das Juntas de Freguesia e mais os eleitos directos da Assembleia, que não seriam poetas, mas tinham muito amor à cidade. Isso ajudaria e talvez, assim, Lisboa tivesse pela primeira vez um Plano virado de baixo para cima, da periferia para o centro, de pessoas e não de betão, um Plano que falasse mais do que se queria para a cidade do que de índices, densidades, cérceas, andares a mais, metros quadrados de construção. Que o órgão deliberativo eleito fosse co-autor desse Plano. -----

----- Quanto ao Orçamento, disse que, porque a questão vinha à baila, ultrapassado o hermetismo da linguagem do documento, surgia ainda omnipresente o papel das permutas, e se fizesse o historial das permutas na Assembleia, ver-se-ia que a cidade tinha ficado sempre a perder: trocar um parque de diversões caduco por um bom pedaço de terreno urbanizável era erro para a cidade, e os exemplos multiplicar-se-iam. -----

----- Por isso, voltava a insistir que a boa gestão da cidade exigia uma regra muito simples: vender em hasta pública, comprar em concurso público. Era preciso eliminar, ou pelo menos discutir com profundidade o conceito e a prática das permutas. -----

----- Disse que ia contar uma história para introduzir algum humor: “há muitos anos tinha visto um filme francês, interessantíssimo, sobre as grandes invenções do homem, onde se dizia que uma das grandes invenções do homem tinha sido o dinheiro. Para explicar esse conceito, o realizador tinha imaginado uma cena em que num café entrava um homem com uma galinha debaixo do braço, sentava-se, pedia um café, bebia e pagava ao empregado dando-lhe a galinha, o empregado afastava-se e voltava com um pintainho e três ovos, o homem pegava num dos ovos e dava de gorjeta ao empregado, metia o pintainho no bolso com os dois ovos e saía”. -----

----- Pois bem, a Câmara de Lisboa fazia esse tipo de gestão e não era de agora, vinha a ocorrer pelo menos desde o tempo do Eng<sup>o</sup>. Santos e Castro, que trocara um viaduto no Campo Grande por um terreno. -----

----- Portanto, a Câmara de Lisboa estava, aparentemente, numa fase primária da economia, a economia da troca, não tinha descoberto ainda o valor da moeda como instrumento geral de troca. Por isso, voltava a insistir no princípio básico: venda em hasta pública, compra em concurso público. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que queria fazer uma confissão um pouco pessoal à Assembleia, mas que talvez tivesse algum interesse na discussão. Apreciava bastante as intervenções do

Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD, como quem se identificava de alguma maneira, com o estilo da sua intervenção. Falava com o coração na boca e isso trazia sinceridade e espontaneidade às intervenções, o que, numa discussão orçamental, era bastante de saudar, uma vez que saía um pouco dos esquemas tradicionais das intervenções todas escritas, todas preparadas. O Deputado Municipal Victor Gonçalves, na sua intervenção, exprimira um acto de fé relativamente ao facto do Orçamento não ser tão restritivo como, a final de contas, o Executivo da Câmara o queria “pintar”. Exprimira um acto de fé dizendo que era capaz de haver para aí umas receitas que talvez aparecessem durante o ano e talvez fizessem obrigar a um orçamento rectificativo para que se fizesse mais despesa e, afinal, não fosse tão de contenção como na realidade parecia ser. Apreciava bastante essa espontaneidade, mas suspeitava que tivesse um bocado a ver com o choque existente entre um documento prévio às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de Estado, que era as “GOE”. Esse era o tipo de documento que devia fazer parte da discussão, as “Grandes Opções Eleitorais” do PSD. Se fosse confrontar as “GOE” com as Grandes Opções do Plano, via-se com grande espanto a existência de um enorme choque de contrastes, entre aquilo que se prometia nas eleições e aquilo que se fazia com o Orçamento. -----

----- Sobre isso, dava apenas dois exemplos: -----

----- No capítulo da mobilidade e dos transportes, ao nível das “GOE” prometia-se tudo e mais alguma coisa, 7.000 novos lugares de estacionamento para residentes, 3.020 lugares para estacionamento em parques dissuasores, novas carreiras de autocarros para as zonas mal servidas, novas acessibilidades para as zonas mal direccionadas e servidas na cidade, tudo e mais alguma coisa. Quando se ia ao Orçamento da Câmara e às Grandes Opções do Plano, isso reduzia-se a pó. -----

----- Por exemplo, para o estacionamento previa-se um valor quer não se sabia se teria a ver com os 10.000 novos estacionamentos que o Sr. Presidente da Câmara prometera para os primeiros 90 dias do seu mandato. Podia mostrar as “GOE”, “Lisboa Para Todos”. Tinha prometido 10.000 novos estacionamentos na cidade e a verba do estacionamento limitava-se a uma transferência de 5.700.000 euros para a EMEL. A pergunta que fazia era se essa transferência tinha a ver com esses 10.000 novos lugares de estacionamento, mas era evidente que não tinha. -----

----- Esse, disse, era o tipo de promessas, de coisas que se atiravam para cima da mesa para que os eleitores se convencessem da bondade de realizar as propostas e, quando se tinha a primeira oportunidade de aplicar as propostas que estavam em discussão, nessa altura esqueciam-se pura e simplesmente as propostas. -----

----- Por outro lado, o Orçamento tinha ainda uma coisa muito curiosa. Pegando-se no plano de investimentos para os próximos quatro anos e compaginando as rubricas que estavam previstas na mobilidade, na prevenção e nas infra-estruturas rodoviárias, via-se com grande espanto um negócio fabuloso em perspectiva na Cidade de Lisboa, que era o negócio dos radares para o controle da velocidade. Teriam os Deputados Municipais ideia da verba prevista para gastar nos próximos quatro anos na Cidade de Lisboa? Se calhar não tinham reparado, mas eram 12 milhões de euros, valor que

se fosse comparado com qualquer outro valor do plano de investimentos para os próximos quatro anos, incluindo as infra-estruturas rodoviárias, era o terceiro maior do plano de investimentos, abrangendo infra-estruturas rodoviárias, mobilidade e prevenção rodoviária. -----

----- Terminou perguntando se estava algum negócio em preparação para comprar radares. Talvez a Sra. Vereadora Marina Ferreira pudesse explicar essa verba. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, disse que muito se tinha falado de dinheiro, em obras de reabilitação e muito pouco em intervenção social e na área do social. -----

----- Dirigindo-se directamente ao Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto, uma vez que tinha feito o trabalho de casa e leu as actas da reunião de Câmara, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, usava óculos que estavam graduados de acordo com a sua dificuldade de visão, e, efectivamente, não viu plasmado em nenhum dos documentos as políticas sociais da Câmara de Lisboa para o ano de 2006. -----

----- Dizia-se que “a acção social centrar-se-á na intervenção social dirigida aos munícipes mais vulneráveis à exclusão social, crianças, idosos em risco, pessoas com deficiência...”, onde queria com certeza dizer “pessoas portadoras de deficiência”, “...portadoras de HIV, idosos em situação de exclusão”. No entanto, a questão que ficava era saber quais as políticas. Tinha lido e relido e não conseguira encontrar. ---

----- E lendo as actas da Sessão de Câmara, era remetido para a Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto, que falava da acção social. A Sra. Vereadora dizia, e aí percebia-se quais seriam as acções, que queria uma resposta integrada. Depois, voltando a tentar encontrar a resposta do Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto, dizia o seguinte: -----

----- “Só para responder ao Vereador Dias Baptista, o sucesso neste âmbito da acção social passa por muita imaginação, criatividade e articulação. Quando falamos dos grupos mais vulneráveis da cidade, nós podemos potencializar este tipo de sinergias. Eu dizia no outro dia, em reunião, que a animação dos grupos mais vulneráveis pode ser feita através de outros grupos, as minorias étnicas podem trazer mais valia aos idosos e os idosos também podem trazer algo a acrescentar, mas, de facto, vai ser só com muita imaginação e com a ajuda da Dra. Maria José Nogueira Pinto”. E depois falava na rede social integrada. -----

----- Disse que, nas áreas da competência da Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto, percebia a definição e a orientação política integrada e que queria uma rede integrada, mas perguntava ao Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto quais seriam as políticas sociais para a Cidade de Lisboa em 2006. Falava de tudo e de todos, mas não dizia quais as políticas e era essa resposta que gostava de ter. -----

----- Quanto à área da cultura, disse que bem sabia existirem dificuldades económicas e financeiras, mas quando falavam da realização dos festivais de cinema, que lessem o que tinha acontecido no tempo do Eng<sup>o</sup>. Abecasis, em 1986. Havia na actual Vereação três Sras. Vereadoras, foi nesse tempo o único festival de cinema de realizadoras mulheres. Já era tempo de voltarem a fazer na Cidade de Lisboa um festival de cinema de realizadoras mulheres. Bem-haja na altura o Eng<sup>o</sup>. Abecasis,

que 20 anos antes percebera a importância de fazer a animação da cidade e trazer as melhores realizadoras de cinema a Lisboa, o que muito contribuíra para o turismo da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por saudar a Câmara por apresentar um Orçamento de contenção, porque retirando o efeito das permutas e atendendo só aos fluxos financeiros, havia de facto uma redução entre o Orçamento do ano anterior e o do corrente ano. Isso não era de admirar, porque já muitas vezes na Assembleia tinha sido discutida a situação financeira da Câmara e das dívidas. Não ia entrar agora na discussão de origens e causas dessas dívidas, porque poderia demorar muito tempo, mas a situação financeira era o que era, em parte todos tinham responsabilidade nela e, portanto, impunha-se um Orçamento que acautelasse essa situação. Era o que a actual Câmara estava a fazer. -----

----- Em relação àquilo que alguns Deputados Municipais tinham dito, de desinvestimento na cidade, redução de verbas, de não haver rumo, etc., disse que se fosse outro o Orçamento apresentado pela Câmara, com dotações a crescer em vez de diminuir nalguns casos, diriam as oposições que era um Orçamento fictício, que era irresponsável, que se estava a agravar o endividamento, etc.. Portanto, qualquer que fosse o modelo de Orçamento que o Executivo escolhesse para apresentar, ele mereceria sempre as críticas da oposição. Mas isso não era nada de novo, nem era para admirar. -----

----- Havia, no entanto, uma questão que tinha que ser colocada em termos de honestidade de discussão e que deveriam todos ter presente. Nos 12 anos em que a coligação PS/PCP gerira a Câmara havia um paradigma a que todas as forças políticas se associaram, que era o paradigma de acabar com as barracas. Tinha sido feito um esforço enorme por parte da Câmara no sentido de acabar com as barracas em Lisboa, esse desiderato foi largamente conseguido e ainda bem. Foi Deputado Municipal no último ano da gestão PS/PCP e de facto na Assembleia Municipal, quer o CDS-PP, quer o PSD, apesar dos votos não contarem para viabilizar o que quer que fosse, nunca se opuseram a questões relativas ao PER, dado o desígnio que era assumido por todas as bancadas. Esse desígnio, na altura, teve a vantagem de poder contar com financiamentos externos, nomeadamente o recurso à banca com um programa especial do Governo para financiar esse desiderato. -----

----- Mas o paradigma, quer do anterior mandato, quer do actual, era outro: era o da reabilitação urbana, que foi uma área com um investimento muito parco, como, aliás, já foi assumido pelas forças políticas que conduziram a Câmara até 2001, e era hoje o desígnio da Câmara, como já foi da anterior, mas com uma agravante, porque desta vez tinha que se fazer recorrendo às receitas da Câmara. Não havia as folgas financeiras que outros tiveram noutros tempos para acabar com as barracas e isso era importante que fosse dito e reafirmado, visto condicionar a actuação do Executivo camarário face àquilo que representava a reabilitação urbana. -----

----- Por outro lado, também tinham que ter presente que era muito mais moroso, complicado e caro reabilitar património degradado do que construir habitação social,

como tinha sido feito no passado. Por isso, tendo em conta esses desideratos, saudava o Orçamento, que, apesar de contenção, dava um claro sinal de quais seriam as áreas prioritárias para o Executivo municipal. -----

----- A terminar, disse que iria apresentar na Mesa uma recomendação, que era, aliás, subscrita por Deputados Municipais de todas as bancadas, no sentido de recomendar à Câmara o envio à Assembleia Municipal, para conhecimento e análise, de um documento citado nas Grandes Opções do Plano, chamado “União Estratégica Lisboa 2012”. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra, disse que gostava de ter uma resposta da Câmara relativamente ao Bairro de Alfama e mais concretamente à Freguesia de Santo Estêvão, já que nos documentos apresentados nada ou muito pouco era referido, quando várias questões preocupavam a população e a Junta de Freguesia. -----

----- Por exemplo, o que estaria a Câmara a fazer junto da EPUL no sentido da recuperação de vários edifícios municipais que passaram para a posse dessa empresa havia mais de três anos e que continuavam emparedados, a degradarem-se, criando situações de insegurança? Os prédios em causa situavam-se na Calçadinha, Escadinhas de Santo Estêvão e na Calçadinha do Tijolo. Não haveria novas obras de reabilitação do edificado municipal? -----

----- Por outro lado, também não encontrara referência à recuperação do Largo do Chafariz de Dentro. Havia sete anos que o largo se encontrava preenchido com estaleiros de obra, pelo que perguntava se ainda se justificaria que os estaleiros ocupassem uma parte tão grande da mais nobre porta de entrada do bairro. -----

----- O projecto da creche do Beco do Loureiro estava pronto a passar à fase de execução, era uma informação com vários meses, mas a população necessitava que essa obra fosse realmente considerada prioritária e que, como tal, figurasse no Plano de Actividades. -----

----- Disse, depois, que em 8 de Agosto de 2003 entrara em funcionamento o sistema de condicionamento do trânsito no Bairro de Alfama, e volvidos mais de dois anos os resultados não correspondiam aos objectivos devido à falta de fiscalização, à falta de rigor no cumprimento do regulamento, à deficiente manutenção do equipamento e à demora na reparação e substituição de peças vandalizadas. -----

----- Essas e outras preocupações foram comunicadas, por escrito, ao Sr. Presidente da Câmara e à Sra. Vereadora e foram apresentadas sugestões, mas nada foi feito. Era urgente realizar um estudo do sistema e tomar as medidas necessárias, sob pena do condicionamento do trânsito ficar definitivamente desacreditado. -----

----- Disse, ainda, que no último mandato tinha sido apresentado o projecto de construção do silo para estacionamento automóvel na Rua Jardim do Tabaco e foi até mostrada uma maquete aos jornalistas, sendo anunciado que a obra ficaria pronta em 2004. No Plano de Actividades nada constava sobre esse silo, ainda não estava construído e gostaria que lhe comunicassem se era para avançar ou não. -----

----- Com o parque de estacionamento das Portas do Sol a freguesia e o bairro ficaram mais pobres, visto ter sido retirado o único parque de jogos existente, sem que fosse

criada qualquer alternativa. A Junta não foi ouvida nesse processo, mas não queria deixar de sugerir que o Plano de Actividades contemplasse a construção de um parque de jogos num espaço municipal da Rua dos Remédios, porque concretizar essa ideia exigiria apenas o realojamento de um ou dois moradores. -----

----- E porque havia poucos espaços verdes e de lazer, como era do conhecimento geral, o Plano para 2006 podia e devia incluir a reabilitação de dois espaços municipais onde foram demolidos edifícios, um na Rua da Regueira e outro na Rua das Escolas Gerais, como deviam ser incluídas no Plano outras intervenções muito necessárias, como a pavimentação com uma parte anti-derrapante no Beco da Lapa e no Beco do Vigário. --

----- Disse que o programa porta-a-porta tinha sido criado com um determinado objectivo, mas deixara de ter esse objectivo porquanto já não servia essencialmente a população mais idosa, visto que as carreiras perderam regularidade e os percursos necessitavam de ajustamentos importantes. -----

----- Concluiu dizendo que sobre todos esses problemas, a Junta estava disponível para conversar. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que não tinha nenhuma intervenção preparada. Foi dito pelo Deputado Municipal Silva Dias que por vezes se devia ouvir os Presidentes de Junta, porque viviam e amavam a cidade e se calhar eram quem mais de perto sofria com a boa ou má gestão da Câmara Municipal. -----

----- Referiu que ao ler os documentos ficara com algumas mágoas e com algumas interrogações, e o exemplo da sua freguesia podia ser comum para o resto da cidade. Tinha-se falado muito sobre descentralização e o papel das Juntas de Freguesia, era muito bonito ouvir-se falar em tudo isso, em critérios justos, em descentralização de competências, mas depois interessava a prática do dia-a-dia e parecia haver, pelo menos nos primeiros três meses, alguma atenção às Juntas de Freguesia. Eram ouvidas mais vezes, mas depois, quando se chegava à prática, podia-se ver pelo dinheiro atribuído às Juntas pelo Orçamento da Câmara Municipal, que o peso dessa descentralização era apenas de 2,2%. Muito pouco! -----

----- Lembrou que se tinha dito que neste ano as Juntas até estavam com sorte, uma vez que havia aumento zero a nível da Administração Central mas a Câmara pensava atribuir mais 1,1%, mas isso era uma contradição com o que o Sr. Vereador António Prôa dissera, pois referira que ia aumentar a descentralização e, afinal, só havia 1% de aumento de descentralização de competências, o que era muito pouco. -----

----- A cidade precisava de uma maior descentralização para as Juntas de Freguesia, no concreto e não nas palavras, e o aumento de 1% para descentralizar para as Juntas era manifestamente muito pouco e deitava por terra as boas palavras e as boas intenções da Câmara Municipal. -----

----- Seguidamente, pegou nas seguintes oito notas relativas à sua freguesia, que recolhera da leitura dos documentos: -----

----- Reabilitação urbana. Disse que muito se falava em reabilitação urbana, fachadas, não fachadas, mas estava-se a falar de reabilitação urbana na zona central da cidade e

mais uma vez se esqueciam as zonas periféricas, os núcleos dispersos da cidade, em que nada se dizia, nem uma palavra nos dois documentos apresentados; -----

----- Planeamento urbano. Tinha reunido com a Sra. Vereadora e ficara muito satisfeito ao ouvir dizer que já não estava na gaveta o Plano de Urbanização Carnide-Luz, mas, ao ler o documento, na página 11, onde estavam oito planos de urbanização e de pormenor, o de Carnide-Luz não aparecia. Afinal, havia uma contradição entre aquilo que se dizia e depois a prática; -----

----- Higiene urbana. Dizia-se que era preciso melhorar a higiene urbana, mas a sua freguesia não tinha um posto de limpeza. Estava prevista havia muito tempo a construção de um posto de limpeza, mas desaparecera dos documentos; -----

----- Desporto. Mais uma vez voltava à história das piscinas, porque infelizmente não tinha piscina. Continuava a não aparecer a questão das piscinas; -----

----- Educação. Tinha estado com o Sr. Vereador e ficara muito satisfeito, havia muitas promessas, mas ao ver os documentos não aparecia a prometida reconversão da Escola do Bairro Padre Cruz. Mais uma vez a prática não correspondia. Viu o jardim-de-infância da Quinta do Bom-Ano, que esperava que fosse a Quinta do Bom-Nome em Carnide; -----

----- Equipamentos sociais. Reunira também com o Sr. Vereador para ouvir o que estava previsto, havia a promessa de no corrente ano ser construído um equipamento na zona central de Carnide, mas o equipamento social Carnide-Centro mais uma vez não aparecia, e também mais uma vez não percebia onde estava a coerência; -----

----- Remodelação e reconstrução de vias de Carnide Velho previstas em 2002, depois foram arrastadas para 2003, 2004 e agora já aparecia o plano de investimentos para 2007. Não sabia se poderia acreditar nisso. -----

----- Disse, ainda, que era coerente por parte da Câmara olhar para a questão das tabelas e das taxas, onde se falava numas taxas de utilização de *roulottes* no Parque dos Artistas de Circo. Queria recordar ao Sr. Presidente da Câmara e à Sra. Vereadora que esse parque, existindo, desde 2002 foi abandonado pela Câmara Municipal de Lisboa. Desde 2002 foram cobradas zero taxas, pelo que não fazia sentido aparecer agora. O parque estava ao abandono e era preciso rapidamente ter coragem para acabar com ele, visto ser uma vergonha. Continuava nas taxas, mas não estava no Plano de Actividades como zona a intervir e a acabar. -----

----- Estas, disse, eram questões muito concretas e se calhar podiam aparecer mais 52 intervenções de Presidentes de Junta também preocupados com as suas freguesias. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse que o que o trazia à tribuna, aproveitando o Plano de Actividades da Câmara, era ter visto na sua freguesia uma série de situações que vinham de ano para ano em promessa e que uma vez mais não se viam no Plano de Actividades, nem para este nem para os próximos anos. -----

----- Tinham o problema dos parques de estacionamento, em que uns anos antes estava quase tudo concluído em termos de aceitação política para a construção de um parque de estacionamento, em subsolo, no conhecido como Campo de Santa Clara embora fosse Largo Bernardino António Gomes Paio, em frente ao Hospital da Marinha.



Estava, na altura, tudo a andar em bom ritmo mas qual não era o seu espanto, desde então, embora com a Junta de Freguesia a inquirir a Câmara em relação a isso, continuava-se a não ter nenhum *feed-back* para pelo menos começar a haver reuniões de trabalho em relação a essa zona de estacionamento. Era uma zona de estacionamento numa área histórica da cidade que, como costumava dizer, estava de acordo com o número de carros que se pretendesse colocar em subsolo, já que toda a zona da Feira da Ladra era suficientemente grande e sobrava para o que se quisesse pôr lá dentro. -----

----- Podia-se dar uma reclassificação à zona do Campo de Santa Clara, uma zona historicamente muito importante. Tinha sido ali que, conforme a História, D. Afonso Henriques apareceu as suas tropas para depois tomar Lisboa aos mouros. Podia-se fazer ali uma recuperação bonita, onde existiam dos melhores palácios, começando desde logo pelo Panteão Nacional, o Mosteiro de São Vicente e outros. Seria uma renovação muito importante para a cidade, para mostrar, quer a quem morava, quer a quem visitava, um espaço belíssimo. -----

----- Outra questão tinha a ver com a Escola Primária n.º 4, que foi fechada havia cerca de ano e meio e na altura era para começar de imediato as obras. Tinha havido em 2005 um esforço grande da Câmara Municipal para que as crianças tivessem o mínimo de condições para estarem naquele espaço, mas o facto era que passado todo esse tempo não se via obras no Plano, que eram obras de vulto, já que, segundo diziam, eram obras estruturantes. O que se dizia à Associação de Pais era que dentro de oito meses a escola entraria em obras. -----

----- Isso era para já não falar da falta de ligação da Câmara Municipal com a Junta de Freguesia e provavelmente também com as outras, mesmo com aqueles Presidentes novos, mas os velhos Presidentes também mereciam ter uma ligação com a Câmara, já que, em primeiro lugar, as pessoas iam às Juntas de Freguesia para saber o que se passava. Não ficava nada mal à Câmara, e já não dizia aos Vereadores, mas fundamentalmente aos serviços, que pusessem a par e passo as intervenções existentes em cada freguesia, o que facilitava o trabalho da Câmara e facilitava as Juntas que assim podiam chegar com uma informação muito mais fidedigna às populações. Servir-se das associações de pais ou de outras instituições para dar informações, parecia-lhe que isso era um mau início. -----

----- Disse que já tinha já pedido uma reunião ao Sr. Presidente da Câmara, que, a seu ver muito bem, mandara para o Vereador do Pelouro do Desporto, sobre uma coisa chamada a Piscina de Alfama. O Sr. Presidente da Câmara sabia muito bem do que estava a falar, tinham estado os dois no Panteão, a piscina foi mal construída desde o princípio. Por dificuldades da Câmara nessa altura, a Junta tinha aceite fazer a gestão da piscina, estava a haver atrasos no pagamento do funcionamento da piscina e vinha sendo feito um esforço muito grande para se aguentar a situação. Já se tinham pedido duas reuniões ao Sr. Vereador Pedro Feist para discutir a Piscina de Alfama e a única coisa que sabia, pelos serviços, era que estava a ser discutido e que se calhar aquilo não ia poder ser assim. -----

----- Mas esperava que numa altura em que se estava a falar de tantas dificuldades em passar as piscinas para as Juntas de Freguesia e para outras entidades, como ainda hoje

se viu a dificuldade em encher as piscinas porque não foram feitas para levar água visto que muitas delas estavam rotas, se louvasse o trabalho de uma equipa de técnicos que estavam a funcionar na Piscina de Alfama, que realmente estavam a fazer um esforço enorme para o não encerramento da piscina. -----

----- A situação era do conhecimento do Sr. Presidente e era do Sr. Vereador Pedro Feist. Era necessária e urgente uma reunião com a Junta de Freguesia, até porque os valores da delegação de competências para a Piscina de Alfama estavam muito aquém daquilo que era a despesa da piscina. Se calhar valia a pena ter havido uma reunião antecipada, porque a piscina foi metida entre dois prédios, a que alguns chamavam tanque, mas que vinha fazendo as delícias de milhares de pessoas que a frequentavam. Centenas de pessoas idosas que diariamente ali iam, para além das escolas e até de outras pessoas. Havia necessidade de olhar para isso de frente e não ter medo de fazer uma reunião entre a Junta de Freguesia, o Sr. Vereador e os seus serviços, para de uma vez por todas se ver qual seria o comportamento da Junta de Freguesia face àquele equipamento, que por enquanto ainda se mantinha aberto, mas dentro de um mês não se sabia, dado que as dificuldades vinham sendo muitas. -----

----- Por fim, disse que a única verba transferida para a Junta de Freguesia para as despesas de funcionamento, foi uma verba que generosamente o Gabinete do Sr. Presidente da Câmara enviara, 40.000 euros, em Dezembro último, para um equipamento que estava aberto havia mais de um ano sob gestão da Junta de Freguesia, o que chegava para mostrar a indignação da Junta e a necessidade de se rever rapidamente a ligação entre o Município e a Junta de Freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** informou que de acordo com uma sugestão da Sra. Presidente, que acolheram com a melhor boa-vontade, o Grupo Municipal do BE decidira retirar a Moção que tinha sido apresentada. Como o assunto devia ser tratado com a maior verticalidade e profundidade, para ter eficácia, porque a Assembleia Municipal já aprovara algumas vezes normas semelhantes, propunha que isso fosse um ponto da Ordem de Trabalhos de uma Sessão Plenária, para discutir exactamente as propostas que a Assembleia Municipal entendia dever dirigir aos vários institutos do País, no sentido de uma compensação pelos custos da capitalidade. Nesse sentido, o BE retirava a Moção para o assunto ser agendado num ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **A Senhora Presidente** acrescentou que era um texto de facto merecedor de algum aprofundamento, algum acolhimento e algum debate. -----

----- **O Deputado Municipal Vasco Valdez (PSD)**, no uso da palavra, começou por dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pelo Orçamento apresentado, não tanto pela aprovação que o mesmo ia certamente ter na Assembleia Municipal, mas sobretudo porque do debate ocorrido resultava claríssimo não haver alternativa. Era um Orçamento baseado numa determinada estratégia e, para quem dizia haver falta de estratégia, passava a recordar alguns pontos que do seu ponto de vista eram essenciais e demonstrativos dessa estratégia: -----

----- Em primeiro lugar, não havia orçamentos ideais, havia orçamentos possíveis: em relação ao Orçamento da Câmara Municipal, era evidente que a primeira prioridade teria que ser sempre a da existência de um equilíbrio do orçamento corrente. -----

----- Por outro lado, era bom recordar que a Câmara Municipal, como qualquer autarquia local, não tinha os instrumentos de política fiscal e de política financeira que o Estado podia ter, ou seja, não havia muitas vezes margem de manobra para aumentos de receita fiscal, visto que os impostos eram fixados pela Assembleia da República e a autarquia local recebia as receitas provenientes desses mesmos impostos. Aliás, a esse propósito desejava dizer que no tocante ao actual Orçamento era evidente que havia muita responsabilidade também da própria Administração Central. -----

----- Disse, depois, que primeira intervenção feita pelo PS, na pessoa do Deputado Municipal Miguel Coelho, dizia-se que o Orçamento pecava porque tinha falta de visibilidade em algumas áreas de intervenção. Pois bem, pedia à bancada do PS que estimulasse junto da Assembleia da República para que alguns dos ministros do Governo do PS assinassem, por exemplo, os despachos necessários para que fosse reforçada a possibilidade de haver empréstimos em matéria de reabilitação urbana, dando justamente resposta ao anseio que o Deputado Municipal Miguel Coelho transmitira e que foi acolhido, com certeza também pelo Sr. Presidente da Câmara. Por consequência, esse era um ponto em relação ao qual desejava salientar também as dificuldades de construção de um Orçamento para 2006, num contexto difícil da economia portuguesa, um ano após a entrada em funcionamento do Governo do Eng<sup>o</sup>. José Sócrates. -----

----- Como todos sabiam, o crescimento da transferência do Orçamento de Estado para a autarquia local era rigorosamente um crescimento zero. No passado, os governos anteriores tinham sido altamente criticados por estabelecerem aumentos nominais pelo menos no montante da inflação, mas no actual contexto o aumento era rigorosamente zero. Ainda assim, as preocupações da proposta de Orçamento que hoje era sujeita à apreciação implicava também um aumento para as Juntas de Freguesia e, por consequência, um aumento do peso da descentralização financeira e da desconcentração de competências em relação a essas mesmas freguesias. -----

----- Havia uma procura necessária de solução para algumas situações herdadas do passado, com maior ou menor intensidade, designadamente aquelas que tinham a ver com dívidas a fornecedores, e que implicavam a necessária regularização para que se pudesse viver de acordo com os métodos próprios de uma entidade de bem. Por consequência, algumas das operações que eram sustentadas, designadamente a venda de património, para permitir a regularização de dívidas a fornecedores eram a solução possível. Podia, eventualmente, não ser a solução ideal, mas era a solução possível e necessária para solver esses mesmos compromissos e a Câmara Municipal ser tratada como pessoa de bem, que era com certeza. -----

----- Por outro lado, havia, obviamente, uma redução do cômputo geral das despesas e parecia-lhe que no actual contexto isso era louvável, era de aplaudir. De facto, não havendo a possibilidade de acréscimos de receitas para solver os compromissos da Câmara, isso significava que tinha que se fazer um esforço de contracção da despesa e

esse sinal ia dar-se, em primeiro lugar e desde logo, no próprio orçamento estrutural ou corrente, nomeadamente com a diminuição das despesas com o funcionamento dos serviços da autarquia e, designadamente, com a baixa em 0,7% das despesas com pessoal. Era um sinal de que a actual equipa do Executivo estava a procurar diminuir as despesas correntes para permitir mais tarde haver um aumento das despesas de capital inerentes ao Plano. -----

----- Era evidente que num Orçamento de transição, como era este, as despesas do Plano tinham que sofrer cortes. Não havendo possibilidade de acrescentar empréstimos, não havendo possibilidade de aumentar as receitas, era evidente que teria que haver uma contenção do lado da despesa, mas essa contenção podia ser ultrapassada também com as verbas, caso viessem a existir, que foram focadas pelo Sr. Vice-Presidente Fontão de Carvalho, nomeadamente aquelas que respeitavam às contrapartidas da concessão do Casino e à utilização das verbas do PROHABITA. Com essas verbas seria possível certamente no futuro reforçar algumas rubricas e algumas das componentes necessárias para que o Orçamento assumisse, nesse particular, um valor mais significativo do que o apresentado agora e que não podia deixar de ser assim por uma questão de prudência e por uma questão de respeito para com os Deputados Municipais e para com as pessoas de Lisboa. -----

----- Por consequência, mesmo em relação às verbas do Plano, a execução do mesmo significava que muitas vezes ficava bem aquém da sua plenitude e que havia uma taxa de execução do mesmo na ordem dos 70%, o que significava que à partida não se podia dar de barato que houvesse uma diminuição muito significativa entre aquilo que fosse o Orçamento inicial e o que fosse a execução final do mesmo. -----

----- Além disso, como foi salientado em diversas intervenções, era o primeiro Orçamento da actual Vereação e, assim sendo, significava fundamentalmente um Orçamento que preparava o futuro na medida em que solvia os compromissos, restabelecia equilíbrios indispensáveis à prossecução de planos futuros e, sobretudo, tinha que ter em linha de conta que muitos projectos que o actual Presidente se propunha executar no futuro, entre o momento da decisão e o momento do arranque efectivo das obras mediava um intervalo temporal significativo. Portanto, essas verbas não tinham que estar já disponíveis e iriam ser certamente utilizadas em orçamentos futuros. -----

----- Nessa medida, parecia-lhe ser um Orçamento que salvaguardava justamente a possibilidade da actual Vereação poder executar na plenitude os projectos que se propunha e com os quais merecera o apoio da maioria da população de Lisboa. Sendo um Orçamento de transição, tinha que haver a preocupação de numa primeira fase se porem as contas em ordem, para que numa segunda fase fosse possível levar a cabo todos os projectos que certamente o Sr. Presidente e os demais membros da Vereação iriam executar na sua plenitude. -----

----- Disse, ainda, que por vezes havia alguma preocupação com as 309 medidas que o Sr. Presidente da Câmara anunciara enquanto candidato. Eram compromissos eleitorais importantes e não lhe cabia a si responder pelo Sr. Presidente da Câmara, mas devia dizer que não se esgotaram os seis meses de mandato. Naturalmente os Srs. Deputados

Municipais e os eleitores de Lisboa iriam ter a resposta cabal, por parte da actual Vereação, a esses mesmos objectivos e verificariam que essas propostas seriam na sua esmagadora maioria cumpridas. -----

----- Por isso, parecia-lhe que no conjunto e face à falta de alternativas apresentadas pelos partidos da oposição, instando uma vez mais o PS a colaborar na prossecução de alguns dos objectivos, através da colaboração activa entre o Estado Central e neste caso concreto a Autarquia de Lisboa, para ser possível desenvolver os projectos ao longo do mandato de quatro anos para o qual foram eleitos e, nessa medida, satisfazer plenamente os cidadãos de Lisboa, que era a absoluta prioridade. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que tinha sido lançado um repto ao Grupo Municipal do PS no geral e ao Deputado Municipal Miguel Coelho em particular, que já não se encontrava, e gostaria apenas de fazer duas ou três notas relativamente aos comentários do Deputado Municipal Vasco Valdez. -----

----- A prova do empenho do Grupo Municipal do PS em colaborar com o Executivo, no tocante à discussão orçamental em curso, era o compromisso já assumido de que se absteria e não votaria contra o Orçamento. Era a prova cabal e suficiente, por ora, de que de facto o PS estava empenhado em colaborar com o Executivo em funções. Era difícil a compreensão da lógica de transição quando o actual Presidente da Câmara já exercera esse cargo no mandato anterior, estivera como Vereador e como Presidente da Câmara Municipal, ainda que a título interino. Portanto, assumia-se uma lógica de continuidade, mas o PS abstinha-se no Orçamento. -----

----- Quanto ao esforço de cooperação de todo o PS em geral, extravasando as paredes da Assembleia Municipal, estava certa e segura de que a breve trecho haveria uma alteração orçamental proposta pelo Executivo camarário relativa aos despachos conjuntos dos ministros a que se aludira, em relação a reabilitação urbana e habitação social. Aliás, estavam contempladas essas excepções às regras de endividamento no Orçamento de Estado para 2006, para serem utilizadas, porque as excepções não eram apenas para ficar bonitas numa Lei Orçamental. -----

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto**, no uso da palavra, disse que queria fazer alguns esclarecimentos adicionais relativamente à área da acção social, para dizer que Lisboa tinha respostas flexíveis, diversificadas e especializadas de acção social, mas que não garantiam a eficácia desejável à população mais vulnerável da cidade. -----

----- Disse que nos três meses que levava de mandato já reunira com mais de 300 IPSS e diversas entidades públicas, porque era necessário desenvolver com todas essas entidades uma parceria efectiva e dinâmica, que articulasse a intervenção social dos diferentes agentes locais, por forma a promover um planeamento integrado e sistematizado, potencializando sinergias e competências e optimizando recursos a nível local. Segundo percebera, Lisboa não tinha um diagnóstico social integrado, não tinha um planeamento de acção social, o que levava a perguntar como se poderia evoluir para acções e programas adequados, por forma a combater a pobreza e a exclusão e promover-se o verdadeiro desenvolvimento social. -----

----- Era evidente que a rede social integrada, primeira prioridade do Executivo, passaria necessariamente pela criação de comissões sociais de freguesia e de conselhos locais de acção social. Os Deputados Municipais mais antigos sabiam bem que o Pelouro da Acção Social nascera em 1990 e que se andava sempre numa política solta. O que era necessário hoje era que a Câmara estivesse em paralelo com a Segurança Social, com a Santa Casa da Misericórdia, articular-se com as Uniões das Mutualidades, das Misericórdias, das IPSS, por outro lado a DREL, a ARS, e constituir os verdadeiros conselhos locais de acção social, dos idosos, dos deficientes, das minorias étnicas. De uma forma articulada, potencializar os poucos recursos existentes. -

----- Seria aceitável que, em 2006, não houvesse um serviço de atendimento e acolhimento integrado de acção social? Para o fazer, só sabendo evoluir no sentido de uma rede social integrada, sem protagonismos, e a Câmara Municipal de Lisboa tinha que surgir como potencializadora, facilitadora e parceira das instituições todas. Era esse o caminho. -----

----- Também era necessária uma intercomunicabilidade das capacidades e vantagens de cada grupo mais vulnerável. Devia-se potencializar os grupos uns com os outros. Isso levaria até a redes de prestação de serviços, à própria loja social, que era tão necessária em Lisboa e que estava prevista para a Graça, sendo que oportunamente o Executivo iria dar indicações nesse sentido, mas também se fazia reflectindo sobre os grupos mais vulneráveis da cidade. -----

----- Nos próximos dois dias haveria uma reflexão sobre um tema importante para a cidade, o envelhecimento, e estavam desde já todos convidados. Lisboa tinha que perceber que era a cidade mais envelhecida de Portugal e a nona mais envelhecida da Europa, 25% dos munícipes tinham mais que 65 anos. Tinha que se perceber que 148.502 munícipes viviam da reforma e que apenas 243 mil estavam na vida activa. Era preciso perceber os indícios de pobreza, isolamento e solidão a atingir um número preocupante, bastava pensar que viviam 33.770 munícipes isolados. -----

----- Isso não se fazia com políticas avulsas, como foi feito até aqui, em que se vivera muitas vezes de fogachos. Queria-se viver com uma política articulada e isso não se fazia só porque havia um Telealarme ou uma acção Praia-Campo Sénior! Não, fazia-se de modo a potencializar todas as sinergias porque era esse o caminho que levaria mais longe. -----

----- Por outro lado, havia preocupação com diversos grupos vulneráveis da cidade e por isso estava muito preocupado com a educação não formal e daí o seminário que se ia realizar a 15 de Maio sobre a criança. Ia-se potencializar o Gabinete Brincar, o Espaço Simões Muller e a Quinta Pedagógica de uma forma mais dinâmica. -----

----- Os Executivos anteriores tinham tido um défice na área dos 0 aos 4 anos e também havia que preocupar com essa área, visto significar 21.287 crianças, cerca de 4% dos munícipes, e estava-se a estudar um programa de emergência infantil, porque era preciso uma nova atitude de acolhimento, enquadramento técnico e reencaminhamento de crianças em risco. -----

----- Disse, ainda, que a política continuava e em finais de Junho teriam a coragem de vir discutir outro grupo vulnerável, os toxicodependentes. Nessa altura podia-se falar no

plano que Lisboa devia ter, mas não se pararia por aí porque em Setembro haveria uma outra reflexão, dessa vez sobre a família. Era curioso perceber que, das 234.551 famílias residentes em Lisboa, 144.334, conforme os últimos censos, eram um agregado constituído por apenas duas pessoas. Sabia-se o que se queria a esse nível e havia uma política articulada que não se explicava em cinco minutos, mas que em nada falharia relativamente aos anteriores Executivos, porque o que os outros fizeram mantinha-se, o que se queria era ir um pouco mais além. -----

----- Por outro lado, tentar-se-ia ir mais além com um parco orçamento, porque acreditava que era no potencializar de uma série de sinergias que se podia lá chegar, como acreditava também que era potencializando uma política descentralizadora, que envolvesse as 53 freguesias, que se podia fazer um combate sério ao nível dos grupos mais vulneráveis. -----

----- Portanto, deixava o repto às Deputadas Municipais Deolinda Machado e Ana Sara Brito, para que, em conjunto, pudessem falar um pouco mais. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que hoje havia a obrigação de recordar a História e não de limpar a História e o que queria dizer ao Sr. Vereador era que o Pelouro ligado ao social não foi criado em 1990, mas sim em 1984, altura em que era Presidente da Câmara o Sr. Engº. Nuno Kruz Abecasis e ela própria Vereadora, uma Vereadora da oposição mas que tinha à sua responsabilidade o Pelouro da Acção Social. Em 1990 concretizou-se aquilo que foi aprovado em 1988, que foi a Direcção Municipal de Habitação, Educação e Intervenção Social, e já nessa altura se pensava fazer de uma forma integrada. -----

----- Portanto, que o Sr. Vereador quisesse dizer mal da sua colega anterior, a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, era um problema dele, mas não podia retirar a verdade, até porque estavam presentes Deputados Municipais do seu próprio partido, bem como o Sr. Vereador Pedro Feist, que também era Vereador na altura, que podiam confirmar. A verdade tinha que ser reposta. -----

----- Efectivamente, foi nessa altura que se criou o Pelouro da Acção Social, com uma assessora e uma secretária, e já nessa altura se trabalhava de forma integrada com o Pelouro do Desporto, o Pelouro da Educação e o Pelouro da Habitação Social. -----

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto** disse que toda a gente reconhecia o trabalho que a Deputada Municipal Ana Sara Brito fizera pela Câmara e ninguém queria falar mal, só se queria construir. A informação que tinha era que foi 1990, mas que fosse 1984 porque a única pena era que não tivesse sido mais cedo a rede social integrada, mas para fora, que envolvesse as IPSS e as entidades públicas. A ideia era construir e trabalhar em conjunto. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas ao longo do debate, disse que tinham estado durante a tarde a discutir as Grandes Opções do Plano 2006-2009 e o Orçamento para 2006 e queria, em primeiro lugar, agradecer a todos os intervenientes os contributos, as reflexões e as questões que foram levantadas, que só enriqueciam a actuação da Câmara. -----

----- Depois de lembrar o facto de ser o primeiro Orçamento do novo mandato, disse que era convicção firme, responsável e empenhada, de que traduzia a confiança que foi

dada nas eleições do passado dia 9 de Outubro de 2005, essa confiança associada a uma grande responsabilidade que assumia, desde logo em diálogo com as freguesias, com os munícipes, com as forças vivas da cidade, com todos os agentes económicos, com as colectividades, com as associações de moradores, com os clubes desportivos, com as IPSS, mas também uma responsabilidade que assumiam com o rigor que queriam colocar em toda a actuação. Era uma responsabilidade assumida também com a humildade de quem estava para servir a cidade e não para ser servido por ela, mas uma responsabilidade assumida também com orgulho em trabalhar numa Casa que era de todos. -----

----- Disse, depois, que o enquadramento em que se situava a discussão do Orçamento e do novo mandato para as Grandes Opções 2006-2009 tinha a ver muito também com a governabilidade na Câmara, na Assembleia e nas freguesias, mas também na Junta Metropolitana de Lisboa. E aproveitou para saudar o novo Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, com o qual iria trabalhar convictamente na defesa dos interesses da Área Metropolitana. Mas também a Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde também se estaria a trabalhar convictamente na defesa dos interesses das autarquias do País. -----

----- A governabilidade também passava por uma estreita relação com o Governo e aproveitava para saudar todos os contactos que já tinham sido feitos com vários governantes na área da saúde, na área dos transportes, na área da cultura, da economia ou da administração interna, que eram alguns dos exemplos que devia realçar pelo bom espírito de cooperação, fundamental para haver governabilidade na Cidade de Lisboa. --

----- Por exemplo, na área da saúde, desde logo a vontade do Sr. Ministro avançar com o projecto do novo Hospital de Todos os Santos numa zona que, aliás, estava reservada para isso havia muitos anos e ainda no actual Plano Director Municipal. -----

----- Na área dos transportes e obras públicas, com o empenho do Instituto das Estradas de Portugal na conclusão do Eixo Norte-Sul e da CRIL, que beneficiara, pese embora o atraso de algumas modificações no projecto e que iam mais no sentido da sua razoabilidade de traçado. -----

----- Também com o Ministro da Administração Interna foi possível dar ouvidos à pressão que a Câmara exercia havia já bastante tempo, para que se arranjassem mais meios humanos para a Polícia Municipal. Estavam 150 polícias da PSP a ser formados, e essa formação complementar estava a ser paga pelo Orçamento da Câmara que hoje se estava a aprovar, para serem transferidos no Verão para a Polícia Municipal, o que era um reforço muito significativo nos meios de segurança da cidade. E também com a Sra. Ministra da Cultura e com o Sr. Ministro da Economia. -----

----- Portanto, tinha que realçar a abertura e o empenho que vinha havendo para colaborar, pese embora, necessariamente, haver também por parte da Câmara algumas preocupações que já tinham sido em tempos manifestadas nalgumas dessas áreas, como por exemplo a questão relativa à Escola D. João de Castro, ou ao Aeroporto da Portela, bem como outras questões que deviam merecer antes de mais um diálogo, antes que as coisas aparecessem decididas por um dos dois lados sem que houvesse esse diálogo. A Câmara vinha procurando esse diálogo e era assim que deveria continuar a fazer. -----



----- Disse que as Grandes Opções e o Orçamento traduziam também aquilo que foram os eixos prioritários do que hoje já foi chamado de “GOE”, Grandes Opções Eleitorais, e que eram os idosos, as colectividades, os estudantes, em particular os universitários, os portadores de deficiência e o pequeno comércio. Esses eram os cinco vectores prioritários para o mandato. -----

----- Também havia uma ambição, que se traduzia em consagrar cada vez mais a Cidade de Lisboa como uma cidade cosmopolita de bairros, uma cidade onde houvesse uma preocupação cada vez maior com a higiene e a limpeza urbana, com a segurança, com o ter cada vez mais uma cidade competitiva, empreendedora e sustentável. -----

----- E realçava o especial empenho da Câmara para, se não fosse possível ter aprovado uma série de instrumentos de ordenamento do território, pelo menos dar os passos nesse sentido. Desde as eleições já tinham sido aprovados muitos termos de referência em Câmara para vários planos de pormenor ou de urbanização, estava também a ser feito o Plano de Drenagem e estava a ser começado o Plano Municipal de Ambiente, e o Plano Estratégico 2012 iria ser brevemente distribuído a todos os Deputados Municipais. -----

----- Mas, para além da matriz energética da cidade, havia uma preocupação em terminar tão cedo quanto possível, provavelmente ainda durante o corrente ano, o Plano Director Municipal, como instrumento principal de regulação de toda a construção em toda a cidade. Não foi possível no final do mandato anterior, por questões que se prendiam com o calendário eleitoral, mas estava a andar, acompanhado por uma equipa permanente, e estava nos planos que terminasse durante o ano de 2006. -----

----- Sobre a reabilitação urbana, que foi referida como tendo sido uma área de bandeira eleitoral e posta de lado nas Grandes Opções e Orçamento, disse que não era tanto assim. Em primeiro lugar porque, de facto, pese embora a tal quantia relativa ao Parque Mayer, tinha um pequeno aumento porque a grande componente da reabilitação urbana não podia e não devia ser da Câmara Municipal de Lisboa, mas de todo um conjunto de entidades privadas que tinham o património degradado e que deviam ser elas a fazer a sua reabilitação. A Câmara devia ser o estímulo para essas pessoas e isso tinha sido feito no último mandato. O sucesso, quer se quisesse ou não, que vinha sendo a reabilitação urbana em muitas zonas da cidade, tinha sido iniciado com o estímulo e com a iniciativa da Câmara, mas hoje conseguira-se introduzir uma dinâmica e saudava de novo, pese embora nos Governos anteriores ter havido propostas relativamente bem trabalhadas sobre a Lei das Rendias, que o actual Governo tivesse avançado com essa Lei. -----

----- Podia-se discutir como o Orçamento poderia ser melhor ou pior, poderia ser mais completo ou mais incompleto, mas era fundamental fazer a revisão da Lei das Rendias e ela ia contribuir muito para o esforço de reabilitação, que não podia nem devia ser exclusivamente assumido pela Câmara Municipal de Lisboa, mas sim por todos os agentes, quer fossem entidades públicas ou privadas, que não municipais. -----

----- Referiu que a reabilitação urbana tinha, grosso modo, 100 milhões de euros no Orçamento; a qualidade urbana, 62; infra-estruturas viárias, 51; educação, juventude e desporto, 33; cultura, 21; intervenção social, 14; actividades económicas, 14;

transferência para freguesias, 22. E chamava a atenção de que nas transferências para freguesias havia um pequeno aumento. -----

----- Informou que ao longo do mandato iria haver uma atitude de atenção permanente às questões da cidade, às pessoas, aos problemas, uma atenção permanente que levava a ter um redobrado empenho na resolução dos problemas. Era esse o principal objectivo. -

----- Num olhar de reflexão sobre o Orçamento via-se, como já foi dito, que não existia um Orçamento perfeito, podia haver um Orçamento suficiente, não um Orçamento que, com toda a justiça, não pudesse ser alvo de críticas e reparações. No entanto, para além do que estava em Orçamento, havia outras fontes possíveis e que esperava fossem mesmo traduzidas na prática no actual mandato e que vinham desde logo de parcerias público/privadas para a construção e reabilitação de 20 escolas, num valor de cerca de 24 milhões de euros. Havia as contrapartidas, as iniciais e as anuais, do casino, que começavam a vigorar no corrente ano e também no Orçamento de Estado para 2006, naquilo que dizia respeito à excepção à capacidade de endividamento dos municípios para projectos na habitação social e reabilitação urbana. -----

----- Também esperava que o Governo, que era quem tutelava o Fundo Remanescente do Chiado, não retirasse a capacidade a esse Fundo, que tanto e tão bom trabalho tinha feito, mas que até o pudesse alargar para outras áreas de intervenção da cidade. -----

----- Em termos de reabilitação urbana, disse que ia ser seguramente uma marca de continuidade em relação a algumas coisas do passado, mas o início do novo mandato marcava também uma mudança, havia um novo ciclo, havia um novo programa eleitoral que foi validado pelos munícipes de Lisboa e, portanto, havia com certeza também uma inflexão em certas coisas que decorriam, quanto mais não fosse, da necessidade de adaptação temporal aos novos desafios e problemas da cidade. -----

----- E estavam a desenvolver vários projectos na reabilitação urbana. Por exemplo, no Bairro do Condado, em Marvila, acabando com os célebres túneis que tão maus eram em termos de salubridade e condições de vida, mas também projectos que se acarinavam de uma forma muito especial, para reconversão mais do que reabilitação urbana, como fosse o Bairro da Liberdade, o Bairro da Boavista e o Bairro Padre Cruz, que precisavam efectivamente de uma renovação urbana. -----

----- Também não podia esquecer que a reabilitação urbana só fazia sentido contemplando os equipamentos, contemplando a valorização do espaço público, contemplando os transportes e necessariamente a mobilidade e o estacionamento. -----

----- Não devia haver já uma grande preocupação com as trezentas e tal medidas dos 180 dias. Obviamente que estavam para fazer e havia muito mais para fazer durante os quatro anos, mas ainda era cedo para fazer o balanço dos 180 dias, apesar de muitas dessas medidas já terem sido feitas. Amanhã mesmo, na Sessão de Câmara, seria apresentada uma proposta que ia consagrar para já cinco mil lugares de estacionamento em condições muito especiais para residentes, respondendo, assim, a uma pergunta que foi feita sobre essa promessa eleitoral. -----

----- Aliás, podia dizer que o Sr. Vereador do Ambiente e Espaços Verdes já estava a tratar também do estudo para a eliminação do ruído nas vias principais, como o Eixo Norte-Sul e a Segunda Circular. -----

----- O objectivo era, dentro de quatro anos, ter uma cidade mais coesa, mais forte em termos sociais, muito mais arrumada, mais limpa e mais segura. Pese embora as dificuldades conhecidas do Orçamento, o mais importante no novo ciclo de quatro anos era que iam ter um Orçamento aprovado, e recordava que isso já não acontecia havia mais de um ano, e era preciso deitar mãos à obra no dia-a-dia para executar e para resolver problemas. Havia muitos problemas de hoje e de ontem, não ia falar de história, que era importante mas podia não ser muito relevante para a apresentação do Orçamento. O que era importante era saber quais as condições com que se partia para um novo ciclo, para um novo ano, e era com essa determinação, com essa atitude e essa orientação estratégica que estava animado para fazer não só um ano de transição, um ano de princípio de mandato, mas um ano de início de quatro ao fim dos quais o Executivo estaria pronto para ser avaliado pelo seu trabalho. -----

----- **A Deputada Municipal Alexandra Figueira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, participou à Mesa, por escrito, que não tomaria parte na votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento da Câmara para 2006, por manifesto conflito de interesses. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que entrara na Mesa uma recomendação subscrita pelos Deputados Municipais Rodrigo Mello Gonçalves, Pedro Portugal Gaspar, Henrique de Freitas, um Deputado Municipal do CDS-PP cuja assinatura não conseguia identificar, António Modesto Navarro, Miguel Coelho, Carlos Marques e um Deputado Municipal do PEV cuja assinatura também não conseguia identificar, com o seguinte teor: -----

#### ----- RECOMENDAÇÃO -----

----- “Considerando a existência de um documento intitulado ‘União Estratégica Lisboa 2012’; -----

----- Considerando que esse documento define objectivos e linhas de actuação para a cidade nos próximos anos; -----

----- Considerando que é essencial o conhecimento deste documento por parte desta Assembleia; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 21 de Fevereiro de 2006, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa o envio do citado documento a esta Assembleia, para conhecimento e análise.” -----

----- Seguidamente, pôs à votação as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2006-2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por maioria, com votos a favor do PSD, votos contra de PCP, BE e PEV e abstenções do PS e CDS-PP. -----

----- Depois, pôs à votação o Orçamento para 2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos a favor do PSD, votos contra de PCP, BE e PEV e abstenções de PS e CDS-PP. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente às deliberações acabadas de tomar. -----

----- **A Senhora Presidente**, depois de congratular a Assembleia Municipal por a Câmara ter aprovado estes documentos em Fevereiro e a Assembleia os ter aprovado também nesse mesmo mês, submeteu à votação a recomendação que há pouco leu,

subscrita por todas as forças políticas, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Depois, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dias 2 de Março, pelas 15 horas. -----

----- Eram 19 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_ .----

----- A PRESIDENTE -----